

A Defesa Nacional



EXÉRCITO — MARINHA — AERONÁUTICA

Ns. 563 e 564

BRASIL

DIRETORIA ELEITA PARA O EXERCÍCIO DE 1961/1964

DIRETOR-PRESIDENTE

Gen João Baptista de Mattos

DIRETOR-SECRETARIO

Cel Ayrton Salgueiro de Freitas

DIRETOR-GERENTE

Ten-Cel João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gen Armando Batista Gonçalves
Ten-Cel Hugo de Andrade Abreu

CONSELHO FISCAL

Cel Golbery do Couto e Silva
Major Amerino Raposo Filho
Major Sady de Almeida Vale

SUPLENTES

Cel Olympio de Sá Tavares
Cel Floriano Moller
Major Germano Seidl Vidal

CHEFIA

De Publicidade — Major Lauro Lima Santos

PEDE-SE PERMUTA

PIDесе CANJE

SI RICHIEDE LO SCAMBIO

WE ASK FOR EXCHANGE

ON DÉMANDE L'ÉCHANGE

ONI PETAS INTERSAGON

MAN BITTET UM AUSTAUSCH

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano
XLVIII

Rio de Janeiro, GB — Junho e Julho de 1961

Números
563 e 564

SUMÁRIO

	Págs.
Despedida	3
ASSUNTOS MILITARES	
Conduta e Caráter — Gen Von Peucker	5
EXÉRCITO	
Fôrças Especiais — Ten Bernardo Loeffke	19
CANDIDATO A ECEME	
I — Estatísticas do Concurso de Admissão à ECEME — Maj Germano Seidl Vidal	25
II — Questões Para Exercício do Candidato — Ten-Cel Otavio Tosta	31
DOCTRINA MILITAR BRASILEIRA	
I — Bases Filosóficas — Ten-Cel Fausto Carvalho Monteiro	35
II — Guerra Revolucionária — Trad. Cel G. Pessanha	51
ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS	
Homenagem pelo Sesquicentenário	63
ENGENHOS, FOGUETES E SATÉLITES	
Vênus — Cap-Ten A. Brandão de Freitas	81
LIDERANÇA	
A Simplicidade da Técnica de Chefiar — Cel J. J. de Camerino	87

GEOGRAFIA

	Págs.
O Cobre e a Industrialização do Brasil — Othon Ferreira	95
O Laos — Oyama Sonnenfeld de Matos	101
O Instituto Indigenista Interamericano — Miguel León-Portilla	109
Possibilidades Comerciais do Brasil na África Oriental Britânica — Kenia, Tanganica e Uganda	117

GEOPOLITICA

Formas de Expansionismo — Ten-Cel Carlos de Meira Matos	121
---	-----

POLITICA INTERNACIONAL

I — O Brasil e os Estados Africanos — Cel Ayrton Salgueiro de Freitas...	127
II — Uma Opinião Africana	129

ASSUNTOS DIVERSOS

I — Ensino Através da TV	131
II — Um Problema Insolúvel	137
III — Justiça Militar — Cap Geraldo S. Vaz de Mello	145



Despedida

— Transferido para o 2º G Can 90 AAé em São Paulo, deixo, com o presente número, as funções de Diretor-Secretário de "A Defesa Nacional", cargo que exerço desde 1958.

— Levo saudades das páginas desta revista, levo gratas recordações de seus colaboradores e desejo, de público, agradecer ao grande número de amigos que anônima e espontâneamente trabalharam e trabalham pelo engrandecimento de "A Defesa Nacional" :

Gen João Baptista de Mattos, nosso Diretor-Presidente que sempre nos apoiou para que mantivéssemos bem alto o bom nome de nossa revista ;

Gen Inácio de Freitas Rollin — Que sempre nos incentivou, elogiando e comentando, nosso trabalho ;

Gen Pedro Geraldo de Almeida — Que sempre nos animou e aconselhou para que déssemos orientação correta à revista ;

Gen Ernesto Geisel — Graças a quem nossa revista conseguiu publicar e distribuir gratuitamente o livreto "Democracia e Comunismo" ;

Gen Alfredo Souto Mallan — Que conseguiu para nossa revista a publicação dos artigos de Revue Militaire General e muito nos incentivou ;

Gen Golbery do Couto e Silva — Auxiliando-nos com sua inteligência lúcida e orientando a revista particularmente no campo político-econômico ;

Cel Newton Castelo Branco Tavares — Pela cooperação espontânea que prestou à nossa revista, por ocasião da publicação do livreto "Democracia e Comunismo" ;

Ten-Cel Hugo de Andrade Abreu — Por sua eficiente colaboração e seus brilhantes artigos escritos na seção "Exército" ;

- Ten-Cel Octavio Tosta da Silva** — Orientador inicial da seção de geopolítica à qual emprestou eficiente e inteligente colaboração ;
- Ten-Cel Carlos de Meira Matos** — Que colaborou com seus brilhantes artigos, particularmente na parte de geopolítica, assunto de que é um grande conhecedor ;
- Ten-Cel Danilo da Cunha e Mello** — Que nos substituiu em diversas ocasiões e muito trabalhou para manter o prestígio da revista ;
- Ten-Cel Celso dos Santos Meyer** — Que traduziu para a revista inúmeros artigos publicados em revistas americanas e muito cooperou na confecção do livreto "Democracia e Comunismo" ;
- Ten-Cel Adyr Fiuza de Castro** — Que proporcionou a publicação em nossa revista de interessantes artigos sobre Engenhos-Foguetes e Satélites ;
- Major Germano Seidl Vidal** — Eficiente Oficial de Estado-Maior que tomou a seu cargo a seção de "Candidatos à ECEME" ;
- Major Amerino Raposo Filho** — Colaborador inteligente, particularmente no que concerne à seção de "Doutrina Militar Brasileira", seção por êle criada e organizada sob sua responsabilidade exclusiva ;
- Sr. Alberto Lima** — Chefe do Gabinete Fotocartográfico, sempre pronto a atender nossos pedidos e a cooperar conosco orientando-nos na técnica dos "clichês" ;
- Sr. Raul Pinheiro Cerqueira** — Chefe da Imprensa do Exército que sempre nos atendeu cordialmente e nos auxiliou com seus conselhos sobre a técnica da composição ;
- Sr. Pedro Gastor da Câmara** — Chefe das Oficinas da Imprensa do Exército que tem a seu cargo a paginação e a confecção de nossa revista ;

Aos companheiros representantes nas diversas Unidades pela cooperação espontânea, fazendo com que nossa revista quintuplicasse o número de assinantes ;

E finalmente a meus filhos, Capitão-Tenente Ayrton de Freitas, Engenheiro Adylton de Freitas e Aspirante Adalton de Freitas, pela colaboração que prestaram com seus artigos e pelo auxílio que nêles sempre encontrei como revisores da matéria a publicar.

Quitaúna, SP, 15 de junho de 1961.

(as.) **Ayrton Salgueiro de Freitas** — Coronel.



CONDUTA E CARÁTER

Coordenador: Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

“As qualidades de caráter são decerto as mais importantes num homem de guerra, mas não sabemos até onde poderá levar a energia, se não se estiver suficientemente instruído para saber qual o fim a atingir e os caminhos que conduzem a êsse fim.”

General Von PEUCKER

1 — INTRODUÇÃO

Cada Exército tem seu padrão de procedimento. No exército de um povo democrático, tais padrões se tornam significativos e eficazes, sobretudo, porque seus componentes acreditam nêles, firmemente, e resolvem, voluntariamente, pautar suas vidas de acôrdo com êles. O Governo e as autoridades militares recomendam os padrões, mas a crença e a determinação fundamentais, que devem existir no oficial, individualmente, não podem ser criadas pelo comando. As normas e tradições relativas à sua conduta pessoal são, para cada oficial, o principal guia para a observância “voluntária” dos padrões.

O conhecimento daquilo que os padrões representam e a existência da força de vontade necessária para se manter dentro dêles são, entretanto, os dois fatores principais da dignidade profissional de um oficial. É por isso que a “Officer’s Call” chama a atenção, de tempos em tempos, para um assunto que é, sempre, oportuno e interessante: os padrões de integridade e de ética profissional do nosso corpo de oficiais.

O código militar, sob o qual vivemos, não é, essencialmente, muito diferente do de várias outras profissões e é baseado em princípios que vêm servindo de orientação ao conjunto das sociedades civilizadas, há muitos

séculos. Ele se torna um código especial de conduta, principalmente, nas conseqüências que decorrem de sua observância ou violação.

As conseqüências, no caso do cidadão particular, são quase sempre pessoais e limitadas. No caso de um oficial, elas vão além da pessoa e podem atingir, bem ou mal, a reputação do exército e o bem-estar dos Estados Unidos. Por sua conduta particular e pública, um oficial influencia a vida de soldados, o resultado de batalhas e a segurança de seu país. Há algo mais, na dignidade profissional, que conhecimentos e perícia na utilização de processos e armas de guerra. Isso, o oficial deve possuir, mas a prova final de sua capacidade não reside naquilo que ele "sabe" mas naquilo que ele "é". Não há sucedâneos para as qualidades inatas que, geralmente, englobamos sob a denominação genérica de "caráter".

2 — O CÓDIGO PESSOAL DO OFICIAL

A mais intuitiva das verdades a respeito das pessoas é que elas não são idênticas.

Tentar estabelecer um código de conduta pessoal padrão e esperar que seja observado, indistintamente, por todos os oficiais seria ignorar a verdade óbvia de que não existe "ser humano padrão". Há, em lugar disso, indivíduos cujos atributos pessoais ajudam ou reforçam sua capacidade de atingir padrões profissionais geralmente considerados como desejáveis e necessários.

Os maiores oficiais de nossa história são lembrados, não como havendo sido perfeitos, mas como havendo se elevado acima das imperfeições comuns de todos os homens. Suas melhores e mais características qualidades, muitas vezes tornaram-se padrões de perfeição. George Washington, por exemplo, tornou-se um padrão americano de honestidade e de outros predicados básicos de um oficial e estadista. Homens como Robert E. Lee e "Stonewall" Jackson são glorificados, não somente, como grandes generais, mas como homens cuja nobreza de caráter transcendeu à trágica empreitada em que se empenharam. Sob o ponto de vista negativo, Benedict Arnold, também um homem de notável capacidade, é lembrado, unicamente, como modelo de desonra. Todos esses homens eram orientados por códigos pessoais de conduta. Eram chefes capazes, mas, no caráter de um deles, Arnold, havia uma falha fundamental, que o incapacitou e destruiu.

A essência de um código pessoal, porém, é que ele é "pessoal". Cada oficial deve decidir o que seu próprio código conterà e até onde ele orientará sua vida. Fazer isso significa que cada oficial escolherá seu próprio caminho, em matéria de procedimento, deixando-se levar por todas as inclinações e caprichos pessoais? Evidentemente, não. O fator de controle deve ser, sempre, as ineludíveis necessidades da profissão que ele escolheu. Isso limita, sem rigidez, a liberdade individual do oficial. As limitações não são arbitrárias nem sem sentido. Na realidade, a maioria dos oficiais compreende, à medida que adquirem experiência e maturidade profissional, que o código moral de sua profissão não é uma forma de bitolamento espiritual, mas uma forma de vida digna, de sua própria escolha.

O oficial, cujo comportamento é correto, simplesmente, porque cumpre ordens, relutante e contrariadamente, tem um código, é bem verdade, mas este não é propriamente seu. Não é um código pessoal e o ajudará pouco a resistir às pressões e tentações da profissão.

O verdadeiro código pessoal começa com o próprio homem — aquilo em que ele acredita e aquilo que ele deseja fazer de sua vida. Isso determina como suas qualidades devem ser aplicadas ao cumprimento de seus deveres e às suas responsabilidades como oficial.

3 — BASES DE UM CÓDIGO PESSOAL

A atitude de uma nação para com suas forças armadas tem, sempre, influência direta sobre a conduta de seus oficiais. Algumas nações têm elevado seus chefes militares a uma situação de excepcional relêvo. Tem sido dito que os prussianos, no tempo de Bismarck, por exemplo, chegaram a pensar, de si próprios, que eram um exército servido por um país e não um exército a serviço de um país. E sob essa influência, os oficiais prussianos, geralmente, criavam hábitos de presunção e arrogância, nas relações com os subordinados e o público em geral.

A crença japonesa do “bushido” (literalmente: caminho da glória) produziu oficiais cujo procedimento, embora baseado na exaltação de excelentes qualidades, como lealdade, bravura e honra pessoal, traduziam um completo desprezo pela vida humana e pelos direitos individuais que formam o cerne de uma sociedade livre.

O povo americano tem, igualmente, influenciado as atitudes e procedimento de suas forças militares, mas de maneira que quase nada tem a ver com tiranos passados ou atuais. O contraste observado parece ter, pelo menos, duas causas importantes.

De um lado, nosso corpo de oficiais provém de todas as classes da sociedade e não de um setor restrito dela. Desde o início, nossas nomeações têm sido calçadas no “mérito” e na “capacidade” em lugar de serem influenciadas por provas arbitrárias de “sangue” ou de posição social, como em muitos outros países.

Nossos oficiais são mais capazes de se identificarem, sem constrangimento, com o povo a que servem, pois têm os mesmos desejos e aspirações. Se isso não fosse verdadeiro, nossa história, possivelmente, se sentiria da falta de vários capítulos emocionantes, nos quais o povo, nos momentos de perigo, deu inteiro apoio às forças regulares.

Os dispositivos constitucionais, que colocaram as forças armadas na dependência dos representantes do povo, têm igualmente, grande influência. Em nenhuma outra parte, o povo pode dizer “nosso exército” tão verdadeiramente como nos Estados Unidos. O sentimento do bem público, de responsabilidade para com o povo é, indiscutivelmente, mais forte entre nossos oficiais que entre os dos ditadores, passados ou presentes.

Algumas forças militares têm sido instrumento de conquistas deliberadas — reconhecidas como tal pelos povos dos países que as manti-

nam. Sendo instrumento de chefes absolutos, essas forças foram empregadas sem a permissão explícita do povo. Ao contrário do respeito do oficial americano pela Constituição, seus oficiais prestavam obediência ao chefe, pessoalmente (como o juramento dos oficiais nazistas a Adolf Hitler). Essas não são meras diferenças de forma. Há profunda significação no fato de o juramento dos oficiais americanos não ser feito a qualquer pessoa, como tal, mas a uma lei. Nosso juramento de oficial proclama nossa crença na forma de governo livre e o desejo de protegê-la, bem como aos seus fundamentos. Implicitamente, afirmamos que nossa conduta, como soldados, estará de acôrdo com os princípios básicos sôbre os quais a Constituição está calcada.

4 — RELIGIÃO

Quer um homem se considere ou não religioso, no sentido de possuir uma fé particular, êle é, por natureza, religioso, no mais largo sentido. Todo individuo pensante tem alguns sentimentos e crenças que são, na origem, religiosos.

Uma vez que a filiação religiosa, nos Estados Unidos, é, fundamentalmente, pessoal e privada, nenhuma autoridade oficial pode estabelecer um modêlo de comportamento religioso para os oficiais do exército, nem para quem quer que seja. Como está claro na Constituição... "nenhuma prova de natureza religiosa será, jamais, exigida como condição de admissão a qualquer repartição ou empreendimento público, de responsabilidade dos Estados Unidos".

A tradição americana de liberdade individual assenta sôbre um conceito religioso. Na Declaração de Independência, Jefferson declarou que é uma verdade auto-evidente que "os homens são dotados, pelo Criador, de certos direitos que estão além da jurisdição dos governos humanos". A Constituição reconhece o lugar da religião entre as atividades humanas, garantindo a liberdade de exercicio a tôdas e proibindo legislação ordinária sôbre assuntos religiosos.

Que a religião continua a ser um fator preponderante do comportamento humano, parece quase demasiado óbvio para ser mencionado aqui. Nas forças armadas, o "Programa de Orientação do Caráter" é, em grande parte, baseado nessa verdade. Trata-se de um programa novo, mas apenas na forma. — Os comandantes sempre foram importunados pelos problemas decorrentes da má conduta pessoal de alguns de seus homens, e a maioria dêles se tem apercebido do valor da religião, como auxiliar para corrigir os maus e incentivar os bons soldados. A importância do capelão, salientada pelo "Programa de Orientação do Caráter"; apenas, reafirma essa crença muito antiga e proporciona um modo de agir mais metódico.

Como todos os americanos, o oficial é orientado em assuntos religiosos, apenas por sua consciência. Tanto suas crenças interiores como a maneira de demonstrá-las são escolhidas, livremente. Em um país onde tantas formas de culto são praticadas inclusive a forma, altamente individual, que não pode comportar a ida à igreja, a liberdade de pensa-

mento envolve uma grande responsabilidade. O respeito pelas crenças religiosas dos demais é, do ponto de vista americano, um sinal significativo de boa cidadania.

5 — OPINIÃO PÚBLICA

Nos países onde o povo é privado do direito de se fazer ouvir pelo governo, a opinião pública tem uma influência direta pequena nos atos das autoridades públicas. A opinião pública, para os ditadores, é uma força a ser utilizada em benefício de seus próprios objetivos. Nos países livres, particularmente nos Estados Unidos, ela é um elemento orientador e de fiscalização. As autoridades governamentais, inclusive os oficiais do exército, são responsáveis perante o povo e isso tem contribuído para criar tradições e padrões de procedimento público e privado. O público tem uma idéia geral de conjunto daquilo que supõe que o oficial deve ser e o padrão é muito elevado. Quando o procedimento de um oficial fica abaixo desse padrão, tanto êle como o exército serão, provavelmente, chamados a prestar contas.

O código de Justiça Militar é o mais importante texto de lei que orienta a conduta dos oficiais. Como tôdas as leis, o Código é um reflexo da opinião pública. Conquanto aplicado pelas autoridades militares, êle foi elaborado pelo Congresso, que age em nome do conjunto do povo americano. Embora o Código diga respeito, particularmente, a assuntos oficiais, é digno de se salientar que alguns de seus artigos são concernentes a assuntos de comportamento pessoal. Eles mostram que espécie de homens o povo americano deseja que sejam os seus oficiais, e que qualidades devem possuir, além e acima da competência técnica em questões militares. Esses artigos são, intencionalmente, vagos na forma "Conduzir-se, indecorosamente, o oficial ou cavaleiro", por exemplo, não é, precisamente a espécie de linguagem encontrada normalmente, em um estatuto legal. Seria difícil explicar, em poucas palavras tudo quanto a frase significa. As formas de má conduta que ela pode, logicamente, abranger, não têm limite claro. O povo tem uma idéia definida da espécie de procedimento que deseja de seus oficiais e deu autoridade, ao exército, para castigar, convenientemente, os oficiais que violarem essa concepção. O exército faz uso dessa autoridade em nome do povo americano, de acôrdo com a opinião firmada por êste último, de que certos atos, quando praticados por oficiais, não podem ser relevados.

Todos os contrôles do procedimento humano são, em maior ou menor grau, uma limitação da liberdade.

Nas sociedades civilizadas, todos êsse contrôles são criados no interesse de uma liberdade maior; sem êles, haverá anarquia, a espécie de liberdade individual que prevalece nas selvas.

Assim, os padrões de conduta limitam a liberdade, a fim de preservá-la, como condição positiva e desejável de vida. Serão as restrições feitas à liberdade do oficial maiores que as necessidades? Cada oficial deve procurar encontrar sua própria resposta a essa pergunta. Para isso, êle pode começar por encarar certos fatos evidentes.

Os oficiais do exército recebem suas nomeações por livre vontade e escolha; sua liberdade é restringida de acôrdo com necessidades específicas do exército.

Ao contrário de outras profissões, o militar está, diretamente, ligado ao povo, como elemento de força do seu governo. É verdade que outras profissões, como a medicina e a advocacia, "servem" ao povo, mas como profissões eminentemente privadas. Em sua grande maioria, os médicos e os advogados não são funcionários públicos; seus padrões de conduta têm origem, principalmente, no interior das próprias profissões.

O oficial do exército, ao contrário, pertence a uma profissão verdadeiramente pública; não tem qualquer "exercício particular"; serve, não a uma clientela selecionada, mas ao povo, como um todo. Sua responsabilidade abrange tôdas as pessoas, leis e instituições do governo. O cidadão particular procura seu médico ou seu advogado para tratar de questões pessoais, referentes à saúde ou a assuntos de direito. Mas, de suas forças militares, o povo americano espera nada menos que a preservação da segurança e da soberania dos Estados Unidos.

6 — O CARÁTER DO OFICIAL

Durante muitos séculos, o "Código da Cavalaria" foi uma força viva e tangível na Europa medieval. Deixando de parte as barbaridades que, muitas vêzes, foram cometidas em seu nome, a Cavalaria foi a aplicação concreta do mais antigo e mais notável código de conduta: — "Os dez mandantes". Sob uma legenda romântica (embelezada por sucessivas gerações) o código dos cavaleiros-andantes era muito simples. Ao lado do valor intrínseco de um homem de armas, o cavaleiro devia se conduzir segundo padrões rígidos de conduta, demonstrando virtudes tais como: bondade para com todos, especialmente as mulheres e os mendigos e lealdade ao rei e ao país. Exposto tão resumidamente, o código dos cavaleiros parece quase ingênuo, atualmente. Mas a cavalaria; em seu apogeu foi a expressão do mesmo fervor religioso que produziu as grandes catedrais da Europa, que são as principais relíquias dessa época.

Um código para oficiais, que utilizasse algumas das idéias do código da Cavalaria, seria muito fácil de ser estabelecido. Tal orientação seria valiosa; seria, no mínimo, um bom meio de se conseguir uma lista completa de virtudes, como honra, bravura e decência. Mas, para que isso venha a constituir um código de conduta, é necessária alguma coisa mais: — As palavras devem significar, essencialmente, a mesma coisa para todo mundo. A menos que isso aconteça, essas palavras não representarão padrões de conduta.

Ao procurar as componentes fundamentais do caráter de um oficial do exército, não podemos nos restringir a generalidades e abstrações; temos que ir mais longe e procurar especificar os fatos concretos que demonstrem as qualidades que supomos serem desejáveis. É quando o oficial do exército enfrenta situações reais da vida, que, precipuamente, a verdade tangível sôbre seu caráter é posta em evidência.

Há um certo número de virtudes, universalmente aceitas como desejáveis para um oficial. As quatro que serão examinadas, aqui, são talvez as de maior relevância; abrangem a significação de vários termos de sentido mais restrito, muitas vezes encontrados em listas de requisitos desejáveis ou essenciais ao caráter.

Pelo exame dessas qualidades cada oficial poderá, mais realisticamente, se aperceber de seus próprios pontos fortes e fracos.

7 — INTEGRIDADE

A integridade, no sentido de honestidade e de sinceridade no trato dos negócios do exército, é um requisito óbvio para todo oficial. Mas, a integridade abrange muito mais que isso.

Uma pessoa pode ser inteiramente honesta e sincera e, mesmo assim, ser deficiente na integridade profunda que é a marca dos melhores oficiais. O cuidado meticuloso com os dinheiros e as propriedades é recomendável e necessário. Mas, o oficial que é honesto, unicamente, para evitar aborrecimentos, evidencia uma espécie de integridade "técnica e superficial". Isso não é o suficiente para as situações críticas e as tentações que o oficial encontra, inevitavelmente, no cumprimento de suas obrigações profissionais. Ele seria, seguramente, traído em uma prova de caráter que exigisse mais que a simples enunciação da verdade.

A integridade do oficial deve ter raízes mais profundas que o mero desejo de evitar punições por falta de exação ou de honestidade. A honestidade prática do comerciante ou do cidadão, cujos compromissos estão sempre em dia, é importante e deve existir no oficial, como uma pessoa que pode vir a ser encarregada de negócios públicos de rotina, embora importantes.

Mas, o negócio mais importante do exército está fora da rotina; é um negócio que, normalmente, submete a fibra moral de seus oficiais a uma dura prova. Quais são os sinais profundos de integridade, que devem ser proeminentes nos melhores oficiais?

Uma espécie de integridade, de singular valor na profissão militar, tem uma significação que não pode ser expressa por uma única palavra. Uma descrição completa dela envolve várias palavras de significação mais restrita, tais como: flexibilidade, decisão, exatidão, adaptabilidade, equilíbrio, persistência, coragem moral, firmeza de propósitos e tenacidade — Muitos outros ocorrerão a todos nós, pois diversas qualidades de caráter podem ser combinadas na qualidade particular de integridade encontrada entre os grandes oficiais. Em tôdas as profissões, a integridade é desejável e merece ser recompensada, mas, para oficiais, o "desejável" se transforma em "Indispensável".

Falhas de caráter que podem acarretar tragédias pessoais, em algumas profissões, podem, razoavelmente, contribuir para tragédias nacionais, quando ocorrem na profissão militar.

O oficial do exército não pode se permitir ser medíocre em integridade ou em qualquer das outras qualidades que lhe afetam o cumpri-

mento do dever. No combate ou em emergência equivalente, a mediocridade, sob qualquer forma, não pode ser tolerada. É por isso que, em questões importantes ou não, não deve haver reservas mentais, qualificativos dúbios ou contornamentos sutis, quando um oficial diz: "Esta é a situação" ou "Estes são os fatos".

Outrossim, algumas das qualidades mencionadas acima podem parecer ter, apenas, vaga correlação com a integridade. Um exame mais profundo, porém, revelará que essas qualidades são componentes insubstituíveis da integridade.

A mais perfeita prova de integridade é uma indesejável determinação de cumprir o dever e tôdas as demais qualidades citadas podem ser reconhecidas, imediatamente, como os meios indispensáveis para atingi-la. A determinação, por si só, já é elogiável, mas o oficial deve possuir mais alguma coisa: determinação e capacidade.

Dessa maneira, a integridade abrange tudo quanto diz respeito à capacidade do oficial para suas funções. O equilíbrio emocional, a aplicação no estudo e na instrução, o senso moral e os hábitos de vida são, todos, provas de integridade, pois são os sinais exteriores da determinação interior.

8 — DECÊNCIA

A decência é um dos mais marcantes (e, talvez, o mais difícil de definir) atributos de um oficial. Ela significa, em sentido mais estrito, respeitabilidade e decôro. A decência que o exército exige de seus oficiais é, absolutamente, razoável. Ninguém espera que os oficiais do exército sejam "Sir Galahads". Mas, inversamente, o afastamento de um oficial dos padrões de respeitabilidade e decôro é um assunto sério.

Normalmente, a sociedade encara os padrões morais de uma pessoa como assunto, inteiramente, de fôro íntimo. Se um indivíduo prefere comprometer a saúde, o futuro ou a reputação, por meio de uma conduta imprópria, isso constitui, geralmente, uma questão pessoal. Seus vizinhos podem discordar da situação, sem discutirem, abertamente, seu direito de viver a própria vida. Desde que o indivíduo não prejudique a comunidade, nem ponha em perigo o bem-estar de outras pessoas, sua conduta não pertence ao âmbito das coisas públicas.

Entretanto, a mesma coisa não se dá, quando se trata de um oficial. Suas fraquezas morais não são inteiramente uma questão pessoal. Se elas acarretam uma conduta em desacôrdo com os padrões de decência estabelecidos, tanto o público como o exército estão, legítima e gravemente, afetados.

Os padrões de decência são, simplesmente, elementos de contrôle que as sociedades civilizadas criam, tendo em vista o bem-estar geral. Não há necessidade, aqui, de pesquisar suas origens. É suficiente saber que êsses padrões existem e são aceitos pela maioria. É a importância dêles, na profissão militar, o que nos interessa, no momento.

Em geral, a decência consiste no autocontrôle sôbre os instintos e inclinações humanas, primários e secundários. A bebida, o sexo e o di-

nheiro são fatores que acarretam, freqüentemente, o abandono da decência. Entretanto, eles só dão lugar à má conduta quando o indivíduo procura fazer mau uso deles. A solução é, do mesmo modo, individual e consiste em se armar de suficiente força de vontade para enfrentar e vencer as inclinações para ser intemperante ou sem ética, na conduta individual. O procedimento amoral de um oficial, obviamente, liquida o respeito por ele — respeito sobre o qual não se pode fazer nenhuma concessão. Ao lado da necessidade de se manter dentro de altos padrões morais, como exemplo aos demais, tudo quanto o oficial fizer, que acarrete falta de respeito, enfraquece sua posição de chefe.

9 — DIGNIDADE

A decência não é, integralmente, um dom moral. Uma pessoa, mesmo dotada dos mais altos princípios morais, pode, ainda assim, violar os padrões de bom gosto. Uma pessoa que faz isso, habitualmente, é considerada como não tendo dignidade. A dignidade diz respeito, tanto às simples e usais boas maneiras, como às mais importantes atividades. Ela é a exteriorização das crenças e atitudes do indivíduo, que revelam, não somente, o que ele pensa de si mesmo, como o que pensa dos demais. A dignidade real não é, unicamente, um disfarce para encobrir fraquezas; não é traduzida por gestos ou atitudes superficiais. Somente uma pessoa de caráter íntegro tem dignidade genuína.

Se a dignidade pode ser relacionada com qualquer regra, é com esta: "seja você mesmo; seja sincero e distinto e a dignidade aparecerá, por si mesma". Se o caráter de uma pessoa é, basicamente, íntegro, nenhuma "norma padrão de conduta" é necessária.

Existem, porém, algumas demonstrações de dignidade que têm particular importância na profissão militar. O cuidado no vestir e com a aparência, em geral, denota satisfação consigo próprio. Em um oficial, esse cuidado demonstra, ao mesmo tempo, essa satisfação íntima e orgulho pelo exército. As variações no vestuário, que são corriqueiras entre os civis, não podem ser toleradas em um oficial. Uma vez que o uniforme o identifica como um chefe, dentro do exército, a maneira de vesti-lo é assunto que interessa ao oficial, mas tanto, ou mais ainda, ao exército.

A cortesia é uma prova de dignidade que tem especial significação para os oficiais, não somente no seu sentido formal de etiqueta, como, também, no sentido mais geral de consideração e de distinção para com os demais.

Espera-se que o oficial do exército seja cortês e cavalheiresco, no grau apropriado, em todas as circunstâncias. A cortesia não é coisa que deva ser reservada para o clube de oficiais, reuniões sociais ou relações oficiais com o comandante. Quanto à questão de hierarquia e autoridade, todo oficial tem superiores, inferiores e camaradas. No que concerne à cortesia, essas relações se confundem em um único padrão, dentro do qual nunca há justificação para falta de polidez, desrespeito ou outras ofensas contra a dignidade pessoal.

A cortesia militar inclui certos atos formais e habituais e procedimentos peculiares ao exército ou às organizações militares, em geral. A

observância das formas exteriores da cortesia militar é mais significativa quando traduz uma verdadeira dignidade interior, sem a qual os atos exteriores de cortesia tendem a não ser nem verdadeiros nem cortes. A sinceridade, entretanto, é a alma da cortesia militar.

10 — LEALDADE

Na acepção de fidelidade à Pátria, é tão obviamente essencial a um oficial que maior discussão a respeito é supérflua. Outra espécie de lealdade é, porém, igualmente fundamental na profissão militar — a lealdade do oficial em suas relações com os superiores militares, camaradas e subordinados.

Sòmente o oficial que é leal nesse sentido, pode desempenhar, integralmente, sua função no conjunto de ações que mantém o exército como um todo e o torna capaz de agir com sucesso. A lealdade deve se estender por tôda a cadeia do comando, nos dois sentidos. Cada elo humano nessa cadeia deve ser leal para com os que lhe estão abaixo e acima.

A lealdade para com os superiores consiste no apoio entusiástico às suas decisões e ordens, a despeito dos pontos de vista pessoais e dificuldades da missão. A lealdade para com os subordinados consiste em estar sempre pronto para assumir a inteira responsabilidade das próprias decisões e ordens e das conseqüências decorrentes delas. A falta de lealdade em um sentido acarreta, imediatamente, a falta dessa qualidade no outro sentido, pois os efeitos se fazem sentir ao longo de tôda a cadeia de comando.

Ao encarecer a integridade, decência, dignidade e lealdade como qualidades de um oficial, seria leviandade afirmar que não existem outras qualidades. Há outras ou, pelo menos, outras formas de encarar as que acabamos de examinar. Nosso objetivo, aqui, foi chamar a atenção para as qualidades fundamentais, indispensáveis em um oficial — Os termos usados não são tão importantes quanto as virtudes que êles designam.

11 — PODEM AS FALHAS DE CARÁTER SER CORRIGIDAS?

A discussão desse assunto repousa em várias premissas importantes: que o comportamento de ninguém é perfeito; que nosso quadro de oficiais não é perfeito; e, finalmente, que a discussão pode dar lugar a uma auto-apreciação objetiva do próprio caráter, por todos os oficiais. Isso implica em quarta premissa: que a discussão e a auto-apreciação podem constituir o primeiro passo para a eliminação e correção das deficiências pessoais. Na falta dessa possibilidade terapêutica, haveria pequeno interesse no exame da questão, em conjunto.

Quando um oficial compreende que um hábito ou inclinação está interferindo com sua completa eficiência, que pode êle fazer a êsse respeito? A parte mais fácil da resposta é a única, geralmente aplicável, é que a atitude deve ser, afinal, uma atitude pessoal. A solução nunca será encontrada em livros — nem em exames como êste. Isso pode ajudar, mas sòmente se o oficial, realmente, quizer se ajudar.

O resto da resposta depende de qual seja a deficiência e do grau de sua seriedade, em cada caso particular.

Se a autocompaixão de qualquer espécie é o problema, a solução dependerá, sobretudo, da força de vontade de indivíduo e do ponto atingido pelo mau hábito, como atitude contumaz. As qualidades de caráter que não se relacionam com os instintos primários, raramente são muito difíceis de corrigir — A criação do contróle do temperamento pessoal, por exemplo, é uma demonstração, relativamente simples de disciplina pessoal, para a maioria das pessoas.

A verdade sôbre as próprias deficiências — mesmo quando se admite que é verdade — não é fácil de aceitar. E é, até mesmo, mais difícil tomar uma atitude, quando se admite e aceita a verdade. Como seres humanos, achamos, muitas vêzes, mais fácil nos apegarmos à autojustificação e a subterfúgios. Mas, o oficial que deseja se aperfeiçoar, deve enfrentar a desagradável verdade e, então, se pôr em ação. Esse é o ponto de partida indispensável para qualquer modificação para melhor.

O útil exercício de escrever um conceito de si próprio pode proporcionar uma valiosa descrição de si mesmo. Tome uma fórmula em branco e preencha-a, tão cuidadosa e honestamente como se fôsse um comandante, escrevendo o conceito de um elemento subordinado. Essa é uma boa maneira de se examinar objetivamente e do mesmo ponto de vista que os companheiros de caserna.

Um aspecto da vida militar que pode ser de grande valia para o indivíduo que enfrenta um problema pessoal, dá lugar a uma característica ou hábito indesejável. É o profundo sentido de camaradagem que é o apanágio da profissão. Nunca será olhado como uma "Mancada" o ajudar o oficial faltoso a "se safar". Devia ser, porém, uma fonte de vaidade, ajudá-lo a vencer sua deficiência. A lealdade entre oficiais não deve ser um acôrdo mútuo para esconder sua má conduta da vista do público. Ao contrário, ela deve ser o resultado de sua colaboração mútua em benefício do bem-estar geral, dentro da idéia de que a falha de um oficial concorre para diminuir o prestígio de todo o quadro. Há, assim, dois motivos que concorrem para que se apóie um camarada oficial faltoso — primeiro, êle é um amigo em necessidade; segundo, sua conduta pessoal é de interêsse público e profissional, tanto quanto assunto particular.

Para a grande maioria dos oficiais, as responsabilidades da vida familiar são, ao mesmo tempo, uma fonte de alegria e uma influência estabilizadora da conduta individual. A profissão militar impõe certas condições à vida familiar, que não são comuns em outras atividades, tais como as transferências periódicas e os períodos de separação. Essas são provações particulares, além e acima das alegrias e aflições conhecidas de tôdas as famílias em todos os lugares. Elas tendem a conferir à família militar típica, características diferenciadoras, tais como adaptabilidade a novas situações e a visão de conjunto do viajante costumeiro. Dominar essas condições particulares e, mesmo, aproveitá-las como fontes de educação e de formação do caráter, tem sido, em todos os tempos, uma compensadora experiência para os oficiais e suas famílias.

12 — A SAÚDE MENTAL

O procedimento correto é, em grande parte, uma questão de higiene mental. E, do mesmo modo que a saúde física pode ser preservada pela observância de hábitos adequados de higiene e de prevenção, a saúde mental também.

A doença física muitas vezes atinge um corpo saudável, súbitamente, a despeito das precauções tomadas; mas a má conduta, raramente, surge com um colapso de uma mente hígida e saudável.

As medidas preventivas, nesse caso, são de muito maior eficiência. Um deslize, em si mesmo, não significa, necessariamente, um colapso moral. Transformado em hábito, porém, pode acarretar para um indivíduo a ameaça de completa destruição. Uma defesa contra tal tragédia pessoal pode ser encontrada no "perímetro exterior" dos negócios do oficial, onde uma simples tendência para fazer errado pode ser impedida, antes que adquira a poderosa impulsão do hábito.

Assim, a vontade humana é o principal remédio contra os germens do mau procedimento.

Nos jovens oficiais em particular, o poder da vontade pode ser canalizado para o objetivo positivo da formação de bons hábitos, de preferência à criação de uma atitude defensiva contra as más ações. Uma vez que esses bons hábitos estejam firmemente implantados, eles se transformam em sólida defesa contra as tentações, libertando a pessoa, que, assim, pode se concentrar com maior intensidade e vontade, nos assuntos da profissão. O mais competente oficial não atinge a eficiência completa, enquanto permanece hesitante entre as tentações pessoais e as responsabilidades oficiais.

Nenhum hábito, bom ou mau, se transforma em hábito espontaneamente; sempre principia como simples tendência ou inclinação. É nesse estágio inicial que ele pode ser cuidadosamente alimentado e desenvolvido, se é bom, ou estirpado, se é mau. Esse processo deve prosseguir por toda a vida, mas tem especial importância nos anos de formação. É um processo altamente individual. Somente o indivíduo pode ler sua própria mente, examinar seus motivos e avaliar seus pontos fortes e suas fraquezas, com inteira imparcialidade e meticulosidade. E isso pode ser feito freqüentemente, como medida rotineira de higiene mental. Para se ser capaz de divisar a verdade a respeito de si próprio e enfrentar essa verdade, mesmo quando desagradável, o fator essencial é a ausência de preconceitos. Somente, então, a vontade pode entrar em cena para combater um ponto fraco.

— Ignorar as evidências iniciais de que uma inclinação indesejável está se transformando em hábito, é comparável a não tomar conhecimento dos sintomas, que anunciam o câncer ou a tuberculose. A ação correta, no último caso, é consultar o médico; no primeiro, é se consultar a si mesmo, pois aí está tanto a cura, como a causa da deficiência.

13 — MOTIVOS PARA A BOA CONDUTA PESSOAL

Por que os melhores oficiais dedicam contínua e séria atenção aos seus padrões de conduta pessoal? As razões fundamentais da responsabilidade para com a nação e a profissão já foram examinadas. Esses são motivos impostos, que ajudam a compreender as destacadas e excepcionais necessidades da consciência individual. Entretanto, serve unicamente para iniciar o exame da questão, dizer que o oficial deve cumprir o dever simplesmente porque se trata do dever. Que incentivos pessoais o tornam capaz de cumpri-lo? Não se pode esperar que os oficiais, mais que os outros homens, baseiem tudo quanto fazem em um plano idealístico e abstrato de compreensão do dever.

O oficial dedica a vida à Pátria, mas também tem que vivê-la e, como qualquer outro homem, presume-se que ele tenha motivos secundários, que não deixam de ser valiosos, simplesmente porque são práticos e profanos.

Os oficiais têm necessidade de serem lembrados de que a carreira militar não é uma profissão que deva ser abraçada, quando se buscam unicamente fins materiais. As responsabilidades e conhecimentos exigidos por muitas comissões militares, aplicadas a outras profissões ou ao mundo dos negócios, muitas vezes produzirão maiores remunerações. A recompensa pecuniária da carreira militar é um motivo valioso para a integral dedicação ao serviço, mas a simples aritmética confere-lhe lugar secundário.

Também a glória e um lugar de destaque na história não representam incentivos práticos para os oficiais, em seu conjunto. Os oficiais, presentes e passados, que conseguiram uma evidência singular, constituem uma ínfima percentagem sobre o total deles, e é sabido com segurança que muito poucos dentre eles procuram as aclamações populares como objetivo primordial de suas carreiras militares.

Um incentivo importante para todos os oficiais é o desejo de aperfeiçoamento profissional — o maior possível dentro de suas possibilidades. Nesse sentido, a carreira militar pode, realmente, ser chamada de carreira sacerdotal, pois tem sido sempre notabilizada pelos esforços de seus oficiais para melhorarem, tendo em vista o dia em que sua habilidade técnica, e seus conhecimentos profissionais venham a ser vitais para a sobrevivência da Pátria.

Naturalmente, o incentivo do aperfeiçoamento profissional está ligado a outros motivos mais modestos, como o patriotismo e o desejo de ser útil aos compatriotas. Servindo de base a tudo isso, porém, estão duas necessidades básicas e desejos, que todos os homens possuem em grau variável. São a necessidade de respeito próprio e a necessidade de se sentir respeitado pelos demais. Para o oficial do exército, isto é particularmente importante, pois confere significação e orientação aos outros motivos que modelam seu comportamento. Encaradas em seu justo valor, essas necessidades estabelecem a diferença entre a dedicação ao serviço e a ambição egocêntrica. Elas levam o oficial a dar valor maior

à satisfação íntima que decorre do sentimento do dever cumprido, que às promoções e aos elogios que podem ser consequência de uma tal atuação.

Há unicamente uma espécie de carreira militar que merece o título de honrosa. Pode ser uma carreira de poucos anos ou abranger toda uma vida adulta; em qualquer caso, só o próprio oficial pode saber até que ponto os documentos que certificam seus serviços valiosos são idôneos, no mais profundo sentido pessoal dessa palavra. Só ele é depositário da verdade completa. Sua verdadeira recompensa está na convicção íntima de que nunca agiu, conscientemente, contra os princípios éticos ou morais, menosprezando os padrões escritos ou implícitos de sua profissão.

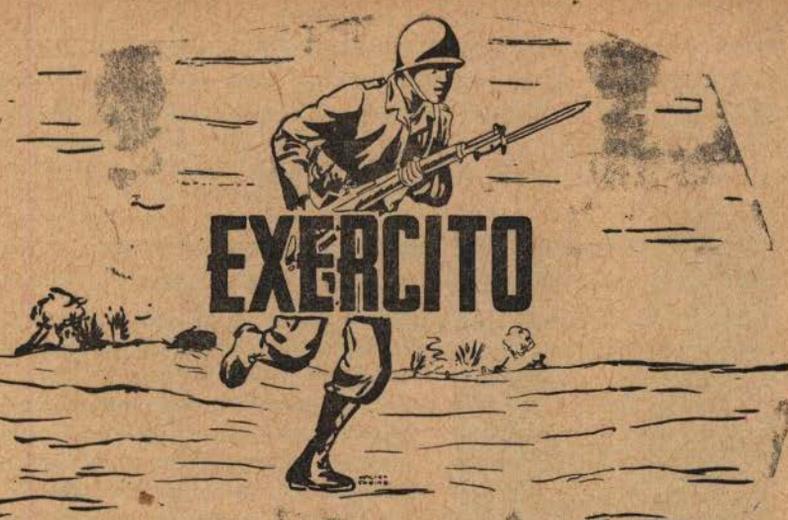
Tanto o oficial de talento brilhante, como o oficial de menores possibilidades, podem ter essa espécie de carreira. Nos anos que se seguem à reforma, tais oficiais costumam ser procurados por colegas mais jovens, que continuam a dar valor aos seus conselhos, tanto em assuntos profissionais como particulares. Sua decência pessoal e integridade continuam, assim, a pagar dividendos de uma qualidade que transcende à compensação material normal, correspondente a toda uma vida de serviços dedicados. Tais oficiais nunca se reformam, salvo no sentido formal e oficial da expressão. Sua utilidade para o exército e para a nação nunca tem fim.

Garantia e bons serviços

Banco Hipotecário.
LAR BRASILEIRO S.A.



Visite a agência mais próxima
Aberto sem interrupções das 8,15 às 17,30



EXERCITO

FÔRÇAS ESPECIAIS

Tenente BERNARDO LOEFFKE
do Exército dos EUA.

O Tenente Bernardo Loeffke nasceu a 17 de setembro de 1935; pertence à turma de 1957 da Academia Militar de West Point. Após a graduação, serviu por um ano na 82ª Divisão Aeroterrestre, em Forte Bragg (Carolina do Norte), como comandante de pelotão e, posteriormente, como subcomandante de Cia.

Ingressou voluntariamente nas Forças Especiais e, depois de formado, serviu no Extremo-Oriente. Possui os cursos de "Ranger", Precursor Aeroterrestre e das Forças Especiais. Completou 73 saltos de pára-quedas e já realizou 10 saltos livres. Foi campeão de natação do Exército dos Estados Unidos de 200 a 1 500 metros, estilo livre. Fala francês, português, espanhol e inglês.

Atualmente serve no Rio de Janeiro, GB, como ajudante-de-ordens do General Raymond E. Bell, Chefe da Seção do Exército Norte-Americano da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos.

NOTA

Forças Especiais é a denominação pela qual é conhecido um novo tipo de unidade do Exército dos Estados Unidos.

A idéia surgiu durante a guerra da Coreia, onde ficou evidente a possibilidade do emprego, como guerrilheiros e atrás das linhas comunistas, de coreanos do norte e do sul, desde que devidamente organizados e instruídos.

A missão das Forças Especiais é organizar e orientar grupos de guerrilheiros para atuar atrás das linhas inimigas.

Numa noite fria e muito escura, um avião desloca-se velozmente sobre uma zona de lançamento de pára-quedistas em Forte Bragg, na Carolina do Norte, EUA. Ouve-se o comando: Já! Segue-se uma rajada de ar, uma queda rápida, um sacolejão forte e estão no ar os pára-quedistas!

No litoral das Filipinas, homens-rãs deixam um submarino submerso e nadam para a praia.

Dentro de ofuscante tempestade de neve, alguns soldados procuram obstruir totalmente as manobras do Exército dos EUA na Alemanha, capturando o seu Comandante.



O autor durante uma sessão de instrução em Oquinava

São soldados das Fôrças Especiais do Exército dos EUA; são homens que se apresentam como voluntários para se tornar pára-quedistas, receber instrução nas Fôrças Especiais e dispostos a cumprir missões as mais variadas atrás das linhas inimigas; são homens capacitados para organizar, instruir, equipar e chefiar grupos de guerrilheiros em combate, caso os EUA venham novamente a se engajar numa guerra.

Esses homens, durante a sua preparação para o cumprimento de difíceis e arriscadas missões, são submetidos, por vèzes, à mais rigorosa e árdua instrução de tôdas as Fôrças Armadas dos EUA.

As Fôrças Especiais iniciam seu treinamento na área de instrução da Floresta Nacional de Pisgah, na Carolina do Norte, onde aprendem a alimentar-se de cobras, a apanhar e esfolar pequenos animais e até a carnear animais de porte, desde cabras até ursos.

Os voluntários, ao ingressar nas Fôrças Especiais, devem ser membros do Exército regular com, ao menos, um ano de serviço. Antes de serem considerados "qualificados" para servir num grupo de guerrilheiros têm de submeter-se a cerca de trinta meses de treinamento rigoroso em locais os mais diversos, desde Pisgah até à Zona do Canal do Panamá. O "produto final" de tal processo de formação é um combatente frio, resistente e dotado de grande vivacidade.

O efetivo de um grupo básico de guerrilheiros das Fôrças Especiais é de nove (9) homens, assim distribuídos: Um (1) oficial, um (1) enfermeiro, três (3) sargentos, dois (2) peritos em demolições, um (1) operador de rádio e um (1) mecânico de rádio. Todos os homens devem estar em condições de exercer ao menos uma outra função, além da que lhe compete normalmente.

Nenhum membro do grupo básico é instruído de modo tão completo quanto o enfermeiro. Esse homem recebe 700 horas de instrução especializada em Forte Sam Houston, no Texas, e complementa seu treinamento no Hospital Militar de Forte Bragg, na Carolina do Norte. Ao terminar tal treinamento, esse enfermeiro é quase um médico, faltando-lhe praticamente apenas o diploma; seu treinamento chega mesmo a capacitá-lo para fazer intervenções cirúrgicas.

O Exército dos EUA dispõe, atualmente, de unidades de Forças Especiais em Forte Bragg (Carolina do Norte, EUA), em Bad Tolz (Alemanha) e em Oquinava (Pacífico). O pessoal da unidade de Oquinava fala chinês e, também, os dialetos dos seguintes países: Laos, Burma, Tailândia, Cambódia, Viet-Nam, Indonésia e outros. Os homens em serviço na Alemanha: falam os idiomas russo, húngaro e polonês, e ainda, os principais dialetos europeus.



Detalhes do equipamento rádio e de demolições conduzido pelos homens das Forças Especiais

O mundo comunista não tem dúvida de que as Forças Especiais do Exército dos Estados Unidos da América estão dispostas a cumprir integralmente o que estabelece a sua legenda: "Qualquer coisa, a qualquer momento, em qualquer lugar e de qualquer maneira".

DEVER MILITAR E POLÍTICA PARTIDÁRIA

UM LIVRO PARA MILITARES E CIVIS

pelo

MARECHAL E. LEITÃO DE CARVALHO

Livraria Civilização Brasileira

Cr\$ 250,00

RUA 7 DE SETEMBRO, 97

RIO DE JANEIRO

LP/LPK/LPS 321

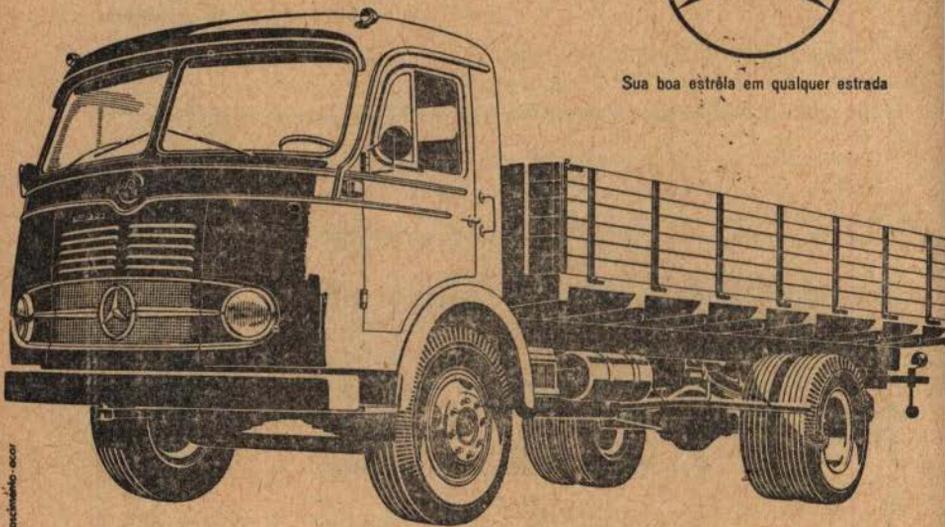
DIESEL-O MAIS ECONÔMICO

Em todos os tipos de transporte se destaca o Mercedes-Benz Diesel, 6 cilindros, 120 HP, proporcionando menor consumo de combustível, baixo custo de operação, ampla facilidade de manejo e maior lucro por quilômetro rodado. É o caminhão que assegura máximo resultado em qualquer transporte de carga.

MERCEDES-BENZ



Sua boa estrela em qualquer estrada



pl. G. mercédész - 1007

MERCEDES-BENZ DO BRASIL S.A.



Seção

do CANDIDATO à

ESCOLA DE COMANDO E
ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO

CCARR - 2ª SDI, DES.

RIO / 23-V-956

Coordenador: Maj GERMANO SEIDL VIDAL

SUMÁRIO

- I — ESTATÍSTICAS DO CONCURSO DE ADMISSÃO A ESCEME —
MAJ G. VIDAL.
- II — QUESTÕES PARA EXERCÍCIO DO CANDIDATO — Tenente-
-Coronel OCTAVIO TOSTA.



DOCUMENTOS BÁSICOS PARA O PREPARO DO CANDIDATO À ECEME

GEOGRAFIA

- Geografia do Brasil — Delgado de Carvalho
Geografia Regional do Brasil — Delgado de Carvalho
Geografia Humana de 1934 — Aroldo de Azevedo
Geografia Humana do Brasil — Pierre Deffontaines
Notas de Geografia Militar Sul-Americana — P. de Paula Cidade
História Econômica do Brasil — Roberto Simonsen
Realidades Econômicas do Brasil — Pires do Rio
Partes da Geologia da História Natural — Waldemar Potsch
Geologia do Brasil — Avelino — Oliveira e Othoñ A. Leonardos
As Grandes Regiões do Brasil — Conselho Nacional de Geografia
Alguns Problemas brasileiros (subsídios para o seu estudo, coligidos pelo Conselho Técnico Consultivo da Confederação Nacional do Comércio — 1955)
Aspectos geográficos sul-americanos ou Projeção continental do Brasil — Mário Travassos
O Domínio da Bacia Hidrográfica do Prata — Francisco de Paula Cidade (Rev Mil Brasileira — Jan, Mar, Jun, Jul e Set 1930)
Sobre os fundamentos para o estudo dos aspectos militares da Bacia do Prata — Cel R1 João Batista de Magalhães (idem Jan-Jun 1940)
Perspectivas da Economia Brasileira — Industrialização da Economia Nacional — ISEP — 1958.

HISTÓRIA

- História do Brasil — João Ribeiro (Curso Superior)
Manual de História do Brasil — Basílio de Magalhães
História do Brasil — Barão do Rio Branco
História Geral do Brasil — Visconde de Pôrto Seguro, anotada por Rodolpho Garcia
História do Brasil — Rocha Pombo
História do Brasil — Pedro Calmon
Evolução do Povo Brasileiro — Oliveira Viana
História das Américas, publicada sob a direção de Ricardo Levone, Ed Bras dirigida por Pedro Calmon, 14 vol (Ed Jackson) — 1947
História da América — Gastão Ruch
(Das Instruções para o Concurso, atualmente em vigor)

I — ESTATÍSTICAS DO CONCURSO DE ADMISSÃO À ESCEME

IDADES, POSTOS, ARMAS E SERVIÇOS

MaJ GERMANO SEIDL VIDAL

Muito se tem dito sobre o sistema de recrutamento de oficiais para os quadros de Estado-Maior. A seleção implantada há longos anos pelo sistema do Concurso tem resistido a tôdas as transformações do ensino da ESCEME. A exigência do curso de aperfeiçoamento estabelece um "objetivo intermediário" a todos aquêles que aspiram a consecução de seus ideais pela diplomação no mais alto Instituto Militar das Fôrças Terrestres.

Por isso, decidimo-nos a coligir informes e a dar a êles testamento estatístico, que permitissem verificar a "qualidade" dos aprovados nos quatro últimos concursos, segundo as *idades, postos, armas e serviços*.

Assim, vejamos os dados obtidos e as referências que dêles extraímos:

IDADE

Eis os quadros:

ADMISSÃO À ESCEME

Média de idade.

<i>ANO</i>	<i>IDADE</i>
<i>1960</i>	<i>36</i>
<i>1959</i>	<i>37</i>
<i>1958</i>	<i>37</i>
<i>1957</i>	<i>39</i>

ADMISSÃO À ECEME

MÉDIA DE IDADE POR POSTOS

<i>ANO</i> PÔSTO	1960	1959	1958	1957
<i>Coronel</i>	—	46	—	48
<i>Ten. Coronel</i>	45	42	46	44
<i>Major</i>	37	37	37	37
<i>Capitão</i>	33	35	35	—

ADMISSÃO À ECEME

MÉDIA DE IDADE POR ARMAS E SERVIÇOS

<i>ANO</i> PÔSTO	1960	1959	1958	1957
<i>Artilharia</i>	34	36	36	37
<i>Cavalaria</i>	34	36	36	36
<i>Engenharia</i>	35	36	36	37
<i>Infantaria</i>	35	37	37	39
<i>Serviços</i>	42	41	44	45

Deduzimos dos mesmos que há ligeira tendência para diminuir a *média de idade* entre os candidatos habilitados no Concurso de Admissão. O atraso em que se acha a ESAO na matrícula compulsória dos Capitães, efetivando-a após 5 ou mais anos de pòsto, tem concorrido sensivelmente para retardar a matrícula na EsCEME de oficiais mais jovens. Levando-se em conta a média da idade entre os candidatos matriculados em 1960, que foi de 36 anos, verifica-se que somente aos 38 anos (idade-média) ter-se-á o oficial formado, apto ao desempenho de funções do QEMA. Talvez essa idade seja tarde demais para inúmeras atividades do quadro do EM, os quais exigem oficiais mais jovens.

POSTOS

Parece estar consagrado o pòsto de Major como o da "moda" entre candidatos matriculados na EsCEME. A estatística abaixo atesta essa asserção:

ADMISSÃO À ECEME

Percentagem dos Postos.

<i>ANO</i> PÔSTO	1960 %	1959 %	1958 %	1957 %
<i>Coronel</i>	—	1	—	1
<i>Ten. Coronel</i>	3	2	5	4
<i>Major</i>	60	62	62	95
<i>Capitão</i>	37	35	33	—

Vemos, pois, que em 1957 constituía-se o 1º ano da EsCEME com 95% de Majores. Tão elevada porcentagem vem baixando sucessivamente. Tal se deve mais ao envelhecimento dos quadros do que a outros fatores, pois os capitães atualmente levam cêra de oito anos no pòsto. Os tenentes-coronéis são uma minoria e os coronéis, uma exceção.

ARMAS E SERVIÇOS

Vejamos, de início, a estatística:

ADMISSÃO À ICEME

Percentagem das Armas e Serviços.

<i>ANO</i> <i>ARMA</i>	<i>1960</i> <i>%</i>	<i>1959</i> <i>%</i>	<i>1958</i> <i>%</i>	<i>1957</i> <i>%</i>
<i>Artilharia</i>	<i>24</i>	<i>23</i>	<i>30</i>	<i>26</i>
<i>Cavalaria</i>	<i>12</i>	<i>20</i>	<i>21</i>	<i>24</i>
<i>Engenharia</i>	<i>12</i>	<i>6</i>	<i>9</i>	<i>6</i>
<i>Infantaria</i>	<i>39</i>	<i>42</i>	<i>29</i>	<i>37</i>
<i>Serviços</i>	<i>13</i>	<i>9</i>	<i>11</i>	<i>6</i>

Não resta dúvida que, percentualmente, os candidatos se distribuem pelas Armas, do seguinte modo:

- 1º) Infantaria;
- 2º) Artilharia;
- 3º) Cavalaria;
- 4º) Engenharia.

A seqüência acima está de acôrdo com o valor numerário dos quadros das Armas e, no caso, a "lei dos grandes números" serviu para coonestar a necessidade de ter oficiais das quatro Armas equânimemente incluídos no QEMA. Mera casualidade, pois em 1958 a Artilharia matriculou mais oficiais que a Infantaria...

No caso dos Serviços, o escasso número de vagas, anualmente previsto, está em consonância com o reduzido número de candidatos, desproporcional com o numeroso quadro dos três Serviços que a elas tem concorrido: Saúde, Veterinária e Intendência.

CONCLUSÕES

Aventuramo-nos, ao finalizar este estudo, a alinhar algumas ilações, fruto dos números que foram objeto dos comentários acima. São conclusões pessoais que não podemos omitir dado o insopitável desejo de ver engrandecido e aprimorado o nosso QEMA.

Ei-las:

- 1º) Há necessidade urgente de acelerar o aperfeiçoamento dos capitães, de modo a efetivá-lo logo no primeiro ano de promoção.
- 2º) O limite de idade dos candidatos, agora ampliado, parece que deveria ser mais rígido — após razoável prazo de tolerância — evitando-se, na mesma forma, oficiais de grande diferença de idade.
- 3º) Faz-se mister estimular o candidato à EsCEME desde a EsAO, onde o ensino de História e Geografia poderia ser iniciado sob correta e necessária orientação. O curso por correspondência oficial dirimiria as demais dificuldades dos candidatos menos favorecidos, dando oportunidade igual a todos...
- 4º) O aumento das turmas da EsCEME, inclusive substancial acréscimo no número de vagas para os Serviços, viria ao encontro de necessidades prementes do QEMA.
- 5º) A separação dos Cursos da EsCEME, o de Estado-Maior e o de Comando, é, a nosso ver, indispensável para melhor atender aos objetivos dos Cursos em tela, permitindo mais apurada seleção para o Curso Superior, ou de Comando, e inúmeras outras vantagens para o Exército (evidentemente não objeto deste artigo).

UM APELO

PREZADO COMPANHEIRO,
apelamos para **você**, que pode ajudar à
Seção do Candidato à ECEME de "A DEFESA
NACIONAL".

Buscamos orientação para o próximo
ano, que atenda aos anseios dos candidatos
e esteja apoiada na valiosa e indispensável
contribuição dos oficiais de EM, dos alunos
da ECEME e dos próprios candidatos.

Encareçemos o valor de sua ajuda, atra-
vés da remessa de ensaios, resumos ou ques-
tões resolvidas.

Precisamos de suas críticas e de suas
sugestões.

Folgaremos em divulgar os trabalhos re-
metidos e em vitalizar o intercâmbio de idéias
que concorram para o fim precípua destas
colunas: Servir ao Candidato!

Dirija-se ao Major G. Vidal — 5ª Seção
— EME — Palácio da Guerra — GB.

O Redator

II — QUESTÕES PARA EXERCÍCIO DO CANDIDATO

Ten-Cel OCTAVIO TOSTA

NOTA DO REDATOR

Esta Seção criada há dois anos sob a coordenação do então Major OCTAVIO TOSTA, volta a contar com a colaboração, sempre valiosa, desse oficial. Obtivemos do Ten-Cel TOSTA autorização para publicar algumas questões por êle formuladas aos candidatos, que estudam sob sua orientação. São questões, como dissemos de outra feita, para exercício mental dos que se preparam para o Concurso. No caso, têm elas valor excepcional. São propostas por experimentado professor, membro de três Comissões do Concurso de Admissão e consagrado estudioso da Geografia e História Militar.

Em números posteriores procuraremos publicar soluções de algumas das questões abaixo enunciadas.

GEOGRAFIA

- 1) Fundamentos geográficos da produção econômica na América do Sul.
- 2) O nordeste brasileiro na economia nacional.
- 3) O Rio Grande do Sul como área de produção econômica do Brasil.
- 4) Condicionamento geográfico da produção econômica do nordeste brasileiro.
- 5) Influência do desenvolvimento econômico nacional no desajustamento social dos elementos de côr.
- 6) Partindo-se de um estudo sumário das bacias amazônica, do São Francisco e do Paraná-Uruguaí, explicar:
 - a — a influência destas bacias no processo de desenvolvimento econômico nacional;
 - b — o comportamento de cada uma dessas regiões geo-econômicas, face ao processo de integração nacional.

- 7) Expressão política e econômica dos vales dos rios Doce e Paraíba do Sul.
- 8) A bacia do Paraguai: sua contribuição na projeção política e econômica do Brasil na América do Sul.
- 9) "Portas" econômicas do litoral do Brasil.
- 10) Expressão política do litoral nordestino brasileiro.

HISTÓRIA

- 1) Fundamentos geográficos do processo de formação histórica dos países sul-americanos.
- 2) As bacias hidrográficas e a formação dos Estados sul-americanos.
- 3) As raças pré-colombianas e a formação dos Estados sul-americanos.
- 4) O processo político-administrativo das metrópoles ibéricas na colonização da América do Sul e na formação dos Estados sul-americanos.
- 5) A formação do sentimento luso-brasileiro.
- 6) O processo da colonização nos Estados meridionais do Brasil.



Ano III Ns. 5 e 6
(Jun e Jul 61)

Coordenador: Maj AMERINO RAPOSO FILHO

SUMÁRIO

I — BASES FILOSÓFICAS

FIXEMOS A DOCTRINA MILITAR BRASILEIRA

Ten-Cel Fausto Carvalho Monteiro.

II — GUERRA REVOLUCIONÁRIA

A GUERRA NA ESPANHA

Gen J. Dias Villegas, do Ex Espanhol

Trad. do Cel G. Pessanha.



TEORIA DE GUERRA

Teoria de Guerra é o trabalho científico que se destina a determinar os princípios intrínsecos, extrínsecos e de ação do fenômeno por excelência social, que é a Guerra.

A teoria da guerra representa a parte superior, subjetiva da guerra.

DOCTRINA DE GUERRA

Doutrina de Guerra representa um primeiro estágio na Teoria de Guerra, para determinado país e numa determinada situação. A dependência da doutrina a elementos concretos mostra-nos, desde logo, que ela não pode ser nem imutável, nem geral, sendo, então, somente aplicável àquele país e numa determinada época.

Sendo a Guerra um fenômeno social, cada agrupamento humano imprimirá suas características próprias e peculiares à aplicação das Leis e dos Princípios de Guerra, surgindo, assim, não uma nova Teoria, mas algo dela derivado, que se convencionou denominar Doutrina de Guerra.

REGULAMENTO

Ao executante não interessa o domínio das concepções subjetivas, como acontece em alto grau na Teoria de Guerra e, em menor escala, na Doutrina de Guerra, porém, algo concreto, que lhe sirva de guia na realidade do campo de batalha, isto é, o Regulamento.

Então, é o Regulamento o repositório de normas e procedimentos para os executantes. Traduz o pensamento doutrinário, o modo operatório em situações diversas. Constitui um todo harmônico e homogêneo.

I — BASES FILOSÓFICAS

FIXEMOS A DOCTRINA MILITAR BRASILEIRA

Ten-Cel FAUSTO CARVALHO MONTEIRO

Quem quer que se empenhe em trabalhos de Estado-Maior de âmbito combinado ou mesmo singular nos mais altos escalões das três Forças Armadas, particularmente no setor de planejamento, se defronta desde logo com a dificuldade decorrente da inexistência de uma *Doutrina Militar* definida, que assegure a coordenação e coerência desses trabalhos através uma orientação doutrinária que emanada inicialmente das bases firmadas pelo Comando Supremo através do EMFA seja consolidada no estabelecimento das doutrinas específicas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Baseada principalmente nas Hipóteses de Guerra e no Conceito Estratégico Nacional, fundamentos principais das doutrinas de guerra e de segurança nacional, deverá a Doutrina Militar ser rigorosamente enquadrada na conjuntura atual, particularmente no que se refere aos meios disponíveis e aos compromissos internacionais existentes.

Na fase de desenvolvimento que o país atravessa, não poderão também deixar de ser consideradas algumas necessidades prementes existentes em outros setores da vida da nação, naturalmente incluídas na Doutrina de Segurança Nacional pois que, interessando ao desenvolvimento do país e bem estar do povo em geral, apresentam também considerável repercussão no fortalecimento do potencial nacional com reflexos positivos no aumento do poder militar, inclusive nas condições e possibilidades existentes de emprégo das Forças Armadas. Surgirão em face dessas necessidades algumas missões secundárias a serem atribuídas às Forças Armadas, missões essas que embora não decorram diretamente da finalidade preçipua que é o preparo para a guerra, terão que ser forçosamente consideradas na formulação da doutrina, já que influirão diretamente na organização e distribuição das forças no território nacional.

Estão neste caso a colonização de regiões despovoadas, a alfabetização dos conscritos, a construção e conservação de estradas, o estabelecimento de ligações aéreas com as mais longínquas regiões, a melhoria do padrão de saúde e higiene de nossa gente e várias outras atividades congêneres que constituem objetivos nacionais de alta relevância.

Há quem julgue pretenciosa a fixação de uma doutrina de guerra em países sem maior experiência de combate e carecendo de meios essenciais para as provas e estudos necessários.

Concordamos em que isto se possa dizer quanto à Teoria da Guerra que poderemos de fato ir buscar em países que possuam Forças Armadas mais experientes e adestradas. Para o estabelecimento da Doutrina de Guerra, entretanto, terá a teoria que se ajustar às nossas condições especiais e às nossas Hipóteses de Guerra, necessidade essa que muito mais se acentua no que concerne à Doutrina Militar, essa então essencialmente peculiar e dependente das condições econômicas, geográficas e psico-sociais da nação.

Cabem aqui algumas considerações sobre a diferenciação que deverá ser estabelecida entre a Doutrina de Guerra e a Doutrina Militar e que muitas vezes são confundidas em definições prolixas e imprecisas.

Uma Doutrina de Guerra está diretamente baseada na Doutrina de Defesa ou Segurança Nacional. Esta visa, precipuamente, ao desenvolvimento do potencial nacional em todos os seus campos e setores; deflagrada a guerra será a aplicação do poder realizada de acordo com a Doutrina de Guerra existente.

Constitui-se assim a Doutrina de Guerra num conjunto de princípios, normas e conceitos que visa a coordenar, sistematizar, metodizar, disciplinar e dar eficiência às tarefas de guerra afetas a *tôda a nação* nos setores econômico, psico-social, político e militar.

Incluindo o campo militar estará ela estreitamente ligada à teoria militar da guerra para estabelecer princípios, conceitos e normas que ditarão e regularão o emprego conjunto das Forças Armadas do país.

Dela emanam os princípios estratégicos e táticos a serem utilizados em caso de eclosão de guerra prevista nas Hipóteses consideradas na própria doutrina. É por isto mutável e evolutiva, ao contrário da teoria, quase invariável, muito geral e aplicável, no todo em parte, de acordo com as circunstâncias e o tipo de guerra que se apresente.

A doutrina de guerra é esparsa e, se dispõe de algumas normas forçosamente codificadas em leis, manuais e regulamentos, é completada por uma parte subjetiva e que se adquire nos bancos escolares, nas leituras específicas e no próprio exercício de atividades correlatas com a guerra e a segurança nacional.

Já a Doutrina Militar, emanada essencialmente da de guerra, é eminentemente objetiva e quase toda codificada em manuais, regulamentos e quadros de dotações. Ela tem como finalidade orientar o preparo das Forças Armadas para o seu emprego previsto na Doutrina de Guerra e realizar esse emprego de forma eficiente, coordenada, metódica e disciplinada.

Assim nos dirá a Doutrina de Guerra a ser fixada pelo Conselho de Segurança Nacional, para qual guerra nos devemos preparar e como de-

verá ser ela conduzida dentro ou fora do território nacional; enquanto a Doutrina Militar fixará, em face da de Guerra e sem perder de vista a Constituição Federal e outras imposições legais, quais devem ser as finalidades principais e secundárias das Fôrças Armadas, como devem ser organizadas e dispostas no território nacional e, finalmente, como devem ser preparadas para a guerra prevista, considerando desde a formação dos quadros e da tropa, o ensino militar, o método de raciocínio a ser utilizado, a ação de comando, os tipos de guerra e formas de operações em que deverão ser de preferência treinados e, finalmente, o sentido em que devem se desenvolver a técnica e os setores de produção a cargo das Fôrças Armadas.

Será obviamente muito ligada à teoria da guerra em sua parte essencialmente militar com seus princípios básicos dos quais decorre a concepção das operações em suas formas várias.

Em suma, cuida essencialmente a Doutrina Militar da parte da Doutrina de Guerra referente ao campo militar.

É ela eminentemente peculiar, objetiva e conjuntural e conseqüentemente variável e evolutiva.

Deve fixar normas que facultem a adaptação eficiente dos princípios e conceitos contidos na Doutrina de Guerra à realidade atual, tal como se apresenta ou se apresentará ao se consumir a hipótese de guerra.

É essencial que não fiquem ao sabor de arbítrio pessoal de momento, decisões importantes que poderão influir no poder militar do país, particularmente em sua estrutura básica.

Deverá o Brasil adquirir navios aeródromos, ou ser dada maior prioridade à aquisição de unidades de escolta, navios varredores de minas e construção de bases navais? Será aconselhável transferir tropas do Exército, do Sul para o Nordeste do País, ou mantê-las no dispositivo adequado a uma hipótese de guerra continental? Quais os tipos de aviões que deverão ser adquiridos com prioridade? Devem os ministros das pastas militares ser os comandantes das suas respectivas fôrças, ou ter a seu cargo apenas a direção político-administrativa cabendo o comando a outra autoridade com essa missão específica? Qual deve ser a participação de cada fôrça armada na defesa civil e na defesa aérea do território nacional? Qual o tipo de organização mais adequado para nossas grandes unidades terrestres? Todo o material bélico nacional deverá ser fabricado em estabelecimentos industriais militares ou em fábricas civis estimuladas e orientadas para êsse fim? Para que formas de guerra e que processos de combate devem ser adestradas as nossas tropas, em ordem de prioridade?

Essas, entre outras interrogações, deverão ser respondidas pelas normas e diretrizes fixadas na Doutrina Militar Brasileira que trará homogeneidade, coerência e condições propícias à tão necessária integração das nossas Fôrças Armadas.

Deverá conter essa doutrina: uma "Concepção da Guerra" definindo inclusive as "formas de guerra" possíveis; uma "Concepção Geral das Operações" com as "formas de operação" previstas; as finalidades principais e secundárias das Fôrças Armadas e, calcadas nelas e na concepção da guerra e das operações, as "Bases de Organização" dessas fôrças; e, finalmente, os métodos de ensino e de comando a serem adotados, visando, principalmente, à homogeneidade nas três fôrças, permitindo a realização coordenada e eficiente das operações combinadas, generalizadas na guerra moderna.

Com êsses tópicos poderá atingir a Doutrina a sua finalidade precípua de "orientar, sistematizar, metodizar e disciplinar o preparo e o emprêgo das Fôrças Armadas do País".

Sua fixação objetiva depende do estabelecimento da Doutrina de Guerra, baseada nas Hipóteses de Guerra e calcada na Teoria de Guerra, doutrina essa emanada como já vimos da de Segurança Nacional.

Estando definida a Doutrina de Segurança Nacional com o Conceito Estratégico Nacional e sendo a Teoria da Guerra muito bem estudada em nossas escolas militares de alto nível não haverá maiores dificuldades para o estabelecimento da Doutrina de Guerra e, como sua consequência, a Doutrina Militar fixando as normas de emprêgo das Fôrças Armadas.

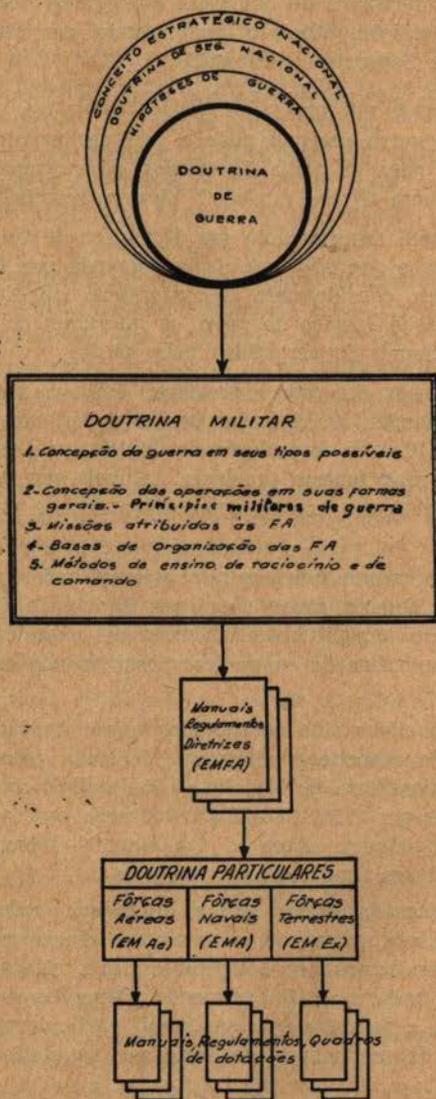
Não será, entretanto, indispensável a fixação das normas doutrinárias de guerra em todos os seus campos para que seja estabelecida a militar, já que, fixados o Conceito Estratégico Nacional e as Hipóteses de Guerra, os demais elementos de outros campos poderão ser estabelecidos em hipóteses de trabalho bem aproximadas da realidade.

Podemos assim partir para o estabelecimento de nossa Doutrina Militar que deverá ser concretizada em Manuais de Comando, de Operações e de Emprêgo, inicialmente no escalão Fôrças Armadas e posteriormente no de cada fôrça e que seriam a base para a organização, aparelhamento, adestramento e emprêgo de forma coordenada e integrada ao máximo.

Estará a tarefa inicial afeta ao EMFA e naturalmente a cargo de comissões especiais organizadas naquele EM, assessoradas por representantes dos EM das três fôrças, das três escolas de EM, do CEMCFA e do CSN, que garantiriam o perfeito enquadramento da Doutrina, na Teoria da Guerra, no CEN e nas possibilidades materiais e técnicas existentes.

Apresentamos no quadro que se segue, um esquema da sistemática para a formulação de uma Doutrina Militar Brasileira e baseado principalmente em princípios básicos já estudados pelos eminentes chefes e abalizadas autoridades nesse assunto, Generais Humberto Castelo Branco e Augusto Fragoso.

DOCTRINA MILITAR



I I

CONTEXTURA DA DOCTRINA

Abordaremos neste capítulo, alguns tópicos que forçosamente constarão da Doutrina Militar Brasileira e que necessitam ser definidos à luz da conjuntura nacional, dirimindo dúvidas e tendências de cunho pessoal, algumas das quais derivadas de doutrinas alienígenas nem sempre adaptáveis às nossas condições atuais e, assim sendo, em discordância óbvia com a Doutrina de Segurança Nacional.

Iniciaremos com a *CONCEPÇÃO DA GUERRA*.

Como será a guerra em que pode o país ser envolvido? Quais as formas de guerra para as quais deveremos estar preparados? Guerra convencional? Guerra Global nuclear? Guerra revolucionária?

A resposta estará naturalmente nas Hipóteses de Guerra fixadas na Doutrina de Guerra e que são formuladas tomando por base o CEN firmado, por sua vez, considerando a conjuntura mundial e particularmente as tendências e anseios do povo, os interesses do país e os compromissos internacionais já assumidos pela nação.

Fixadas as formas de guerra previstas, em sua natural ordem de prioridade, para atender às hipóteses consideradas, surgirá como etapa seguinte, na sistemática da formulação da doutrina, a *CONCEPÇÃO DAS OPERAÇÕES* em suas formas possíveis, cabíveis nos tipos de guerra admitidas e adequadas aos nossos meios disponíveis e prováveis Teatros de Operações.

Teremos de abrir aqui um capítulo especial referente aos tradicionais Princípios de Guerra, muito ligados à Teoria da Guerra mas que na Doutrina perdem o significado subjetivo de *como é a guerra*, para adquirir a força executiva de *como deverá ser feita a guerra*, em nosso caso.

Têm esses princípios sido conservados quase imutáveis através dos tempos, talvez pela respeitosa admiração dedicada pelos estudiosos da guerra ao gênio inigualável de Napoleão e à inteligência dos teóricos da guerra encabeçados por CLAUSEWITZ, admiração essa que chega a considerar sacrilega qualquer alteração fundamental introduzida em seus princípios, hoje, já em alguns casos, ultrapassados.

As características da guerra antiga, quase que exclusivamente limitada ao campo da luta, eram bem diversas das atuais, que normalmente afetam à totalidade das nações beligerantes, com utilização de meios e armas muito mais poderosas, determinando alterações sensíveis nos processos de combate e na estratégia em geral, particularmente no que se refere aos meios de movimento, de ligação e ao efeito das armas utilizadas.

Consideravam os nossos mestres precursores apenas os princípios que influíam diretamente na conduta do combate, já que as guerras

eram realmente vencidas nas batalhas rasas de então, por exércitos constituídos, em geral, por guerreiros profissionais, supridos principalmente pelos recursos locais ou apresados ao inimigo.

A guerra moderna exige outras condições de luta que, se expressas em princípios básicos, incluirão da preparação psicológica de toda a nação até ao indispensável apoio logístico às tropas em operações, garantido pelos setores de produção, mobilizados em esforço de guerra.

Em assim sendo, embora devam os princípios ser de caráter, o máximo possível, permanente e aplicável a quaisquer Hipóteses de Guerra admitidas, sua aplicação não poderá deixar de sofrer alterações determinadas pela evolução da arte da guerra e dos meios nela aplicados.

Assim é que, na Hipótese de Guerra Global, utilizando-se armas nucleares, o princípio de "concentração de esforços" perde muito de sua expressão, como acontecerá também ao de "massa" na forma de guerra revolucionária.

No caso brasileiro, ainda considerando a hipótese de guerra global com emprêgo de armamento nuclear, não teria o princípio da "ofensiva" a mesma prioridade que lhe seria dada nos Estados Unidos devido à disparidade existente entre os dois países na atual conjuntura internacional. Talvez, para nós, pudesse mesmo esse princípio ser, com mais propriedade, denominado de "agressividade", aplicável tanto à atitude ofensiva como à defensiva.

A nosso ver, as características da guerra hodierna, quase sempre total e de longa duração, implicam no surgimento de um princípio de guerra que firme a necessidade básica e imperiosa de se obter o empenho na luta de toda a nação, bem como da importância para o sucesso das operações, da garantia de um ininterrupto apoio logístico, somente possibilitado por uma produção de guerra adequada e suficiente. Poderíamos denominá-lo, com propriedade, de "princípio do esforço total".

Estabelecidos os *princípios de guerra* em toda a amplitude da doutrina da guerra moderna, abrangendo a todos os campos do poder nacional, não poderemos transmutá-los integralmente para a Doutrina Militar, na qual deverão ser fixados apenas aqueles que interessem diretamente ao campo militar, ou sejam aqueles aplicáveis às operações militares previstas.

Poderiam então ser denominados *princípios militares de guerra*, dos quais emanariam as normas e regras que norteariam o planejamento e execução das operações necessárias, em quaisquer das formas adotadas. Teria a sua aplicação a finalidade do cumprimento da missão, a despeito do inimigo, contando somente com os meios disponíveis.

A título de exemplo apenas, apresentamos alguns desses princípios militares que reputamos básicos e subsistentes em qualquer forma de guerra e de operação e dos quais decorrem outros subsidiários que denominaremos complementares mas que poderiam ser considerados como regras de combate decorrentes dos princípios básicos.

PRINCÍPIOS MILITARES DE GUERRA

<i>Princípios Básicos</i>	<i>Princípios Complementares Decorrentes</i>
1 — Objetivo	— Utilização dos meios adequados Disciplina intelectual
2 — Economia de forças	— Concentração de esforços Mobilidade Manobra Surpresa Moral da tropa
3 — Liberdade de ação	— Unidade de comando Segurança Iniciativa
4 — Agressividade	— Ofensiva

Teríamos, assim, princípios exclusivamente militares que orientariam a seleção precisa das *Formas de Operações* adequadas e fixação das normas a serem expressas nos manuais de operações, não só no âmbito combinado como no de cada uma das Forças Armadas.

Deverão essas “formas de operações” atender a tôdas as “formas de guerra” previstas, em tôdas as suas modalidades e possibilidades. Para o seu estabelecimento, muito concorrerão sem dúvida os ensinamentos advindos de nossos contatos profissionais com as forças armadas de potências estrangeiras aliadas de maior experiência de guerra, ao lado das quais, por certo, combateremos se algum conflito ocorrer em futuro próximo.

Assim teremos, se considerarmos a forma de guerra insurrecional, ações em força localizada, rápidas e enérgicas, ao lado de ações do tipo guerrilhas, patrulhamento, vigilância, proteção aos centros industriais e a pontos críticos, combate em localidade e outras mais, características dessa forma de guerra.

Se fôr admitida a forma de guerra convencional, manteremos os tipos de operações até aqui adotados e, no caso da guerra global nuclear, vamos ter que considerar uma série de operações variadas, desde as de defesa do território contra ataques de pequena envergadura, particularmente no litoral, até a importantíssima defesa das linhas de comunicações marítimas que tomará, nesse caso, um grau de prioridade muito elevado.

Todos esses tipos de operações serão codificados nos Manuais emanados do EMFA e das três FA, com a natural gradação de detalhes e influirão decisivamente no estabelecimento dos efetivos, sua distribuição no território nacional e a contextura dos programas de instrução para o adestramento adequado.

Não cremos que haja a menor dificuldade nessa fase teórica da elaboração da doutrina, pois sempre estiveram as FA nacionais evoluídas intelectualmente em nível muito superior ao das suas possibilidades materiais, estando mesmo os nossos quadros, nossas escolas e nossos Estados-Maiores em condições de hobrearem, nesse particular, com os de outras nações mais poderosas e experientes.

Também deverão ser estabelecidas, na Doutrina, tôdas as *missões atribuídas às Forças Armadas*, adequadas às condições nacionais atuais e enquadradas rigorosamente nos imperativos constitucionais do país.

A Constituição Federal, em seu Art. 177, dá as seguintes finalidades gerais às nossas Forças Armadas:

“— defender a Pátria”;

“— garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem”.

Tendo em mente essas finalidades gerais, iremos buscar nas doutrinas de segurança nacional e de guerra, considerando concomitantemente os planejamentos de “fortalecimento do potencial nacional” e de “guerra”, as diversas *missões principais* que, para serem cumpridas apesar das enormes dificuldades existentes em sua maioria de ordem econômica e psico-social, impõem o estabelecimento de outras complementares e secundárias, que não podem deixar de ser consideradas num país em fase de desenvolvimento como o nosso.

É imperioso, no entanto, que sejam fixadas as justas prioridades, a fim de que não haja uma distorsão do seu exato sentido e as secundárias não venham a igualar ou suplantar, em importância ou interesse, as principais que indicam; em última análise, o supremo objetivo a atingir.

Queremos crer que, independentemente das Concepções da Guerra e das Operações que venham a ser firmadas, forçosamente constituirão Missões das Forças Armadas, as que se seguem:

Principais:

- Defender, se necessário, a respeitabilidade, a honra e a soberania nacionais.
- Manter a qualquer custo a inviolabilidade e unidade do território nacional.
- Garantir a integridade dos poderes constitucionais, o cumprimento da lei e a manutenção da ordem, sempre que o poder civil

o solicitar, por impotência para fazê-lo apenas com as forças policiais.

Secundárias gerais:

- Cooperar no povoamento do interior e nacionalização da faixa de fronteiras.
- Preparar as reservas militares do país para a eventualidade da guerra.
- Cooperar no desenvolvimento industrial do país, não só com a produção de suas fábricas, oficinas e arsenais, como também estimulando a instalação e desenvolvimento de indústrias civis correlatas.
- Desenvolver o valor físico, moral, cívico e intelectual dos cidadãos que passam por suas fileiras, cooperando, assim, para o aprimoramento da nacionalidade.
- Prestar apoio e assistência às populações civis nos casos de calamidade pública.

Secundárias e particulares de cada força

- Na Marinha:
 - Realizar serviços hidrográficos e de sinalização náutica, que concorram para maior eficiência da navegação, determinando em consequência uma redução das tarifas e taxas de seguro marítimos.
 - Orientar tecnicamente a Marinha Mercante e dirigir a formação de seu pessoal.
 - Realizar transporte marítimo de cargas indispensáveis à vida e no desenvolvimento de algumas regiões, suprindo graves deficiências existentes nesse setor.
- No Exército:
 - Construir e conservar algumas vias de transportes que, a par de seu valor estratégico, se revestem de grande importância econômica e psico-social.
 - Estimular o aprimoramento das atividades agropecuárias que, não só concorrem para o fornecimento ao próprio Exército de solípedes adequados ao serviço e artigos alimentícios indispensáveis, como também cooperam para o aprimoramento do rebanho equino nacional e para a disseminação de processos agrícolas apropriados e eficazes, aumentando assim as possibilidades de apoio logístico ao próprio Exército.
 - Cooperar com os órgãos governamentais na realização de obras públicas indispensáveis, visando a melhorar as condições de vida do povo, particularmente nas regiões menos desenvolvidas.

Na Fôrça Aérea:

- Realizar um serviço de correio que alcance as mais longínquas plagas do território nacional, concorrendo eficazmente para o elevamento moral e cultural das populações interioranas, estabelecendo sempre novas rotas aéreas e constituindo-se em poderoso fator de coesão nacional.
- Cooperar para o desenvolvimento da aviação civil e comercial.
- Realizar missões de assistência à população civil.

Podem parecer a alguns, que muitas das acima mencionadas não são definitivas mas apenas missões temporárias impostas às Fôrças Armadas pelas condições de momento.

Não pensamos assim, pois, elas influem fortemente na organização a ser adotada e na doutrina estabelecida e são indispensáveis para que sejam atingidas as finalidades principais; por esse motivo preferimos incluí-las como missões complementares ou secundárias já que determinarão necessidades de organização e adestramento.

Tópico importantíssimo da doutrina, se nos afigura aquêle em que serão fixadas as *Bases de Organização das Fôrças Armadas*, pois além de determinar a necessária homogeneidade e coerência na organização das três fôrças, firmará bases para que os seus efetivos, materiais e dispositivo adotado, seja os adequados para a realização das operações militares previstas e para que sejam atingidas as finalidades estabelecidas e cumpridas as missões atribuídas.

É uma verdade que a organização atualmente existente não atende aos imperativos das Formas de Guerra mais prováveis nem é propícia à consecução da integração operativa das três fôrças, tão necessária às ações combinadas, hoje indispensáveis em qualquer tipo de guerra ou de operação de vulto que se apresente.

É certo que as bases de organização deverão procurar atender, além das finalidades das FA e ações previstas nas diversas formas de guerra consideradas, às peculiaridades dos prováveis teatros de operações e às limitadas possibilidades econômicas do país. Deverão ainda, procurar obter um sistema de comando capaz de assegurar, em boas condições e desde o tempo de paz, a realização de operações combinadas com a mesma eficiência das singulares.

A limitação das disponibilidades econômicas e o fator psicológico negativo da opinião pública, sempre desfavorável a qualquer aumento de despesa para o aparelhamento das FA, influirão sem dúvida na fixação dessas bases que, apesar de modestas, deverão ser, porém, rigorosamente coerentes, racionais e objetivas.

Há quem considere a organização e o aparelhamento das FA afetos diretamente à Política Militar decorrente do Conceito Estratégico Nacio-

nal. Não temos dúvida, porém, de que o setor material é estreitamente ligado ao intelectual e que ambos se completam na fixação da doutrina.

Afirma o General Augusto Fragoso com muita propriedade que:

- *Política* é fixação de rumos, de objetivos, de linhas de ação;
- *Doutrina* é fixação de regras normativas orientadoras da ação;
- *Estratégia* é numa palavra — a ação.

Não há dúvida de que, para aplicação da doutrina, há necessidade de uma política governamental favorável, pois, dela decorrem as decisões e atos governamentais que proporcionarão os meios que se fizerem necessários para a execução.

O Coronel Nemo, do Exército francês, considera como ossatura de uma Doutrina Militar a existência consolidada dos métodos de raciocínio, de comando, de execução e de ensino das FA. Cremos, porém, que pouca valia terá a fixação e divulgação dos métodos, se não existir uma organização e um aparelhamento que permitam a execução nos moldes nêles preconizados.

Não devem as "Bases de Organização" da Doutrina, ficar limitadas a simples anotações e conveniências, mas a imperativos que se entrosam em outros campos e no desenvolvimento do potencial militar, a fim de que haja orientações contraditórias nem esforços estanques.

Embora devam essas bases decorrer das Hipóteses de Guerra e da Concepção da Guerra e das Operações, alguns aspectos peculiares à nossa conjuntura impõem alguns princípios que trarão, com sua fixação, reais benefícios à estrutura militar do país, entre as quais incluímos as seguintes:

- a) o comando operacional de cada fôrça, em tempo de paz, deverá pertencer a um chefe específico de igual nível e dotado de um EM organizado de molde a proporcionar-lhe a necessária ação de comando isoladamente ou no âmbito combinado.
- b) Deverá ser prevista a organização em tempo de guerra, pelo Comando Supremo de um Comando Logístico Nacional que coordene a obtenção, reunião e distribuição dos recursos logísticos da nação.
- c) Embora não deva ser a nossa organização calcada inteiramente nos moldes das de países mais desenvolvidos, não poderá ela afastar-se muito das adotadas nos Estados Unidos, a quem estamos solidamente ligados por compromissos internacionais, e cujos tipos de materiais navais, aéreos e terrestres, serão ainda por algum tempo, forçosamente adotados em nossas fôrças.
- d) Se necessário, poderá ser reduzido o número de unidades existentes mas deverão elas ser completadas e equipadas convenientemente, desde o tempo de paz.
- e) Deverão ser estimuladas ao máximo as indústrias civis capazes de produzir os materiais de interesse militar não produzidos em

nossas fábricas, sendo mesmo aconselhável que se liberem as FA da fabricação de todos os artigos que puderem ser fornecidos pela indústria nacional.

- f) A divisão territorial pelas três forças deverá ser, em princípio, coincidente, e estabelecida de modo a atender aos imperativos administrativos e logísticos do tempo de paz mas sem perder de vista as HG e os prováveis TO em caso de guerra.
- g) A GU básica terrestre deverá ser aligeirada ao máximo, flexível e bastante móvel, para que possa ser empregada em qualquer forma de guerra considerada. A mecanização e a motorização deverão ser gradativamente adotadas nas forças terrestres, dependendo, obviamente, das condições de manutenção existentes.
- h) Especial atenção deverá ser dedicada à eficiência de nossas reservas, particularmente quanto a oficiais, graduado se especialistas, cuja formação objetiva em centros ou escolas e atualização em estágios e convocações, deverão encontrar adequação nas organizações adotadas.
- i) A localização das unidades das três forças no território nacional, deverá atender, além das necessidades de segurança, aos imperativos da instrução, do adestramento e, em alguns casos, do desenvolvimento econômico nacional.
Dada a inexistência de campos de instrução satisfatórios para a realização de exercícios de conjunto com execução de tiro real, seria aconselhável, em alguns casos, o grupamento de algumas unidades e órgãos que necessariamente devam atuar em conjunto, nas proximidades de campos adequados disponíveis.
- j) Deverão ser fixadas, em face da doutrina firmada a respeito, as bases em que deverão ser organizadas a defesa do nosso litoral e a defesa aérea do território e extintas as unidades que não mais terão expressão nesse setor, bem como criadas outras imprescindíveis a uma defesa mínima.
- k) Nossa Marinha de Guerra carece ser aparelhada para a defesa das linhas de comunicações marítimas, imprescindíveis no caso brasileiro para qualquer hipótese de guerra a ser considerada.
- l) Nossa Força Aérea precisa ser aparelhada para, além de missões aerotáticas que se imponham nas formas de operações previstas, cumprir, em boas condições, as de transporte aéreo, também presentes e importantes em qualquer hipótese e tipo de operação considerada.

Esses, entre outros princípios básicos de organização, deverão ser firmados pelo comando supremo, através do EMFA e definidos e completados de tal forma que não possibilite dúvidas ou interpretações controversas ao servirem de base para o estabelecimento das organizações constantes da doutrina particular de cada Força Armada.

Para consolidação de uma Doutrina Militar nos moldes acima preconizados, é imprescindível que sejam estabelecidos e coordenados os métodos de ensino, de raciocínio e de comando a serem adotados e cultivados nas FA, que orientarão a formação e aperfeiçoamento dos quadros militares de forma homogênea e racional, permitindo a preparação e execução de operações combinadas ou conjuntas, em qualquer escalão, em boas condições de eficiência.

É necessário, para isto, fixar a orientação do ensino militar desde a formação inicial, tendo sempre em vista a Doutrina estabelecida e as finalidades previstas.

Somos dos que pensam que essa formação deva ser exclusivamente militar, ressaltando-se a base cultural necessária, variável com o nível de ensino a considerar.

Na URSS, grande parcela do tempo nos currículos das escolas e academias militares é dedicada a estudos de ordem socio-políticas de modo a preparar soldados para o Soviet, convictos, e idealistas.

Nosso caso é, porém, muito diferente, pois pertencemos a uma nação em que a liberdade de pensamento é cultivada no mais alto grau e não é necessária propaganda para mostrar a nossos jovens oficiais que o nosso regime e nossa forma de governo atuais são os quais mais convêm à nação brasileira.

A articulação e o encadeamento do ensino militar, na gradação dos diversos cursos, carece ser carinhosamente revista de forma que os conhecimentos adquiridos na formação se desenvolvam racional e gradativamente, sem hiatos nem redundâncias desnecessárias, no decorrer da vida profissional dos militares.

Quanto aos métodos de raciocínio e de comando, nos escusaremos de analisar por serem óbvias as vantagens de sua fixação e padronização nas três forças.

CONCLUSÕES

De tudo que aqui focalizamos, apenas com intuito de avivar idéias e conceitos correlatos com a Doutrina Militar, chegamos finalmente ao seguinte resumo conclusivo:

1 — É imprescindível a fixação urgente de uma "Doutrina Militar Brasileira".

2 — São degraus sucessivos para o estabelecimento dessa doutrina:

- Doutrina de Segurança Nacional, tendo por base o Conceito Estratégico Nacional.
- Doutrina de Guerra abrangendo os quatro campos de ação (Político, Psico-Social, Econômico e Militar), tendo por base as Hipóteses de Guerra admitidas.
- Doutrina Militar Geral, de cúpula e regulando particularmente o emprêgo combinado ou conjunto das três forças.
- Doutrinas Particulares para cada força armada, baseadas rigorosamente na Geral.

3 — A Doutrina Militar constará de uma parte básica teórica, ministrada através do ensino militar em seus diversos níveis e de uma parte concreta materializada nos manuais, regulamentos, quadros de organização e dotação e programas, inicialmente baixados pelo EMFA para as FA em conjunto e posteriormente em cada força, mais detalhados e peculiares.

4 — Entre as providências iniciais para chegarmos à Doutrina, apontamos:

- Atualização do Conceito Estratégico Nacional e das Hipóteses de Guerra.
- Elaboração dos planos de fortalecimento do potencial nacional pelo CSN e os de guerra, normal e de emergência pelo CSN e EMFA (parte militar).
- Publicação dos Manuais de Comando e Emprego das FA; de EM e Ordens, das FA; de Operações combinadas; e de Ensino Militar nas FA.
- Fixação das Bases Gerais de organização das FA.
- Estabelecimento de diretrizes do EMFA para o emprego, o ensino e a instrução das forças singulares, e para a mobilização militar.

Quer nos parecer que não seria tarefa inexecutável para comissões organizadas no CSN e EMFA e que incluíssem representantes dos EM das três forças e das escolas de EM e Superior de Guerra.

Teríamos assim a cúpula da nossa doutrina militar e muito fácil se tornaria o estabelecimento das doutrinas particulares, com total eliminação das contradições, incoerências e discordâncias, atualmente existentes.

Os conceitos emitidos nos artigos assinados em a SEÇÃO DE DOCTRINA MILITAR, são da exclusiva responsabilidade dos autores, não traduzindo, portanto, orientação da Diretoria da Revista.

Os originais publicados poderão ser transcritos, salvo quando sejam expressamente reservados os respectivos direitos. As transcrições deverão consignar a fonte e o autor.

A correspondência para SEÇÃO DE DOCTRINA MILITAR deverá ser endereçada a:

Maj Amerino Raposo Filho

"A Defesa Nacional"

Ministério da Guerra — Rio de Janeiro — Brasil.

Livros publicados pela BIBLIOTECA MILITAR e que se relacionam com DOCTRINA MILITAR BRASILEIRA :

- 1 — HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL (2 Volumes) — Cel Genserico de Vasconcellos.
- 2 — A BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO — Gen Tasso Fragoso.
- 3 — CAMINHOS HISTÓRICOS DE INVASÃO — Ten-Cel Antonio de Souza Júnior.
- 4 — A REVOLUÇÃO FARROUPILHA — Gen Tasso Fragoso.
- 5 — LUTAS AO SUL DO BRASIL — Gen F. de Paula Cidade.
- 6 — NOÇÕES MILITARES FUNDAMENTAIS — Cel J. B. Magalhães.
- 7 — DO RECÔNCAVO AOS GUARARAPES — Maj Antonio de Souza Júnior.
- 8 — HISTÓRIA DA GUERRA ENTRE A T. ALIANÇA E O PARAGUAI — Gen Tasso Fragoso.
- 9 — COMPREENSÃO DA UNIDADE DO BRASIL — Cel J. B. Magalhães.
- 10 — EVOLUÇÃO MILITAR DO BRASIL — Cel J. B. Magalhães.
- 11 — OS FRANCESES NO RIO DE JANEIRO — Gen Tasso Fragoso.
- 12 — REMINISCÊNCIAS DA CAMPANHA DO PARAGUAI — Dionísio Cerqueira.
- 13 — OS SERTÕES COMO HISTÓRIA MILITAR — Ten-Cel Umberto Peregrino.
- 14 — RICARDO FRANCO — Gen Silveira de Melo.
- 15 — ANTONIO JOÃO — Gen V. Benício da Silva.
- 16 — NOTAS DE GEOGRAFIA MILITAR SUL-AMERICANA — Cel F. Paula Cidade.
- 17 — CAXIAS E NOSSA DOCTRINA MILITAR — Maj Amerino Raposo Filho.

II — GUERRA REVOLUCIONÁRIA

A GUERRA NA ESPANHA

(UM CASO CONCRETO DE GUERRA REVOLUCIONÁRIA)

Gen J. DIAZ VILLEGAS, do Exército Espanhol

Tradução do Cel G. PESSANHA

(Artigo publicado na "Revue des Forces Terrestres" e transcrito na "Revue de la Cavalerie Blindée", n. 32-1960)

NOTA DO TRADUTOR

O artigo do Gen Diaz Villegas apresenta, de modo conciso, claro e incisivo, os antecedentes, a preparação e o funcionamento do regime comunista na Espanha que foi causa da guerra civil de 1936-1939 — guerra tipicamente revolucionária — quando êsse país foi palco da mais sangrenta e feroz luta interna, por motivos ideológicos, jamais havida até aquela época. Além do incalculável prejuízo material, um milhão de mortos foi o preço que a Espanha pagou para não sovieter-se definitivamente.

Mostrando as diferentes fases da Revolução marxista em marcha na Espanha daqueles dias — preparada, alimentada e dirigida pela Rússia — o artigo do Gen Diaz Villegas leva naturalmente o leitor que tenha acompanhado o movimento de expansão comunista mundial a sentir a monótona repetição dos métodos e processos revolucionários comunistas para a conquista do poder e a selvagem determinação de mantê-lo pela eliminação dos adversários. Observe-se a longa preparação, ou guerra fria: na Espanha, ela se iniciou, praticamente, com a organização das "Internacionais", a partir de 1888, e tomou impulso após 1920, quando foi organizado o PC e se iniciou a infiltração nos demais Partidos, o que propiciou o isolamento dos seus líderes quando da proclamação da República, "nitidamente marxista"; na China, Mao-Tse-Tung e seus comparsas, por mais de 20 anos talaram o solo chinês, conduzindo a guerra irregular, realizando proselitismo e, finalmente, organizando-se militarmente, o que lhes pro-

picou oferecer auxílio e ajuda ao regime de Chiang-Kai-Chee, quando da invasão japonesa — auxílio avidamente recebido que propiciou a tomada do poder, após a terminação da guerra na Ásia e o enfraquecimento moral e material dos nacionalistas chineses, os quais não contaram, como os comunistas, com um apoio exterior integral semelhante ao que a Rússia pôs à disposição destes. O último “caso concreto” — Cuba — como os que o antecederam, aí está para mostrar a validade das observações registradas para o outro, sucedido há 25 anos..., em particular a presença ostensiva dos “técnicos”, “assessôres” e “orientadores” estrangeiros, “voluntários” ou em missão oficial dos seus países, além do material de toda ordem de variada procedência...

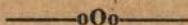
Fica assinalada, também, ao lado desse caráter “internacional” da Revolução comunista, a internacionalização das forças combatentes — numa luta prolongada — empregadas contra as forças reacionárias organizadas para combater a Revolução. 125.000 estrangeiros, oriundos de todas as partes do mundo, participaram das Brigadas Internacionais comunistas, que lutavam pelo Exército Republicano Espanhol. O caráter “Internacional” da Guerra Revolucionária comunista é uma constante que resulta da própria ideologia marxista e, certamente, constitui uma das fontes dos horrores praticados contra os nacionais do país onde lá se fere. As “Comando Russo”, por trás dos bastidores, só interessa o poder e a dominação da sua vítima, ainda que disso resulte o caos.

Em conseqüência, a reação contra a Revolução comunista em marcha tem que ser sem quartel, como o fizemos em 1935 e como sucedeu na Espanha, em muito piores condições, pois que foi transformada em campo de experiência das potências guiadas por ideologias diferentes. Embora o Gen Villegas a isso não se refira, é sabido que a Espanha Nacionalista contou com enorme apoio material e pessoal da Alemanha e da Itália, além de outros países, em menor escala, o que tornou possível a organização e o equipamento de suas novas Forças Armadas, fator decisivo para a derrota da República marxista. Mas foram necessários três anos, porque o “outro lado” contou com apoio interessado dos que desejavam um “Estado soviético número dois” na Espanha.

Parece interessante ressaltar, outrossim, um dos fatores a que o Gen Villegas atribui a derrota dos comunistas na Espanha — a falta de profundidade da “impregnação” ideológica nas massas. De fato, desde que tiveram “mãos livres” no Governo Republicano, a partir das elei-

ções de abril de 1936, a par do lançamento de uma imensa onda de terrorismo, os comunistas iniciaram rapidamente uma campanha ideológica geral, bem como a arregimentação de "quadros" e de massas; mas, já em setembro do mesmo ano, a sublevação nacionalista tinha início, quebrando o ímpeto ideológico que estava sendo imposto ao país. Dessa forma, a pequena percentagem realmente comunista da nação espanhola pouco aumentou e, não fôra a obstinação do apoio russo à guerra quente — através das Brigadas Internacionais — esta teria terminado em poucos meses. A "impregnação" ideológica, embora rápida e ativa, não teve tempo de influenciar ponderável e profundamente a massa espanhola. E os russos, que dirigiram tudo, aprenderam bem essa lição: as brutais intervenções contra as sublevações da Polônia e da Hungria o comprovam.

O leitor atento poderá fazer outras observações interessantes; uma norma, entretanto, parece decorrer dêsse e de outros "casos concretos": não negociar com o comunismo, para, não dar-lhe oportunidade de crescer às expensas de todos; extirpá-lo no nascedouro é preferível.



I — A GUERRA FRIA

A Guerra da Espanha foi, sem dúvida alguma, a mais transcendente e a mais sangrenta das guerras revolucionárias que têm eclodido no mundo.

Ela teve dois grandes períodos: a princípio, uma *guerra fria*, que durou de 1931 a 1936, depois uma *guerra quente* que não atingiu o seu ponto final senão em 1939; esta guerra, sem quartel, custou *um milhão de mortos*. Ela se traduziu por perdas consideráveis. Mas o objetivo era de importância para o Comunismo Internacional. Tratava-se, na realidade, de fazer da Espanha o "*Estado Soviético Número Dois*", de estender, logo após, a ação a Portugal, depois à África do Norte e, se possível, à França, então dirigida por um governo de Frente Popular. O Kremlin pretendia, assim, estrangular a Europa entre duas mandíbulas — Oriente (Rússia) e Ocidente (Ibéria). Para realizar êsse plano ambicioso, a Rússia concentrou sobre nós toda a força do seu enorme potencial material e político. A Espanha tendo-se salvado, deve-se admitir que tenha salvo, também, de modo decisivo, toda a Europa livre. Infelizmente, na ocasião, o mundo não se apercebeu disso. Foram necessários mais de vinte anos para que êsse fato fôsse reconhecido. O desconhecimento das realidades comunistas, ou a vontade de ignorá-las, foi a fonte dêsses erros. E foi necessário que a guerra revolucionária escolhesse novos e diferentes domínios de aplicação dos seus métodos sanguinários para que o mundo, enfim, compreendesse.

O estudo das origens da guerra revolucionária espanhola nos levaria muito longe, pois as "Internacionais" haviam tomado pé na Espanha fazia muito tempo. Desde 1888, havia sido criada a "União Geral dos Trabalhadores"; depois, em 1911, organizou-se a "Confederação Nacional do Trabalho"; em 1920, o "Partido Comunista", em 1927, a "Federação Anarquista Ibérica" e, em 1934, o "Partido Sindicalista". As agitações e revoltas se sucederam por muito tempo e, em 1923, Primo de Rivera teve que dar um *Golpe de Estado* para conter o caos em crescimento. Após sua queda, o mal retomou o seu curso mais facilmente.

A História mostra que os regimes aparentemente mais sólidos caem com uma facilidade espantosa. No correr dos séculos, o "Kerenskyismo" tem sido um mal freqüente e pode acometer qualquer país. Isto não é novidade. Torna-se necessário, também, refletir longamente sobre isso para evitar o seu retorno. Gustavo Le Bon — cujos estudos sobre a Revolução freqüentemente são esquecidos — registrou, com pertinência, a facilidade com que os regimes, acometidos por esse mal, desaparecem. Citou êle, particularmente, os exemplos de Carlos X e Luís Felipe, na França: "*Os historiadores que compreendem mal as razões porque um governo sólidamente constituído, apoiado pelo Exército, pode ser derrubado por uns poucos sediciosos, atribuem, com naturalidade, "causas profundas" para a queda de Luís Felipe*". "De fato, diz êle, a causa real foi a incapacidade dos generais incumbidos de defendê-lo". O General Bonal, em comentário às notas do General d'Elchingen, testemunha ocular qualificada, expressa exatamente o mesmo ponto de vista.

Como a França de Luís XIV e a Rússia de Nicolau II, a multissecular monarquia espanhola, profundamente enraizada, foi campo da mais terrível das experiências demagógicas. O pretexto ocasional foram meras eleições municipais.

Com efeito, nas referidas eleições (abril de 1936), os Monarquistas obtiveram 22.150 cadeiras e a oposição Republicana e Comunista 5.775. Observe-se que o republicanismo espanhol da época era nitidamente marxista. Fato desconcertante, os "Republicanos Históricos" foram praticamente fastados da política com a instauração da República. O mesmo sucederia, mais tarde, com o próprio chefe do Partido Radical, o mais importante e o mais antigo de todos os partidos espanhóis.

Realmente, se desde a instauração da República, a União Geral dos Trabalhadores e a Confederação Nacional dos Trabalhadores, agrupavam aderentes assaz numerosos, o partido comunista não gozava do favor das massas. Obteve êle, apenas, 191.000 votos em toda a Espanha, quando das eleições para as "Córtes Constituintes", ou seja, aproximadamente, 2% dos eleitores. Em conseqüência, o comunismo não foi representado no primeiro Governo Republicano. No parlamento, pelas mesmas razões, o Partido Comunista não obteve representação ponderável. A sua primeira tarefa deveria ser, portanto, desdobrar suas atividades para obter adeptos. E é certo que êle empreendeu essa tarefa com um tal ardor e competência que os outros partidos extremistas e marxistas

bem cedo lastimavam-se do seu rápido desenvolvimento, com desgaste daqueles.

A fórmula da "Frente Popular" imaginada por Dimitroff, seria o expediente que lhe permitiria atingir o objetivo. Seria suficiente, ao Comunismo, então recentemente introduzido na Espanha, aliar-se aos partidos marxistas e de extrema esquerda para obter o triunfo eleitoral. Conseguido este, nada mais havia a fazer do que "liquidar" os aliados puramente ocasionais. Tudo se reduzia, em suma, a obter o poder por meio de uma coligação; o momento de se descartar, em seguida, dos oportunos aliados não deveria tardar em se apresentar. O sistema revolucionário comunista, aplicado na Espanha e em muitos outros países do mundo, consiste simplesmente em grupar, inicialmente, "os que dizem não" isto é, grupar a oposição, qualquer que seja o credo dos dissidentes. É suficiente que eles digam não e engrossem as fileiras da oposição. Logo que esta se torna bastante importante e suficientemente potente para se impor, diante da indiferença dos burgueses e dos intelectuais, o regime, sem apoio, cai por si mesmo, a Revolução é vencedora. Então, o Comunismo — até aqui simples colaborador da subversão — se impõe. Ele elimina implacavelmente os seus aliados ocasionais e se impõe sem tropeços e sem hesitações, graças à sua técnica aprimorada e à sua disciplina de ferro (1). Dêsse modo, Moscou ganha em todos os tabuleiros. O sufrágio, a democracia, os movimentos liberais, etc., são etiquetas sob as quais ele dissimula seus objetivos reais e profundos. E foi bem assim, com efeito, que a Rússia começou na Espanha, dando as ordens, desde o primeiro momento. Desde que Rosemberg, seu embaixador, chegou a Madri, começou a imiscuir-se em todos os assuntos. O VII Congresso Comunista, que se reuniu em Moscou em junho de 1935, impusera a tática das "Frentes Populares", tanto na Espanha, como na França. Menos de um mês, após, o *Komintern* dava ordens concretas e enviava delegados soviéticos à península, bem como navios com armas e, mesmo, supostos "esportistas" para a pseudá "Olimpiada Popular" preparada em Barcelona. A 16 de fevereiro de 1931 (a República ainda não havia sido proclamada), o *Pravda* se apressava em publicar as "Instruções" da III Internacional destinadas à Espanha. Essas instruções determinavam, essencialmente:

- 1º — derrubada prévia da Monarquia;
- 2º — confisco dos bens da Igreja;
- 3º — distribuição das terras;
- 4º — abolição dos supostos privilégios eclesiásticos;
- 5º — supressão das Congregações religiosas;
- 6º — abandono total dos métodos de moderação e preparação para a luta organizada: definitivamente, "o assalto ao Poder".

(1) É a fórmula mágica dos sucessos do comunismo chinês no Slang-Khag, o "famoso Caminho de Yenán", explicado pelo próprio Mao-Tsé-Tung em Ravines e que ele mesmo nos relatou minuciosamente. Trata-se, definitivamente, de unir os dissidentes para chegar ao poder e, em seguida, eliminar os companheiros da marcha para a vitória. Três atos de todos os dramas da Revolução Comunista.

Como é de regra, na guerra revolucionária, essa primeira fase da ação comunista se decompôs em duas etapas: a) *deslocamento* do sistema político-social precedente; b) *implantação do terror*.

a) A primeira fase compreendeu sucessivamente: a proclamação, pelo Governo, do princípio segundo o qual "não havia inimigos esquerdistas", a promulgação da "Lei de defesa da República" (muito mais severa do que a que fôra proposta por Maura, sob o nome de "Lei do terrorismo", e que havia ficado sempre na fase de projeto, no tempo da Monarquia); a proclamação de uma Espanha leiga, o relaxamento dos laços de disciplina, não sômente nas organizações armadas mas em tôdas as corporações do Estado e, finalmente, a aplicação da lei denominada "limites municipais" que, sob o pretexto de evitar o desemprego o provocava, na realidade, impedindo qualquer deslocamento, de um lugar para outro, das massas proletárias sem trabalho. Essa lei, submetendo, dêsse modo, os camponeses e trabalhadorês à dupla jurisdição governamental local ou regional e à do Partido, estabelecia em definitivo um sistema de *hierarquias paralelas*, conforme os métodos comunistas. A suposta "Reforma Agrária" pretendia, seguindo os princípios conhecidos, ligar o camponês à Revolução. Era a guerra de morte contra os *Kulaks*.

b) A *Lei de Defesa* que protegia num grau extremo a República nascente, implantada graças à audácia de alguns e à fraqueza de outros — porque, como dizia Lenine, *a força do Comunismo provém mais da estupidez e da preguiça dos outros do que de sua própria vitalidade!* — permitiu aos revolucionários começar a impor o terror, isto, graças à atividade desbordante das massas populares que legitimavam suas intervenções brutais sob o pretexto de "provocações" dos outros. Dessa forma deflagrou-se uma furiosa onda de assaltos, de ataques à mão armada e de atentados, séquito de acontecimentos sangrentos e lamentáveis em Castelblanco, La Serena, Epila, Arnedo, inclusive o bombardeio da Casa de Corúclio, em Sevilha. Finalmente, a terrível repressão de Casas Viejas (o Chefe do Governo havia dado ordem de atirar contra a turba) e o monstruoso "crime de Estado" de que foi vítima o chefe da oposição monárquica, M. Calvo-Sotelo, — crime dirigido, preparado e, mesmo, anunciado pelo Governo — materializando de modo claro todo um sistema de atividades abertamente revolucionárias. Desde a instalação da República, a Espanha se encheu de "ativistas". Os incêndios e os ataques às igrejas tornaram-se contínuos, do mesmo modo que as greves que são de regra no sistema de revolução em marcha. Num único trimestre — de 16 de fevereiro a 15 de junho de 1936 — 251 igrejas foram atacadas, 160 incendiadas; houve 260 mortos e 1.287 feridos por motivos políticos; explodiram 148 bombas; as oficinas de 43 jornais foram destruídas; houve 228 greves parciais e 138 greves gerais. Pouco antes da guerra havia, em Madri, 150.000 trabalhadores em greve e, em todo país, mais de um milhão.

Face a êsse quadro de destruição e de atividades que poderíamos denominar negativas, a Revolução em marcha apresentava realizações

positivas, destinadas a desenvolver a instrução futura dos quadros e das massas. Essa fase compreendeu:

- a) a formação dos quadros e das massas armadas;
- b) impregnação psicológica que possibilitaria assegurar ao comunismo o máximo de potência.

a) Começaram por uma exibição, no Estádio Metropolitano de Madri, de 40.000 milicianos uniformizados. Mais tarde, quando da reunião de Comillas, nos arredores da capital, o número de milicianos participantes elevou-se a 300.000. A Rússia havia, de fato, dado ordens precisas. Era necessário *“desmilitarizar o Exército e armar o Povo”*. Azaña se encarregou da primeira tarefa: a supressão do Exército. Ao proclamar a República, havia na Espanha dezesseis divisões orgânicas. As reformas militares do Governo (que, mais do que reformas, foram uma verdadeira *“trituração militar”*) reduziam, no papel, essa força a menos da metade e, na realidade, muito menos que a metade. O quadro dos oficiais espanhóis não era, numericamente, superior ao do Exército Romeno e pouco diferia do quadro do Exército Tcheco. Azaña baixou, entretanto, a *“Lei de Inatividade”* e reduziu consideravelmente o enquadramento do Exército. Esta era a ordem russa. E isto foi proclamado cnicamente no Parlamento:

“Era necessário destruir tudo e eu tive a coragem de realizá-lo sem dar a isso muita importância”. Essa foi a *“grande façanha”* celebrada por certos intelectuais que aplaudiram as Côrtes subversivas. Enquanto o Exército era *“triturado”*, em conformidade com o *“ukass”* soviético, iniciou-se rapidamente e com decisão o *“armamento do Povo”*, isto é, a constituição do *“Exército da Revolução”*. Tal foi a tarefa urgente que imediatamente foi iniciada com *“Quadros de Instrutores”* do próprio Exército ou de estrangeiros e com material do Exército. A Revolução — nunca nos esqueçamos — vinha do alto. Porém, antes da prova decisiva, Moscou julgou prudente realizar um *“ensaio geral”*. Este foi, definitivamente, a Revolução de outubro de 1934, o mês vermelho, a *“Comuna Asturiana”*, embora a Revolução se tenha estendido a toda Espanha, particularmente a Madri e a Catalunha. Todavia, a experiência falhou. O estado-maior comunista pareceu satisfeito com os ensinamentos tirados. O armamento empregado, conquanto insuficiente, realizara as suas provas. Aconselhou-se, em consequência, a utilização de pistolas de 9 milímetros, de metralhadoras *“Thompson”*, de pistolas-metralhadoras, de armas automáticas de 37 e granadas de mão. Considerou-se remunerativo o ataque aos órgãos diretores da administração — (*“o monstro sem cabeça não morre!”*) — e a *“liberação”* dos quadros de oficiais. Por outro lado, a divisão do recinto urbano de Madri, em quatro setores de tropas de choque contando 3.000 homens cada um, foi considerada insuficiente. Impunha-se, então, novas experiências: a *“eliminação”* imediata das autoridades dirigentes, a constituição de tribunais populares, a coincidência, como em 1934, da revolução com a greve geral e a organização, por *“quarteirões”*, dos setores urbanos. Assim, onze dêles

foram organizados em Madri, compreendendo, cada um, cinqüenta células de cem homens. Da mesma forma organizou-se, para agir no *Dia Vermelho* em tôda a Espanha, um corpo de *Milícias de Assalto* composto de 150.000 combatentes, um outro de *Resistência*, de 100.000 e um terceiro de *Sindicatos* (reserva), de 200.000 homens. No total, 450.000 homens armados — um grande exército — equipados com 250 metralhadoras, 30.000 pistolas, 25.000 fuzis e, ainda, explosivos para 20.000 homens, arsenal ao qual se juntou, no dia da prova, os armazéns do Exército cujos parques, depósitos, etc., foram abertos às organizações marxistas.

O assassinato de Calvo Sotelo foi o sinal de sublevação. A guerra revolucionária da Espanha entrava, assim, na sua segunda e decisiva fase: a da *guerra quente*; a que precedeu, a *guerra fria*, havia sido um sucesso para a revolução marxista.

b) O processo de *impregnação* foi súbito e rápido, como acontece freqüentemente. Já dissemos que, com a aparição da República marxista, o comunismo não havia podido reunir, malgrado as circunstâncias propícias, senão um pouco mais de dois por cento dos votos. O Partido não fêz, também, nenhum ministro. Este estado de coisas, entretanto, durou muito pouco. A "Juventude Socialista" arrastou logo o Partido da mesma denominação para o campo comunista. O mesmo sucedeu com os dois outros partidos ditos democráticos. Largo Caballero, se bem que, de fato, fôsse líder socialista, foi designado pelo Kremlin para presidir o governo assim que a guerra se iniciou. Rosenberg, embaixador moscovita, assistia às reuniões do Conselho de Ministro e, na realidade, as dirigia. O Partido Comunista teve logo seus próprios representantes nos sucessivos Gabinetes. Negrin, mais tarde Primeiro Ministro, foi escolhido pelos russos para governar a Espanha porque, sem ser filiado ao Partido Comunista, era dócil e fácil de conduzir. O vergonhoso episódio dessa designação nos foi relatado por Jesus Hernandez, que a si próprio se denominava "*Ministro de Stalin na Espanha*". Participando do poder, o Partido Comunista dirigiu a perseguição contra os outros partidos; uns foram dissolvidos, outros foram, de fato, absorvidos. A imprensa socialista e a Confederação do Trabalho não escondiam sua oposição à campanha de proselitismo dos comunistas. No decorrer da guerra quente essa impregnação se desenvolveu sem nenhum tropeço: no Exército, os *comissários* e os quadros eram comunistas. Nos últimos tempos da guerra, Moscou deu ordem para que fôsem filiados ao partido 50.000 comunistas no prazo máximo de três meses. No Exército do Centro, por exemplo, quatro quintos dos homens acabaram militantes do Partido Comunista. Em Madri, já em 1937, pouco antes do início da guerra, uma determinação do governo proibia, sob pena de punição grave, os ataques à União Soviética pela imprensa, mesmo que os comentários tivessem sido autorizados pela censura. As crianças ficaram familiarizadas com os jogos rusos, como o "goridki"; a porta do Alcalá foi coberta por imensos retratos de Stalin, Vorocholof e Litvinov; a capital espanhola foi embandeirada de vermelho; não se assistia, no

teatro ou no cinema, senão produções soviéticas. O mesmo se passou com a literatura e no domínio cultural em geral. Tudo foi realizado para a glória da União Soviética. Os estados-maiores de agentes e de técnicos enviados pelo Kremlin dirigiam tudo: a política, a administração, a justiça e, naturalmente, as Forças Armadas. Alguns elementos, mesmo, carros de combate, aviação, as brigadas internacionais, por exemplo, rigorosamente pagas pela Espanha vermelha, foram administrados e comandados pelos enviados soviéticos e substituíram os comandos russos. A *impregnação* não poderia ter sido mais forte. Entretanto, ela não foi profunda. A infra-estrutura comunista não atingiu as raízes do país. A Espanha suportava, somente, o regime que lhe era impôsto. Ela não compartilhava da ideologia. Razão por que a resistência comunista, que se impusera pelo terror, desmoronou-se logo que ficou privada da classe dirigente, detentora do poder. A Espanha se sentiu libertada quando os soldados nacionais a reconquistaram.

II — “A GUERRA QUENTE”: A RESPOSTA

A *guerra quente* surgiu imediatamente como a luta do país contra esse mecanismo terrorista, se bem que minoritário, que obedecia simplesmente a Moscou. Ela foi denominada, muito justificadamente, guerra de *Libertação*. Logo que a sublevação nacional se iniciou, parecia impossível o seu triunfo nos grandes centros urbanos porque, como dissemos anteriormente, o marxismo ali dispunha de forças consideráveis. Este era o caso de Madri, Barcelona e Valência, as três principais cidades peninsulares, de Bilbao, San Sebastian, Santander e Gijon, cidades industriais do Norte, e as principais cidades da Andaluzia, com exceção de Sevilha, Cadiz e Granada, devido a circunstâncias particulares, bem como os centros urbanos do Levante e do planalto meridional até onde se estendia a influência marxista das grandes cidades.

Entremos agora na fase categórica da *réplica*: a resposta ao comunista na guerra fria.

A luta iria ser desigual. A subversão provinha, na aparência, do campo nacionalista. O poder era representado por um suposto Governo legítimo, fruto da subversão larvada. Conquanto, nas eleições de abril de 1931, os candidatos republicanos representassem apenas, no total, um quinto dos monarquistas, a República marxista espanhola havia podido invadir todos os domínios da legalidade por múltiplas manobras, atentados e crimes. As eleições que deveriam designar os deputados às Cortes de 1936 haviam reunido — segundo os números oficiais — 3.912.086 votos republicanos-marxistas, dos quais, unicamente, 191.000 votos comunistas; 4.187.571 da direita e 446.334 do centro. Essas eleições significavam um triunfo dos não-marxistas. Todavia, o Governo, desbordado pelos marxistas, atribui-se o triunfo da consulta eleitoral, escandalizando o próprio Presidente da República que, mais tarde, denunciou essa fraude na imprensa européia.

A resposta nacionalista à Revolução marxista em marcha, dirigida de cima, tomou a característica de uma guerra quente que se divide em três fases clássicas:

- a) a *pacificação*;
- b) a *defesa armada*;
- c) a *luta até a morte*.

a) A *pacificação* compreendeu, na ocasião, a implantação de um *comando militar único* (Salamanca, 29 de setembro de 1936), de uma *direção política* igualmente única (Burgos, 1 de outubro do mesmo ano) e de um *partido único*, também (Unificação Nacional, 19 de abril de 1937). A Constituição, imediatamente outorgada ao novo Estado, traduzia: o cuidado em desenvolver as fontes de produção, a batalha contra a fome e o frio, a "Ajuda Social", a restauração religiosa, o restabelecimento da ordem governamental e a realização de uma série de reformas administrativas.

b) A *defesa armada* constituiu um problema particular. Para ganhar a guerra, não existia, praticamente, na Espanha nacionalista, o indispensável exército. Enquanto os revolucionários, no governo, haviam criado desde logo as "Milícias Armadas" e levantado, no mundo inteiro, o exército das Brigadas Internacionais — 125.000 combatentes vindos de todos os pontos da terra, a serviço do comunismo — o Exército espanhol havia sido "triturado". Havia apenas ainda alguns núcleos de importância média nas guarnições das cidades de província, além de contingentes selecionados, mas quantitativamente modestos, destacados no Marrocos. A Sublevação nacional deveria, então, fazer face a um problema *suigeneris* — criar um exército, em plena guerra, para obter a vitória e sacudir o jugo marxista. A formação dos Quadros foi, em consequência, uma das primeiras tarefas empreendidas, assim como a mobilização de uma indústria de guerra quase em ruínas, após o caos de três anos de ditadura revolucionária. Foi assim que, partindo praticamente do zero, o Exército de Libertação Nacional chegou, ao fim da luta (2), a dispor de cinquenta divisões.

c) Uma guerra assim empreendida deveria ser, fatalmente, uma "guerra sem quartel", uma imensa batalha de aniquilamento. Nunca o comando nacionalista aceitou os bons ofícios de conciliadores espontâneos para assinar uma "paz negociada". Não aceitou êle, também, o oferecimento de negociações por parte do Governo Vermelho de Madri, logo

(2) Na segunda parte da nossa guerra de Libertação — que se seguiu à guerra fria, ganha pelos marxistas, — ou seja, a guerra quente — a luta acabou por tomar, por todas as razões expostas, um aspecto de grande guerra, de guerra regular. O Exército Nacional, com efeito, dotado de Quadros formados, em grande parte, durante a luta, apresentava na fase final uma massa de 650 batalhões de primeira linha, 25 de reserva, 150 de trabalhadores, 500 grupos de artilharia e uma divisão de cavalaria, estando todas essas forças convenientemente equipadas. Nossa aviação nascente abateu na luta aérea, conjuntamente com a DCA, 1.544 aviões inimigos. A Marinha persuadiu 324 embarcações, totalizando 484.000 toneladas (em seguida foi liberada a maior parte delas), afundou 53 navios (129.000 Ton), enquanto a nossa aviação afundava, por sua vez, 72 (157.000 Ton). O total das forças armadas nacionais atingiu a um milhão de homens.

que arrebentou a Sublevação, nem a da *Junta de Madri*, na fase final e decisiva da luta. A paz não podia ser negociada. Na guerra revolucionária, negociar a paz é perder a vitória. Isto é, resignar-se ao prolongamento da batalha, passando ocasionalmente da guerra quente à guerra fria; tática que, afinal de contas, só é conveniente ao inimigo marxista. Lenine dizia: "*O marxismo não é contrário aos compromissos; mas com o único objetivo de tirar dêles o melhor partido possível*".

A destruição da potência marxista não foi fácil. Os apoios exteriores, a incompreensão dos governos estrangeiros, a obstinação da Rússia — sempre feliz por "fazer a guerra por meio de outros" — estenderam excessivamente a duração e a violência da nossa luta. O que, sem ajuda exterior (*Brigadas Internacionais*), poderia ser decidido em três meses, durou exatamente três anos. A guerra foi pródiga em batalhas de aniquilamento. No dia 21 de outubro de 1937, o comunicado do Quartel-General de Salamanca anunciava, nestes termos, a vitória da primeira grande batalha: "*A frente Norte da Espanha não mais existe*". Um vinte sete avos do solo nacional e um dezoito avos da população espanhola estavam definitivamente liberados. De fato, a sorte da guerra tinha sido decidida, mas a Rússia prolongou, sem proveito, as hostilidades durante dois anos, ainda. Foram as batalhas de usura. As de Teruel e do Ebro fornecem exemplos típicos; a primeira durou 67 dias, a segunda 116. Os marxistas sofreram 150.000 perdas. Após a primavera veio a exploração fácil da ofensiva de Aragão e do Levante e atingiu-se a costa. Depois, teve lugar a corrida da Catalunha aos Pirineus. A 1 de abril de 1939, o comunicado do Quartel-General Nacionalista podia enfim anunciar que o *Exército Vermelho estava aprisionado, os últimos objetivos das tropas nacionais atingidos e a guerra terminada*. O Comunismo havia sido completamente varrido da Espanha; a paz voltava. A Rússia havia perdido a sua primeira batalha para impor o comunismo fora de suas fronteiras.

III — A LIÇÃO ESPANHOLA

A guerra revolucionária na Espanha foi sem dúvida uma magnífica lição, mas foi, também, uma terrível lição. Dois fatores contribuíram para torná-la dura e sangrenta: de um lado, o sucesso marxista inicial de 14 de abril de 1936, data em que foi implantada a República que permitiu, tanto na fase da *guerra fria* como na da *guerra quente*, a condução da guerra vinda de cima; por outro lado, os meios de propaganda da III Internacional que propagaram no mundo a idéia de que a guerra espanhola constituía uma subversão reacionária contra o "Governo legítimo" nacional, progressista e liberal.

Os marxistas, após seu *Golpe de Estado*, se empenharam, sem embargo e sem descanso, em organizar e dirigir a Revolução vermelha, violando toda a lei moral e realizando diretamente toda sorte de excessos e de crimes. Ao pseudo "Governo legítimo" faltava toda legitimidade legal e moral, sendo finalmente reduzido à situação de dócil executante dos desejos russos de sovietação da Espanha.

Tôdas essas razões prolongaram portanto nossa guerra e a tornaram terrivelmente sangrenta, causando à nossa Pátria danos inimagináveis. Vinte anos depois — foram necessários, com efeito, cinco lustros — o mundo ocidental acabou por reconhecer o que foi e o que significou, na realidade, a guerra revolucionária espanhola.

Graças à vitória nacional, de que males graves e terríveis a Espanha livrou o mundo? Enfim, graças a êsse triunfo, que não foi fácil nem barato, o *Estado Soviético número dois*, desde muito tempo acalentado pelo Kremlin, pôde ser considerado como um simples pesadelo sem realidade. Eis o sentido particular da vitória de 1 de abril, que ninguém deve esquecer e que, certamente, o comunismo internacional não esquecerá tampouco!

DOUTRINA PARA TO SUL-AMERICANO

“Trata-se essencialmente de:

- respeitar a Doutrina, a parte permanente (ou menos variável) da experiência da Guerra;
- utilizar os Processos, tanto na Organização, como na Tática, como na Estratégia, escolhendo e adaptando os mais adequados às circunstâncias particulares ao meio e às modalidades da Guerra em cada Teatro de Operações, encarando quer o caso de se dispor de aparelhamento completo, quer também o de possuírem recursos deficientes e muito aquém das necessidades. É preciso, repito, encarar a Guerra do rico, dos meios poderosos, mas não abandonar a eventualidade da Guerra com recursos reduzidos.

Não se trata de copiar servilmente nenhum regulamento, nenhuma organização, mas de adaptar com inteligência.

Não se trata de aceitar cegamente opiniões alheias, mas de analisá-las, compreendê-las para aplicá-las com critério pessoal.

Adaptação inteligente, flexibilidade de espírito na aplicação dos processos de guerra. Eis a pedra de toque de nossos estudos, das nossas concepções e das nossas realizações. Como vimos, a diversidade dos TO eventuais e a situação ocasional dos meios de guerra, impõem soluções várias para cada caso, as quais, por sua vez, terão que se modificar à medida dos progressos do país e do aumento de possibilidades das organizações armadas.”

Ten-Cel T. A. ARARIPE

(Trecho dum trabalho sôbre Doutrina na América do Sul)

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

HOMENAGEM PELO SESQUICENTENÁRIO



Marechal CANDIDO MARIANO DA SILVA RONDON

CURSO DE COMUNICAÇÕES

1. Histórico do Curso de Comunicações

As Transmissões, como eram inicialmente conhecidas e chamadas no seio do Exército, constituíram durante longo tempo, uma das mais importantes missões da Arma de Engenharia.

Os Aspirantes a Oficial dessa Arma, egressos da Academia, eram até 1959, indistintamente classificados em Unidades de Engenharia de Combate ou de Construção e Unidades de Comunicações.

Tendo em vista a necessidade de especializar elementos para exercerem atividades de comunicações, os Oficiais da Arma de Engenharia realizavam na Escola de Comunicações, até o ano de 1933, um curso mais extenso e particularizado sobre materiais e equipamentos de comunicações e seu emprêgo em campanha, enquanto para os oficiais das outras Armas, o curso era de menor duração e profundidade.

A partir de 1954, visando a possibilitar, em melhores condições, a criação da Arma de Comunicações, aquêles dois cursos foram reunidos num só e único para Oficiais de qualquer Arma.

A formação de praças especialistas em comunicações (operadores de rádio, mecânicos de rádio e instrumentos, telegrafistas, telefonistas e teletipistas, fotocinegrafista, operadores e mecânicos de radar, etc), que de longa data vinha sendo feita na Escola de Comunicações prossegue, ainda hoje, com pequenas modificações.

A 25 de agosto de 1956, sancionada a nova Lei de Organização Básica do Exército, foi criada a Arma de Comunicações, que, entretanto, só teve a sua organização definida em 1959 (Lei n. 3.654, de 4 Nov 59) e a regulamentação fixada em 1960.

De acôrdo com êsses dispositivos legais, a nova Arma se destina a:

- instalar e explorar os vários meios e sistemas de comunicações necessários ao exercício do comando na paz e na guerra;
- encarregar-se das atividades de fotografia e cinematografia, bem como da busca de informes através do Serviço de Escuta e Localização;
- realizar o suprimento e a manutenção do material especializado;
- incumbir-se das atividades concernentes ao estudo e fabricação do material de comunicações;
- cooperar na instalação e exploração dos sistemas de comunicações nacionais, estimulando, inclusive, o seu progresso técnico.

Dizem, ainda, aquêles estatutos que a Arma de Comunicações é constituída de:

- órgão de direção;
- tropa de Comunicações e
- órgãos de execução de Serviço.

Pelo art. 24, da já referida Lei n. 3.654, de 4 Nov 59, a formação básica do Oficial de Comunicações passou a ser feita na AMAN, de acôrdo com as prescrições do respectivo regulamento.

O novo regulamento da AMAN, aprovado com a Portaria n. 384, de 14 Fev 58, estabeleceu no currículo desse Estabelecimento o funcionamento do Curso de Comunicações.

O Curso de Comunicações, órgão do Corpo de Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, foi criado pelo Aditamento ao Bol Int n. 52, de 14 Mar 58:

Pelo mesmo aditamento, sua organização e instalação foram adiadas, atendendo a imperativos de serviço e até que fossem elaborados o Regimento Interno e o novo QO da AMAN.

O Bol Int n. 28, de 13 Fev 59, determinou sua organização, obedecendo aos Quadros de Organização publicados no mesmo ano, ficando o Curso de Comunicações instalado, provisoriamente, nas dependências destinadas à extinta Seção de Comunicações do Corpo de Cadetes, com todo o acervo material desta, exceto o referente à Filmoteca da AMAN (FAMAN).

Assim, iniciou o Curso suas atividades, em condições precárias, no tocante a depósitos e salas de aula. Apesar disso, permaneceu nessas dependências até 30 de outubro do mesmo ano, data em que se concluiu a mudança para o novo Parque.

Obedecendo ainda às normas estabelecidas pelo R-70, foi constituída a primeira turma de cadetes de Comunicações, num total de vinte e dois, transferidos do Curso de Engenharia, pelos Bol Int ns. 128 e 137, de 6 e 17 de julho de 1959, respectivamente. A Portaria Ministerial de 12 junho de 1959, mandou ainda ficarem adidos, ao Curso de Comunicações, trinta e quatro cadetes do Curso de Material Bélico, que se encontrava, também, em fase de organização, mas não dispunha, como aquêle, de ins-



Visita efetuada à Cia Ericsson do Brasil S/A pelo Curso de Comunicações

talações e material, ainda que precários, indispensáveis à instrução especializada. A SU Escolar (Cia Com) ficou, assim, com um efetivo de 56 cadetes.

A 9 de julho de 1959, foi dado início às atividades do Curso, através de sessão inaugural proferida pelo Instrutor-Chefe do Curso de Comunicações.

O Exmo. Sr. Gen Diretor de Obras e Fortificações, dirigiu aos cadetes dos dois novos cursos da AMAN palavras de estímulo e de fé nos futuros destinos da Arma de Comunicações e do Quadro de Material Bélico.

No 2º Período do ano de 1959 — de julho a dezembro — o Curso cumpriu seus encargos de instrução para o 2º Ano de Comunicações e Material Bélico.

Em março de 1960, e em face de o Curso de Material Bélico haver se organizado e instalado, o Curso de Comunicações retomou suas atividades de instrução somente para o 3º Ano, uma vez que, no 1º Período escolar, os cadetes do 2º Ano, integrantes do Grupamento de Engenheiros, são instruídos pelo Curso de Engenharia.

A 4 de julho de 1960, foi iniciado o 2º Período de instrução do Curso de Comunicações, com 20 cadetes no terceiro ano e 15 no segundo.

O 2º Período de instrução para o 2º Ano transcorreu normalmente, tendo sido todos os cadetes promovidos. Para o 3º Ano, entretanto, o 2º Período foi comprimido, por determinação superior. Dos 22 cadetes componentes da turma, ao serem iniciadas as atividades do Curso de Comunicações em julho de 1959, 19 foram declarados aspirantes a oficial, a 4 de dezembro de 1960.

A 12 de dezembro de 1960, em cumprimento a decisão do Exmo. Sr. Ministro da Guerra, foi iniciado o estágio de Aspirantes a Oficial da Arma de Comunicações, que está sendo levado a efeito pelo Curso de Comunicações da AMAN e que se prolongará até 4 de fevereiro de 1961.

Para atender, em parte, às grandes e variadas necessidades materiais do Curso de Comunicações, a Academia recebeu do Conselho Superior de Economia e Finanças do Exército (COSEF), os seguintes auxílios financeiros:

— Aviso n. 378-COSEF S1, de 16 Agô 60	Cr\$ 556.000,00
— Aviso n. 465-COSEF S1, de 16 Set 60	Cr\$ 697.000,00
— Aviso n. 650-COSEF S1, de 29 Nov 60	Cr\$ 100.000,00
— Aviso n. 651-COSEF S1, de 29 Nov 60	Cr\$ 80.000,00

Tais recursos foram aplicados na aquisição de mobiliário; montagem de salas de bancadas, oficina, aula e projeção; depósitos para material, rádio, telefônico-telegráfico e de suprimento geral; sala de meios auxiliares; instalação de uma estação fixa para radioamador, com vistas à utilização por oficiais e cadetes do Curso de Comunicações; instalação de uma rede telefônica automática interna e aquisição de ferramentas e materiais para instrução.

Foi organizada uma biblioteca especializada que já dispõe de 1.184 volumes.

O Curso dispõe do Grêmio Marechal Rondon que, embora a título precário, se destina a finalidades sociais, culturais e recreativas dos cadetes.

Anualmente, é realizada a Festa da Arma, com a finalidade de comemorar o dia do Patrono. Até o presente, a festa da Arma tem sido realizada conjuntamente com os Cursos de Engenharia e Material Bélico.

Iniciou, assim, as suas atividades, o Curso de Comunicações, no cumprimento de suas elevadas responsabilidades de formar os oficiais para a nova Arma de Comunicações e de estabelecer as bases para uma nova mentalidade de Comunicações, mais conforme com as modernas e cada dia maiores necessidades do nosso Exército.

2. Marechal Rondon

(Extraído do livro "Rondon Conta Sua Vida", de Ester de Viveiros)

A vida austera e afanosa do Marechal Cândido Mariano Rondon foi uma afirmação constante de dedicação à Pátria.

Nascido a 5 de maio de 1865 em Mimoso, Mato Grosso, não chegou a conhecer seu pai, que falecera pouco antes de seu nascimento. Ao atingir dois anos e meio, falecia sua mãe. Aos sete anos, foi para a companhia de seu tio, em Cuiabá, passando ali a segunda infância e início da puberdade. Em 1879, matriculou-se na Escola Normal — que tomou no ano seguinte o nome de Liceu Cuiabano — completando o curso normal com distinção em princípio de novembro de 1881, isto é, com dezesseis anos. Desconhecendo os sonhos de seu pai a seu respeito, inspirou-se nas resoluções de seus colegas do Liceu que assentavam praça para estudar na Escola Militar. Na Escola, não conhecia distrações e não perdia um minuto, consagrando todo o seu tempo, toda a sua capacidade moral, intelectual e prática, no objetivo único de vencer com brilho. Recebeu o primeiro posto de oficial quando já tinha os cursos de Infantaria, Cavalaria e Artilharia. No ano de 1888, decisivo em sua vida, tirou o curso de Estado-Maior de 1ª classe. Ainda em 1888, matriculou-se na Escola Superior de Guerra onde terminou o estudo de matemática superior. Estudou ainda, alemão e astronomia. A 5 de janeiro de 1890, 55 dias após a Proclamação da República, foi desligado da Escola Superior de Guerra, recebendo o título de Engenheiro Militar e o diploma de "Bacharel em Matemática e Ciências Físicas e Naturais".

Era plano do governo monárquico estender as comunicações telegráficas da Corte a Cuiabá.

Já fôra criada a "Comissão Construtora de Linhas Telegráficas", tendo como Chefe o Cel Ewerton Quadros e ajudante o Major Antonio Ernesto Gomes Carneiro que deveria fazer a ligação entre Franca, Uberaba, Goiás, margem direita do Araguaia. Tinham os trabalhos ultrapassado Uberaba, quando foi proclamada a República. Para chefiar a comissão Cuiabá — margem esquerda do Araguaia, longo trecho de 600 Km através das terras dos temidos Bororos, Benjamin Constant, então Ministro

da Guerra, por indicação de Floriano Peixoto, designou o Major Antonio Ernesto Gomes Carneiro. Era êste official de grande valor. Fizera tôda a campanha do Paraguai, com brilho, na qualidade de voluntário e, ao regressar, como alferes, requerera matrícula na Escola Militar (1871). Inauguraria Gomes Carneiro o premeditado projeto da jovem República de prosseguir o plano do Governo Monárquico, ao mesmo tempo que o desenvolveria, levando as linhas telegráficas às fronteiras do Paraguai e da Bolívia.

Tinha Gomes Carneiro a preocupação de conseguir um ajudante, e, informado de que Rondon fôra classificado em primeiro lugar na Escola e sabendô-o mato-grossense, incluiu-o desde logo, como Ajudante da Comissão, propondo seu nome a Benjamin Constant. Ocupava Rondon, nessa época, o pôsto de "1º Tenente de Estado-Maior de 1ª classe, por serviços relevantes". A Comissão Construtora de Linhas Telegráficas foi a primeira de penetração dos sertões, criada pela jovem República.

É fácil avaliar a emoção de Rondon ao rever seu estado natal, após longa ausência de oito anos. Partira empolgado pelo ardente desejo de vencer e voltava feliz porque proporcionava ao tio que o educara, sob a inspiração de seu pai, a alegria de ver coroados de êxito seus esforços.

Dos 583 quilômetros de linha sôbre o desenvolvimento dos 600 quilômetros da velha estrada Cuiabá—Goiás, quatrocentos eram habitados pelos Bororos.

Embora pacificados, os do baixo São Lourenço, eram os do Leste guerreiros primitivos, habituados a ver nos brancos que cruzavam a estrada, inimigos armados para os matar e com quem, por isso, se consideravam em permanente estado de guerra.

Foi então que Gomes Carneiro se revelou o grande conhecedor do problema indígena. Proibiu terminantemente, em cartazes que mandou afixar no longo da linha que nêles se atirasse, ainda que fôsse para os assustar. A resolução do Chefe de evitar luta com os índios, para não parecer que eram invasores de suas terras, calou fundo no espírito de Rondon.

A construção já estava próxima do Araguaia. Gomes Carneiro e Rondon entretinham-se em sonhos do futuro — ligar as duas capitais, Cuiabá e Goiás, por estrada de ferro. Mas o herói da Lapa desapareceu, infelizmente, antes de ter podido realizar seu patriótico intento.

Em treze meses dava a Comissão por findos os trabalhos, havendo construído 514 quilômetros de linhas telegráficas.

Preparou-se Rondon para regressar ao Rio e, a 1 de junho, apresentou-se ao Ministro da Guerra. Nesse mesmo dia assumia o cargo de lente substituto da 1ª Seção da Escola Militar da Praia Vermelha, para o qual fôra indicado por Benjamin Constant. Delineava-se-lhe o futuro, quando se punha a pensar na vida remansosa que passaria a ter com a família que ia fundar e as funções de lente, para as quais se sentia com verdadeira vocação...

Mas todos êsse planos teriam que ser modificados inteiramente: em vez da calma e metódica vida de professor, sua vida teria de ser a de

sertanejo, empolgante, mas rodeada de perigos de tôda a espécie e longe do aconhego familiar, que constituía para êle sonho dulcíssimo.

Era grande o empenho de Gomes Carneiro em reconstruir e consolidar a linha que estenderam, êle e Rondon, em treze meses.

Pensou em Rondon. Considerava-o a única pessoa capaz de ajudá-lo a realizar seus planos.

Para obter sua exoneração foi necessário que Rondon a requeresse ao Ministro da Guerra. Inicialmente o requerimento foi indeferido mas só pela insistência obteve o seu assentimento. Nomeado Chefe do 16º Distrito Telegráfico de Mato Grosso, foi rebaixado do pôto de Major em comissão ao seu pôsto real de Capitão de engenheiros. Encerrava-se, dêsse modo, sua carreira de professor.

De acôrdo com o compromisso assumido a 1 de fevereiro de 1890, quando fêz seu pedido de casamento, deveria ser êste a 1 de fevereiro de 1892. E assim foi. Envergava Rondon a farda de Major em Comissão. Fundava sua família que desde logo consagrôu à Pátria e à Humanidade.



Oficiais, Asp Qf e Cadetes do Curso de Comunicações. Ao fundo, vista parcial do Parque de Comunicações

Eram contínuos os trabalhos de conservação de linha telegráfica. O fio de cobre, de 2,5mm de diâmetro, não tinha resistência contra freqüentes temporais daquela região e as interrupções eram, por isso, quase semanais. Rondon desdobrava-se em faina incessante, em vigília permanente por todo o sertão do Leste. Era forçado a freqüentes viagens. Nessa luta constante e em estudos para reconstrução da linha, passaram-se os anos de 1892 e 1893. Só então pôde ser reiniciada a reconstrução e Rondon foi, desde logo, estabelecendo o lema que nortearia o seu trabalho no sertão em relação a nossos irmãos, os índios: — “Morrer, se necessário fôr; matar, nunca”.

Em 1893, tornaram-se tensas as relações entre o Brasil e a Argentina, que discutiam a questão do território das Missões. O Governo brasileiro pensou em mandar tropas por terra — urgia, pois, preparar uma estrada estratégica de Goiás a Cuiabá. Gomes Carneiro indica Rondon a Floriano, o Marechal de Ferro, como capaz de desempenhar tão delicada missão. Ele passou, assim a acumular duas funções — a da reconstrução da linha telegráfica e a da construção da estrada estratégica. Era, ao mesmo tempo, comandante de todos os destacamentos do sertão atravessado pela linha telegráfica. Quanto a seu chefe e amigo, Gomes Carneiro, tomou parte ativa na defesa da República. Enviou-o Floriano para o Rio Grande do Sul, a fim de combater os revoltosos que lá se haviam reunido. Organizava suas tropas quando os revoltosos vieram ao seu encontro. Ferido, continuou a comandar, proibindo se propalasse que fôra atingido. E comandou até tombar morto, sendo, depois, promovido a General.

Em 1898 terminaram os trabalhos de reconstrução da linha telegráfica. Por portaria do Ministério da Guerra de 21 de janeiro de 1899, foi Rondon nomeado auxiliar-técnico da Intendência Geral da Guerra. Foi uma comissão passageira, intermediária entre duas fases de sua vida, nos trabalhos de construção de linhas telegráficas e de exploração nos vastíssimos territórios de Mato Grosso, Goiás e Amazonas.

Era do maior interesse para o Governo ligar a Capital da República às fronteiras de Mato Grosso com a Bolívia e o Paraguai, porque esse conjunto de comunicações tornaria o Estado de Mato Grosso apto para a defesa do País, se necessário. Discutia-se no Ministério da Guerra a que oficial seria entregue tão importante missão. Entre os nomes lembrados estava o de Rondon.

Foi êle desligado da Intendência da Guerra a 16 de julho de 1900, com as mais cordiais e lisongeiros expressões do Intendente, e a 18 se apresentou à Direção-Geral de Engenharia a fim de seguir para o Estado de Mato Grosso. Na Comissão Construtora de Linhas Telegráficas no Estado de Mato Grosso, que desenvolveu os seus trabalhos entre 1900 e 1906, não se cogitava apenas de levar a cabo tentativas de assegurar as comunicações entre a capital com as lindes de Mato Grosso, tratava-se de obra muito mais extensa e completa: encerrar os principais pontos estratégicos, dos confins do Brasil com o Paraguai e a Bolívia, nas malhas de uma grande rede telegráfica que permitiria constante ligação com aquelas duas longínquas paragens e, dêsse modo, exercer sobre elas proveitosa vigilância.

Em 70 meses (1-X-1900 — 1-VIII-1906) foram construídos 1.746 quilômetros de linha, servindo 17 estações, para as quais fôra preciso construir 8 casas. Como trabalhos preparatórios, realizaram-se 4.100 quilômetros de reconhecimento, mais de 600 de exploração parcial e cerca de 1600 de locação. Realizou Rondon, ao mesmo tempo, enorme série de explorações, desvendando os segredos dos pantanais, executando estudos geográficos, fazendo determinação precisa de coordenadas de pontos que poderiam servir de base a futuras operações geodésicas, fazendo classi-

ficação da flora e de fauna. E teve, assim, a alegria de conseguir que a vastíssima região do sul de Mato Grosso se tornasse uma das mais bem conhecidas do território nacional, não só sob o ponto de vista cartográfico, mas também quanto à população, riquezas naturais do solo, capacidade de produção, recursos, vias de comunicação.

Quando Rondon se recolheu ao Rio de Janeiro, por haver terminado a construção da rêde telegráfica nas fronteiras paraguaias e bolivianas (1900-1906), já encontrou a notícia de que seria encarregado de uma comissão ainda mais difícil.

Tratava-se de ligar, pelo fio telegráfico, os territórios do Amazonas, do Acre, do Alto Purus e do Alto Juruá à Capital de Mato Grosso, já ligada ao Rio de Janeiro. A 18 de fevereiro de 1907, Rondon foi pôsto à disposição do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas; a 23, desligado da Direção de Engenharia, para assumir a Chefia da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas e a 4 de março nomeado engenheiro-chefe do Distrito.

Seria uma grande Comissão composta de engenheiros militares e oficiais especializados, funcionários civis da Repartição Geral dos Telégrafos, além do pessoal subalterno para os serviços de linha.

O 5º Batalhão de Engenharia iria constituir o núcleo principal da tropa, para os serviços de construção, transporte e vigilância.

Depois das habituais escalas passou a Comissão em Forte Coimbra, Corumbá — onde chegou a 27 de maio de 1907 — Cáceres, Mato Grosso e Brotas. Planejou Rondon, desde logo, a construção que seria executada por três seções, incumbindo-se, cada uma, de um setor, com missão diferente.

Em Brotas, organizou a expedição que iria descobrir o Rio Juruena (vagas e antigas indicações era tudo o que sôbre êle existia), parte do programa da 3ª seção, cuja chefia tomara: grandes reconhecimentos do sertão e estudos preparatórios para fixar a linha tronco.

Não haviam documentos recentes sôbre o Juruena, porque ninguém ousava atingir as paragens sulcadas pelo grande rio e que se supunham habitadas por antropófagos ferocíssimos.

Apresentava-se, pois, o Juruena como incôgnita, que só poderia ser desvendada por tentativas sucessivas.

Estabelecera Rondon que o limite dos esforços desta primeira expedição seria o rio Juruena para fixar em pleno sertão a base das futuras arremetidas em busca do Madeira.

Partindo de Brotas, a 24 atingiu Rondon, em etapas sucessivas, Diamantino, Serra dos Parecis, Cágado, Veados, Buracão. A 17 de setembro, estabeleceu relações com os índios Parecis.

A 10 de outubro, distantes de Cuiabá 607 quilômetros, atingiu os confins do território dos Parecis e penetrou nos territórios dos Nhambiquaras.

Até então pudera a coluna expedicionária marchar com relativa facilidade, utilizando as trilhas dos Parecis; porém no território dos teme-

rosos Nhambiquaras, fazia-se mister abrir caminho a foice e a machado, através de cerrados e de matas virgens. Avançavam com precaução, embora Rondon não partilhasse do receio geral de ser hostilizado pelos índios. A 20 de outubro foram ter a uma trilha de índios que os conduziu a excelente pôrto de um rio de cêrea de 80 metros de largura, águas claríssimas a deslizar sôbre o leito de areia, margens emulduradas por frondoso arvoredado que se estendia em majestosa floresta. O entusiasmo foi indescritível! Salvaram com os tiros de Winchester de Rondon e das Colts de seus companheiros.

Receberam o batismo do Juruena em delicioso banho — Anauiná, chamavam os índios ao famoso formador do Tapajós.

Revigorados, jubilosos, antegozando a alegria que ia causar aos companheiros a agradável nova, volveram ao acampamento.

Entretanto, a pequena coluna estava esgotada.

Haviam partido de Diamantino com um total de 16 pessoas, 34 mueres e 4 bois cargueiros. Terminara a expedição com tanta felicidade que nela não se perdeu um só homem, embora sòmente 7, inclusive Rondon, pudessem contar ainda com relativa saúde.

Infelizmente, não aconteceu o mesmo com a tropa, praticamente exterminada.

Dos trinta e quatro mueres que levavam, só quatro voltaram e dos bois cargueiros só dois sobreviveram — mas todos inutilizados.

Gastaram na expedição dois meses e 27 dias, para percorrer 967 quilômetros.

Foram explorados, reconhecidos e levantados 618 quilômetros de caminhamento por observações astronômicas, e 10 posições notáveis da região explorada.

Por motivo de ordem técnica e administrativa, resolveu Rondon mudar a base de suas operações de Diamantino para Tapirapoan, pôrto do rio Sepotuba, afluente da margem direita do Paraguai. Esta resolução levou-o a estudar, com a expedição de 1908, novo caminho para o Juruena.

Na expedição de 1907, o rio Juruena fôra descoberto em marcha de simples travessia; rios transpostos a nado, ribeirões por meio de pinguelas e veredas, estritamente indispensáveis à passagem da coluna, abertas nas florestas. Já em 1908 iam estabelecer no Rio Juruena um Destacamento — marchavam, pois, através do sertão, abrindo estradas, construindo pontes e estirados sôbre os rios e brejais, a fim de facilitar a passagem dos comboios que por aí deveriam, posteriormente, trafegar para abastecer a coluna de ocupação. Tratava-se de ocupação definitiva a exigir o estabelecimento de núcleos de população e a instalação de vias e meios de comunicação.

No ano de 1908, o trabalho realizado pela Comissão foi, resumidamente, o seguinte:

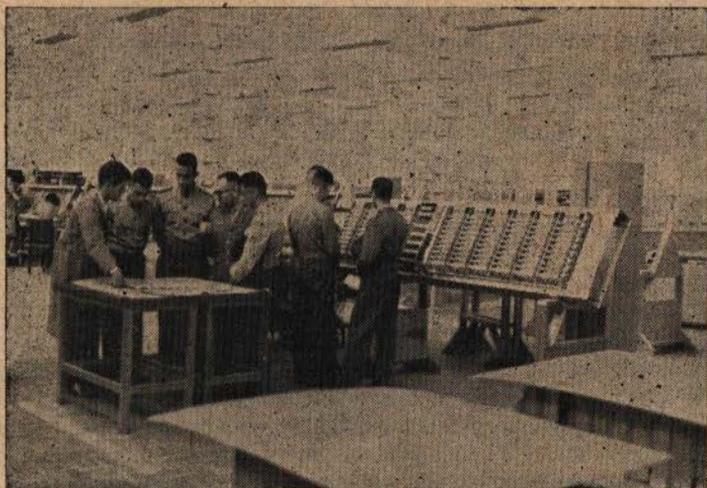
Reconhecimento e Exploração de 1.277 quilômetros; locação de 368 quilômetros; nivelamento de 155 quilômetros; determinação de 25 posições geográficas; levantamento de 100 quilômetros de rios; abertura de 171 quilômetros de varadouros destocados com a largura de 8 metros, para abastecimento de víveres à Comissão.

Construção pròpriamente dita: abertura de 264 quilômetros de picadão em terrenos diversos; 3.070 postes levantados e 2.996 distribuídos na picada; construção de casas, depósitos de viveres, pontes, estações, etc.

Além dêsses trabalhos, a seção de História Natural apresentou relatórios parciais dos serviços especiais a seu cargo.

O geólogo da Comissão percorreu diversas zonas, coligindo alguns fósseis de importância, que enviou ao Rio de Janeiro para serem estudados. O botânico herborizou mais de 350 espécies e o zoólogo 732, sendo tôdas remetidas ao Museu Nacional.

O serviço fotográfico produziu excelentes fotografias dos trabalhos e de todos os lugares atravessados pela Comissão, até a Serra do Norte.



Visita efetuada à Cia Ericsson do Brasil pelo Curso de Comunicações

Nova expedição, composta de 42 homens, foi organizada em 1909, devendo sair do Juruena a 2 de junho, em direção à Serra do Norte.

Firmara Rondón, definitivamente, o novo projeto de exploração, até o Madeira, que consistia em demandar a foz do Abunã, de onde, com maior facilidade, se dirigiriam ulteriormente para o Acre, e por um pequeno ramal, para Santo Antonio.

A viagem tôda, de Tapirapoan, no município de Cáceres, à margem do Sepotuba, a Santo Antonio do Madeira, durou de 3 de maio a 21 de dezembro de 1909.

Foi ela realizada em penosíssimas condições.

Haviam-se esgotado as provisões, inclusive o sal. Nos últimos quatro meses, viviam de caça, mel e frutas. Depararam, felizmente, com abundância de côcos, sem o que teriam perecido. Submetiam-se os cães ao mesmo, regime... Passaram, de uma feita, 36 horas sem comer. Conseguiram, depois dêsse tremendo jejum, abater um veado, que devoraram,

ficando a pele para os cães. Não tinham mais bagagem. As roupas estavam em farrapos e muitos reduzidos à indumentária dos índios.

O impaludismo, mais grave naquela região do que em qualquer outra dos sertões brasileiros, irrompeu desde o início, e eram muitos os doentes, embora estivesse a coluna perfeitamente aparelhada com os recursos e medicamentos, aconselhados para combater a terrível epidemia. Por isso é que, de duzentos e um, só não se salvaram seis impaludados.

A coluna continuava, entretanto, vida normal de disciplina militar. A 12 de outubro formavam homens esqueléticos e quase nus.

Rondon já iniciara a expedição de 1908 com febre alta. Embarcou, em Manaus, em viagem de regresso, mas seus padecimentos se agravaram por tal forma, que se viu forçado a desembarcar na Bahia e submeter-se a tratamento.

Só a 6 de fevereiro de 1910 chegou ao Rio, gravemente doente.

Na Capital da República permaneceu até fins de abril de 1911, não só pelos cuidados que reclamavam seu precário estado de saúde, como, também, para organizar plantas e mapas da região explorada, preparar relatórios dos serviços realizados e outros de ordem técnica e administrativa de grande empresa.

Foi ainda nesse ano que organizou e dirigiu os primeiros trabalhos da repartição que o Governo da República decidira criar, para estender a tôdas as tribos os métodos de pacificação e proteção que tantos benefícios vinham produzindo e dos quais desejava que participassem todos os sertanejos.

Seus esforços não foram vão e pelo decreto n. 8.072, de 20 de junho de 1910, era aprovado o regulamento que sistematizava os serviços de proteção aos indígenas e da localização dos trabalhadores nacionais.

Em março de 1911, fez Rondon, com sua família uma estação de águas em Cambuquira e sentiu-se pronto para resistir aos embates da vida do sertão. Começou, pois, a preparar a sua viagem para Mato Grosso. De Santo Antonio do Madeira não mais seguiriam para o Acre. As dificuldades eram, na realidade, tremendas, mas a principal razão é que seria mais econômico e menos pesado para a Comissão instalar, em vez de estações telegráficas, estações de rádio, já descoberto.

Passando por Cuiabá, inaugurava a 12 de outubro as estações de Nhambiquara e Vilhena, estando presentes índios daquela nação, a 130 quilômetros de Cuiabá. Seus companheiros haviam seguido à risca a norma estabelecida e era, por isso, aí como nas outras regiões por onde passara em viagem para Cuiabá, grande o progresso nas relações com os índios.

Assumi, na mesma data a chefia pessoal dos trabalhos que, aliás, mesmo quando doente e afastado, nunca deixaram de estar sob sua direção.

Em março de 1912, recebeu telegramas pela sua promoção. Era a terceira que lhe chegava em pleno serviço de campo, a primeira, a major, nos pantanais de Aquidauana, construindo a linha de Corumbá: a segunda, a tenente-coronel, em marcha nos sertões do Juruena, caminho da

Serra do Norte; a terceira, a coronel, nos campos indígenas, estudando a variante que pudesse livrar o traçado da mataria.

Já agora os índios o auxiliavam, comprazendo-se em constante intercâmbio de presentes. Assim, teve Rondon a oportunidade de estabelecer estreitas relações de amizade com diversos grupos de índios, pacificando-os inteiramente.

A 13 de junho de 1912, aniversário natalício de José Bonifácio, inaugurava Rondon a estação a que deu o seu nome. Revestiu-se essa inauguração de grande solenidade, não só em homenagem à memória do Patriarca de nossa independência, como também em consagração à paz com os nhambiquaras, tidos até então como tribo ferocíssima e irredutível. À cerimônia estiveram presentes muitos índios taitês, e foi uma menina dessa tribo quem içou a bandeira nacional no mastro da nova estação.

Rondon ainda se demorou algum tempo concluindo o relatório até 1910. A 20 de setembro era chamado ao Rio de Janeiro pelo Ministro da Viação.

A 28 de janeiro de 1913, seguia do Rio de Janeiro para Mato Grosso, via Manaus. Ia inspecionar a linha da seção norte, a partir de S. Antonio do Madeira até o Jamari.

A 12 de fevereiro subia o Rio Madeira, lentamente, observando as margens falando, às vezes, com pessoas dos ranchos.

Em calana, esperou uma lancha que o conduziu Gi-Paraná acima. É que a construção da linha de José Bonifácio iria avançar até Barão de Melgaço.

Passaram pelos marcos que assinalavam as divisas dos Estados de Amazonas com Mato Grosso e por diversas aldeias de índios. Na do Cacique Urucunã, grande recepção como em nenhuma outra. Visitou também os índios da aldeia Carumicharu.

Muito se vinha esforçando Rondon para que reinasse paz entre as diversas tribos e já era apreciável o que conseguira. A 19 de julho chegavam a Vilhena. Atingiram finalmente Aldeia Queimada onde combinou com os chefes corarini a mudança da tribo para Juruena, onde se estabeleceriam definitivamente, para se encarregar do trecho compreendido entre Juruena e José Bonifácio.

7 de setembro — 3º aniversário da inauguração do "Serviço de Proteção aos Índios". Quanta coisa feita em tão curto prazo! A pacificação de tribos tidas como indomáveis bastaria por si só para justificar as grandes despesas feitas.

Era constante o contato com os índios. Rondon exultava com as relações amistosas que, dia a dia, se tornavam mais firmes.

Nesta ocasião recebe Rondon telegramas dos Ministros da Guerra, Viação e Exterior sobre a escolha do seu nome para organizar a comissão que deveria acompanhar o Sr. Roosevelt, ex-presidente dos Estados Unidos, na sua viagem através do Brasil.

Tomou providências imediatas — porque o prazo era muito curto — e no dia seguinte descia para Pimenta Bueno, a fim de encetar a marcha para Manaus, em demanda do Rio.

A 11 de novembro chegava ao Rio, apresentando-se aos Ministros e cuidando logo de organizar a expedição.

Aceitou a incumbência de acompanhar o Sr. Roosevelt e foi aprovado o plano de organização da "Expedição Científica Roosevelt-Rondon", com os objetivos de se organizarem estudos geográficos e de história natural.

Conseguiu Rondon chegar a tempo de receber o ilustre hóspede no limite do território brasileiro.

A expedição teria, com o apoio oficial, verdadeiro valor científico e traria, ao mesmo tempo, importante contribuição para a geografia de uma das zonas menos conhecidas da América do Sul.

Em 59 dias percorreram 686 quilômetros, dos quais 276 foram muito ásperos e hostis.

O eminente chefe da Comissão Americana não mais voltou a gozar a saúde com que iniciara a expedição. Nossos homens, atacados de febres, esmagados de cansaço, enfraquecidos, estariam literalmente derrotados se não tivessem a fibra de nossos admiráveis caboclos.

Em frente às barracas, onde flutuavam as bandeiras do Brasil e dos Estados Unidos, narra Rondon o sucedido. Salientava que o rio cuja parte superior, desconhecida, acabavam de percorrer, era, contrariamente ao que se supunha, um só e grande rio, com 1.409 quilômetros, avançando uniformemente, sem deflexão. E que, por ordem do Governo Brasileiro, esse rio, o maior afluente do Madeira, inteiramente desconhecido dos cartógrafos e até, em grande parte, das próprias tribos locais, tinha recebido o nome de Rio Roosevelt.

Nos oito meses que se seguiram à partida do Sr. Roosevelt, a Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas construiu 372 quilômetros de linha com cinco estações.

Foi realmente grande esforço.

As obras do ramal de Mato Grosso, efetuadas em uma das mais insalubres regiões do território nacional, foram concluídas com apenas 15 baixas.

Terminada a construção da linha em 1915, Rondon apresentou-se ao Ministro da Viação para entregá-la.

Declarou-lhe este que não poderia tomar a si tal encargo, uma vez que não dispunha de pessoal que pudesse conservar tão grande extensão de linha telegráfica. Era, pois, necessário que Rondon prolongasse sua vida no sertão, para que não se perdesse tão grande esforço, até que o Ministro se considerasse em condições de assumir essa responsabilidade.

A 5 de novembro partia em demanda do vale do Jamari.

A 15 de fevereiro de 1916, um telegrama de Aquidauana dava conta do trabalho executado pelas outras turmas da Comissão.

Ao todo 4.300 quilômetros de levantamento e 105 posições astronômicas determinadas como elementos para a carta de Mato Grosso.

De 1915 a 1919, última fase de sua campanha sertanista, inaugurada com o descobrimento do Juruena, consagrou seus esforços ao levantamento geográfico de pontos e regiões importantes de Mato Grosso, estudando o vale do Araguaia, com travessia para o Xingu; do Tapajós, com transposição para o Sucunduri e Canuman.

Concluíram o estudo das cabeceiras do Xingu, levantando o Coluene e traçaram nas plantas os cursos exatos de grande número de rios.

Descobriram a Serra do Norte na sua origem e levantaram enorme quantidade de divisores de águas.

Fizeram descobertas de minas de sulfeto de ferro, ouro, diamante, manganês, gipsita, ipeca cinzenta. Assinalaram as regiões onde a hévea, a bertolécia e castilho vivem em grandes associações no território de Mato Grosso. Formularam o projeto de iniciar a construção da Carta de Mato Grosso na escala de 1:1000000 e, reduziram, para divulgação, essa carta à escala de 1:3000000 e fizeram outra, ainda mais sintética, na escala de 1:5000000, que serviu de indicação dos trabalhos sertanejos e descobertas realizadas pela Comissão. Foi publicada pelo Serviço Geográfico do Exército Nacional. Com o mesmo intuito desenharam cartas para ilustrar os trabalhos de botânica, zoologia, geologia e etnografia.

O Serviço de Proteção aos Índios, filho dileto da Comissão de Linhas Telegráficas, conseguiu chamar ao campo de sua ação benfazeja, inúmeras tribos. De seus nomes, muitos ressoaram, por longo tempo, como clarim



Visita efetuada pelo Curso de Comunicações à Cia. Ericsson do Brasil S/A de batalha. Caingangues, botocudos, parintintins e tantos outros, lembraram fulgores de vastos incêndios de duração secular, ainda mal extintos.

Por decreto de 20 de setembro de 1919, foi Rondon nomeado Diretor de Engenharia, mantendo o cargo de Chefe das Linhas Telegráficas.

Em janeiro de 1925 pedia sua demissão do cargo de Diretor de Engenharia.

Em 1920, foi condecorado pelo próprio Rei da Bélgica com a comenda da ordem do Rei Leopoldo, a maior de tôdas as condecorações belgas, pelos excepcionais serviços prestados à Humanidade.

Em abril de 1922 encontrava-se Rondon em Cruz Alta cuidando das obras de engenharia sob sua direção. Inspeccionava também as linhas telegráficas. Regressou, então, ao Rio. É que fôra designado para inspecionar as obras da sêca no Nordeste, partindo, por isso, em outubro.

Concluída a inspeção, seguiu por terra para Recife e de lá, a 30 de novembro, partiu em demanda do Rio, onde o aguardavam prementes problemas.

Foram os anos de 1923 e parte de 1924 empregados em viagens de inspeção das obras de Engenharia Militar e das Linhas Telegráficas.

Em 1924 foi nomeado para a comissão mais difícil de tôda a sua vida.

Era tremenda crise política que o Brasil atravessava — ou a República se firmaria na ordem ou seria o caos e a desmoralização.

O Território Nacional era, do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul, um só campo de batalha.

A 25 de setembro, recebeu do Ministro da Guerra convite pessoal para comandar as forças em operação no Paraná e Santa Catarina, dando-lhe carta branca sôbre o modo de dirigir aquela expedição.

Terminada sua árdua tarefa sentia-se feliz com a convicção de que muito sangue e muitas lágrimas haviam sido poupadas. Servira sua pátria pacificando, pondo têrmo a uma luta que ameaçava degenerar em catastrófica corrida pelo sertão fora, ódios entre irmãos cada vez mais acirrados.

A 15 de janeiro de 1927 foi nomeado para proceder a minuciosa inspeção das fronteiras do país, para estudar as condições do seu povoamento e segurança.

Para organizar a Comissão, mobilizou seus antigos companheiros de sertão, os veteranos da Comissão Telegráfica.

A 9 de fevereiro de 1928, desembarcou no Rio, procedente de São Paulo, depois de uma campanha que foi magnífico repositório de trabalhos, projetos e sugestões, verdadeiras pepitas de ouro para os garimpeiros do futuro Brasil.

Foram 257 dias de ininterrupta viagem, com um total de 17.316 quilômetros.

Em 25 de agosto desse mesmo ano apresentava substancioso relatório com quadros e observações meteorológicas, de distâncias medidas entre pontos importantes. Apresentou, também, dois mapas desenhados no escritório da Comissão Rondon: do rio Oiapoque, na escala de 1.500000 e do Território do Alto Rio Branco.

Este foi o trabalho realizado pela primeira campanha.

A 26 de julho de 1928, seguia para Manaus o primeiro escalão da segunda Campanha de Inspeção de Fronteiras.

Entre os componentes desta seguiu, entre outros, o escritor Gastão Cruz.

A 29 de dezembro de 1928, atingiriam a fronteira e a 31, último dia do ano, terminariam o reconhecimento da grande penetração, desvendando o mistério que encobriria êsses lindes da nossa fronteira com a Guiana Holandesa, considerados inacessíveis. No dia 15 de janeiro voltavam à base central de Campo de Colinas, após 45 dias, com a inspeção e o grande reconhecimento completamente executados. A 16, deixavam a fronteira que identificaram e da qual tomaram posse, em nome do Governo Federal.

Incorporara Rondon, à Inspeção de Fronteiras, a experiência colhida na direção da antiga Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas, podendo, assim, chefiar pessoalmente o acesso à cordilheira Tumucumaque, até então considerada inacessível.

Na terceira Campanha, seguiu Rondon pelo interior do Brasil para ganhar em Belém do Pará a navegação do Amazonas, em demanda da fronteira da Venezuela, em Cucui, de onde iniciou a inspeção das fronteiras de oeste a sul, ainda não percorrida por êle. Deixou o Rio a 26 de setembro, chegando em Cucui a 16 de janeiro de 1930. A 17, poderiam obter, da Pedra de Cucui, fotografias da formidável planície amazônica e da linha de fronteira assinalada pela crista da Cordilheira Parimã. Penosíssima, porém, indispensável façanha alpinista. A ascensão não foi menos perigosa e de palpitante interesse do que as mais afamadas. O patamar mais alto fôra, até então, considerado inacessível. A 18 foram verificar o marco divisório, onde Rondon acrescentou a inscrição: — “Inspeção de Fronteiras — General Rondon — 1930”. De regresso, atracaram em Manaus a 28, depois de um percurso de 2.545 quilômetros.

Concluída essa etapa de inspeção, comunicou ao Presidente da República, ao Ministro da Guerra e ao Chefe do Estado-Maior do Exército, a partida para a fronteira do Peru.

Durara mais de um ano — desde 26 de setembro de 1929 — a última campanha de inspeção de fronteiras. Realizara grande percurso nos setores inspecionados pelas turmas que haviam operado no ano anterior descera os rios Araguaia e Tocantins rumo a Belém; realizara levantamentos subindo os rios Mamoré e Guaporé e sobre a “linha seca” desde Pôrto de Telha, no rio Barbados, até a povoação de S. Matias, na Bolívia.

Passara, replantando e reavivando os marcos divisores com as três Guianas, Venezuela, Bolívia, Peru; verificara as divisas de Paraná e Santa Catarina com o Paraguai e a Argentina.

Ia entrar no Rio Grande para inspecionar as fronteiras com o Uru-guai e a Argentina, fechando o vasto perímetro na barra do Chuí.

Mas a revolução de 1930 destituiu-lo-ia dos seus encargos de ordem técnica e social. Só quando, pouco mais tarde, foi restabelecido o serviço de Inspeção de Fronteiras, é que lhe seria possível completar relatos e mapas, em escrupulosa prestação de contas à Pátria.

Instalou-se o escritório de expedição na própria sede da Comissão de Linhas Telegráficas, na rua das Laranjeiras, o que lhe permitiu ser-

vir-se do Escritório de Desenho que, havia vinte anos, vinha ali executando, sob a direção do General Jaguaribe de Matos, todos os trabalhos topográficos e cartográficos a cargo daquela Comissão. Foi, assim, possível à Inspeção de Fronteiras o preparo das cartas de toda a região percorrida. Para se ter uma idéia do vulto dessa contribuição para o EME, basta dizer que foram desenhadas treze folhas de conjunto, na escala de 1:500000, abrangendo toda a fronteira com as Guianas, a Venezuela, a Bolívia, a Colômbia e o Peru; a do Estado de Mato Grosso com o Paraguai e Bolívia; a de Paraná—Santa Catarina com a República Argentina.

Ao assumir a chefia do Governo Provisório, recebeu o Dr. Getúlio Vargas o seu pedido de reforma, mas não se interrompera sua atividade em 1930. Continuou, até 1934, por ordem do Presidente Getúlio Vargas, a preparar o relatório da inspeção de Fronteiras de que fora chefe, desde 1927, cumulativamente com a chefia da Comissão Telegráfica.

Diante da dificuldade de resolver o problema do dissídio entre Peru e Colômbia, ofereceu-se o Brasil para harmonizar essas duas nações. De acordo com o protocolo de 24 de maio, nomeou o Itamarati uma comissão mista de delegados do Peru, da Colômbia e do Brasil, cabendo a presidência ao delegado deste. Para esta comissão foi escolhido Rondon. A zona litigiosa estava compreendida na região de Leticia, no denominado trapézio entre os rios Putumaio, Amazonas, aí chamado Solimões.

Eram péssimas as condições em Leticia. Por duas vezes foi substituído o delegado do Peru, um deles, por moléstia contraída em serviço, da qual veio a falecer; e, por cinco vezes, o da Colômbia. Era, porém, a responsabilidade do Brasil muito grande e, por isso, não se afastou Rondon um só dia do seu posto, durante os quatro anos da Comissão. Levou o escrúpulo ao último grau no desempenho de suas funções e, em julho de 1938, pôde comunicar aos governos do Brasil, do Peru e da Colômbia ter cumprido a delicada missão que lhe havia sido confiada.

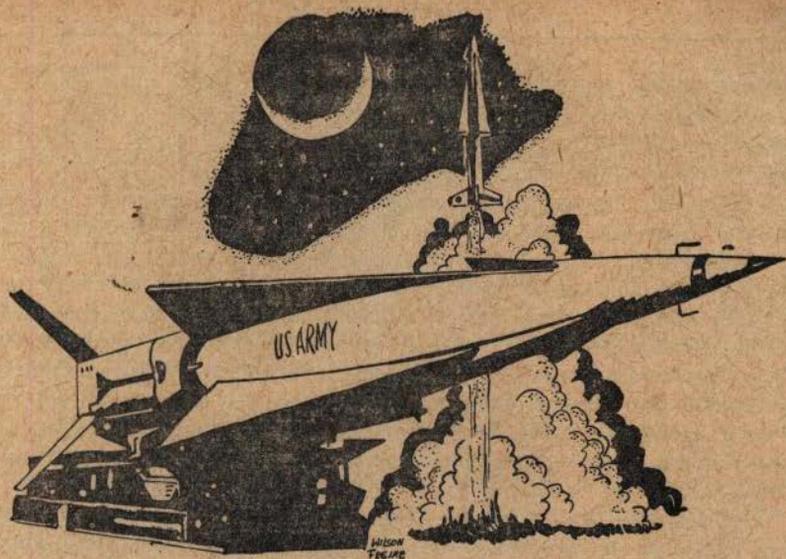
Esse rigor naquilo que considerara o cumprimento do dever custou-lhe a perda da visão. Ao regressar ao Rio já era muito tarde — um glaucoma inutilizara um dos olhos e reduzia a um quarto a visão do outro... que gradualmente foi declinando...

Ninguém lhe ouviu, nunca, uma queixa pela cegueira que acabou por se tornar total: ofereceu mais isso à Pátria.

Supunha Rondon, em 1939, encerrar os serviços ativos à sua Pátria. Mas assim não entendeu o Presidente da República. Criou o "Conselho Nacional de Proteção aos Índios", de caráter honorífico, e nomeou-o seu Presidente, para orientar o "Serviço de Proteção aos Índios", indicando-lhe normas de uma política indígena capaz de manter a unidade social da raça e determinar a felicidade do índio.

Recebeu Rondon, por lei votada com unanimidade, as honras de Marechal, sendo-lhe entregues as platinas em sessão solene das duas casas do Congresso.

A 19 de janeiro de 1958 falecia Rondon, tendo o Governo por decreto n. 43.057 do mesmo dia declarado luto oficial em todo o País, por três dias, sendo-lhe prestadas honras fúnebres de Ministro de Estado.



Coordenador: Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

ENGENHOS, FOGUETES E SATÉLITES

VÊNUS

ALGUMAS INVESTIGAÇÕES FÍSICAS

Cap-Ten A. BRANDÃO DE FREITAS

1. O Planeta

O órbita de Venus é mais próxima do sol do que a da Terra, levando 225 dias para a sua completação. A sua distância média do sol é de 108,2 milhões de quilômetros; a sua velocidade de locomoção no espaço de 35,05 quilômetros por segundo, em média (comparada com 29,8 km/seg. da Terra). A Terra chega a aproximar-se de Vênus nas assim chamadas conjunturas inferiores, de 41 milhões de quilômetros, quando aquele planeta passa a linha Sol-Terra. Esse fato ocorreu em 11 de abril de 1961. Por outro lado, a distância da Terra a Vênus pode alcançar 257 milhões de kms., na época da assim chamada conjuntura superior, quando o planeta se encontra, visto da Terra, do outro lado do Sol.

Em tamanho, Vênus é pouco menor do que a Terra. O seu diâmetro, porém, não é conhecido com exatidão, porquanto é raro apresentar-se calmo no telescópio, além de ser envolto em densa atmosfera. As esti-

mativas quanto ao seu diâmetro variam por esta razão, entre 12.200 e 12.610 kms., sendo provavelmente a última cifra a mais acertada. Seria portanto, o diâmetro de Vênus de 0,989 em relação ao da Terra, e o seu volume globular 0,97 da expansão espacial do globo terrestre.

Outro dado importante é o conhecimento exato da massa do planeta, da qual dependem a sua força de atração bem como os distúrbios por êle exercido em relação a outros corpos do sistema solar. Em relação a maioria dos planetas, é possível determinar a massa pelo movimento de seus satélites. Vênus, porém, não tem satélite e conseqüentemente outros métodos de determinação de massa deverão ser empregados. Os mais importantes seriam as perturbações de Vênus exercidas sobre o movimento dos planetas grandes, próximos ao Sol, e que, indicam ser o valor médio da massa de Vênus de aproximadamente 1/408.000 da massa do Sol. Todavia, os cientistas ainda não chegaram a uma conclusão exata.

As relações entre o diâmetro do globo e o total da massa indicam uma densidade média da matéria que constitui o planeta correspondente a 0,85 da densidade da Terra ou a 4,7 da densidade da agua.

Muito mais difícil apresentar-se a determinação da situação exata do eixo de rotação de Vênus, porquanto aponta em direção de determinado ponto na constelação do Dragão e forma um ângulo de 76 graus em relação ao plano da trajetória de Vênus

2. A rotação

Uma das características essenciais de um planeta é a sua rotação. No caso de Vênus, porém, encontramos dificuldades relevantes quanto à sua determinação, devido à densa atmosfera que veda a visão direta da superfície do planeta e que, por outro lado, não apresenta características permanentes, suficientes para servirem de ponto de referência.

Durante mais de dois séculos os cientistas admitiam o prazo de 24 horas para um giro completo de Vênus em torno de seu eixo, opinião essa pela primeira vez levantada por Cassini, no ano de 1666. No último quarto do século passado, o astrônomo italiano Schiaparelli, conhecido estudioso do planeta Marte, chegou à conclusão de ser a duração de rotação de Vênus de aproximadamente 225 dias, correspondendo, portanto, ao período de giro em torno do sol.

As medições da rotação de Vênus com auxílio das características notadas em seu espectro não levaram a resultados satisfatórios. O astrônomo americano Richardson (1956), por exemplo, depreendeu de suas medições de espectro de Vênus, uma provável duração de rotação de 24 horas, 37 minutos e 22 segundos; Dando margem para possíveis erros de medição, os resultados também poderiam ser interpretados no sentido de indicarem uma duração de rotação de exatamente 7 dias. Simultaneamente conseguiram-se resultados de medição pelo método de radioastronomia. Captaram os cientistas ondas de 3,15 cm e 11 m de comprimento oriundas de Vênus e que apareciam em espaços regulares, indicando desta forma a possibilidade de haver efeitos de rotação. Os achados per-

mitiam duas interpretações: uma duração de rotação de 13 dias, ou então, uma duração de 22 horas e 17 minutos. Não foi possível chegar-se a uma conclusão definitiva, sobretudo porque as investigações espectroscópicas em geral forneciam indicações contrárias a uma longa duração de rotação do planeta. Outro índice contra essa hipótese era a completa falta de achatamento do globo de Vênus, necessariamente existente se houvesse uma rotação rápida, a exemplo do que acontece em relação à Terra.

Como já foi mencionado, Vênus não possui satélite, embora de tempos em tempos tenham surgido afirmações ao contrário. Sempre, porém, que tais declarações foram investigadas cuidadosamente, os cientistas chegaram a resultados negativos.

3. Vênus não possui lua

O problema da possível existência de satélites de Vênus não deixou de interessar à pesquisa moderna. O já mencionado astrônomo americano R. S. Richardson (1955) lembrou que nem mesmo luas de apenas 70 ou 80 kms., de diâmetro, poderiam permanecer ocultas para sempre. Uma lua de somente 5 kms. de diâmetro, todavia, assemelhar-se-ia a uma estrêla de 16.ª grandeza, sendo duvidosa a sua localização ainda que com grandes telescópios e nas épocas de maior aproximação entre Vênus e Terra, dada a grande claridade daquele planeta.

4. Invólucro invisível

A superfície de Vênus é encoberta por densa atmosfera. Embora o alto poder de reflexão dos raios solares (59 a 64 por cento) indique sejam contidas grandes quantidades de vapor de água nessa atmosfera, os astrônomos ainda se vêem diante de grandes dificuldades em relação a este problema. Em 1931 foi possível comprovar a existência de quantidades consideráveis de dióxido de carbono no espectro de Vênus, tendo sido por isso a sua atmosfera caracterizada com um denso invólucro de dióxido de carbono. Essas observações levaram diversos astrônomos a deduções especulativas. R. Wild, por exemplo, defendeu a opinião segunda a qual haveria moléculas de aldeído fórmico na atmosfera de Vênus, nas proximidades do solo. O astrofísico inglês, F. Hoyle levantou a hipótese de serem as nuvens claras de Vênus constituídas em sua maior parte de pó. Posteriormente (1957) o mesmo cientista acrescentou que, possivelmente, haveria naquelas nuvens considerável conteúdo de gotas de óleo, sendo por essa razão o planeta permanentemente envolvido em fumaça e neblina. Referiu-se ainda à possibilidade de existirem verdadeiros oceanos de óleo na superfície de Vênus, sem, contudo, poder apresentar comprovação dessa tese.

Os resultados de medições do astrônomo francês, B. Lyote, feitos no observatório de Pic-du-Midi, nos Pirineus, parecerem ser mais plausíveis e indicam a existência de água livre na superfície de Vênus. As suas medições de polarização levam a crer na existência de nuvens cons-

tituidas de gotas de água no invólucro de Vênus, gotas essas que não podem ser comprovadas pelos métodos espectroscópicos, mas cuja existência parece estar fora de dúvida, de acordo com a teoria daquele sábio francês.

Posteriormente (1957) o cientista G. P. Kuiper defendeu tese contrária, afirmando que, segundo as suas medições não havia participação essencial de gotas de água na constituição das nuvens de Vênus, contudo as observações levadas a efeito em 1959 por um balão estratosférico americano tripulado parecem ter confirmado a existência de consideráveis quantidades de água na atmosfera de Vênus. Segundo aquelas observações a troposfera de Vênus conteria mais água do que a troposfera terrestre, que à região de formação do tempo.

Outra observação interessante é a que pôde ser realizada por ocasião da cobertura por Vênus da grande estrela Regulus, na constelação do Leão, em 7 de julho de 1959, pelo cientista D. H. Scheffler no Observatório Astrofísico de Potsdam (Alemanha). Verificou-se que a atmosfera de Vênus em suas camadas mais altas, até uma altura de aproximadamente 65 kms. tem grande correspondência com a atmosfera terrestre, embora ambas tenham uma constituição química bastante diferente.

5. Ionosfera e campo magnético

De grande interesse é a questão da ionização dos gases da atmosfera de Vênus, ou seja, se os seus átomos sofrem perdas de elétrons sob a influência da irradiação ultravioleta do Sol, à semelhança do que se dá na ionosfera da atmosfera terrestre. Diversas observações recentes parecem falar a favor dessa hipótese. Em 1953 o astrônomo soviético N. A. Kozyrew do Observatório da Criméia, pôde observar no espectro do lado noturno de Vênus, duas linhas espectrais que pertencem ao nitrogênio ionizado e que provavelmente promovam processos luminosos comparáveis às luminosidades polares na Terra.

As luminosidades polares, por outro lado, indicam a existência de um campo magnético, hipótese essa a favor da qual parecem falar igualmente novos resultados de pesquisas. Com efeito, as investigações de J. Houtgast (Holanda) e J. V. Narayana (Índia), levadas a efeito em 1953 e 1959, revelam que desde 1884 se tem registrado uma periódica diminuição de atividade magnética terrestre, sempre pouco antes e pouco tempo depois da conjuntura inferior de Vênus. Tal fenômeno encontraria a sua explicação no fato de os raios corpusculares do sol, responsáveis pela atividade magnética da Terra, serem atraídos pelo campo magnético de Vênus quando de sua passagem por esse planeta, então numa posição entre o sol e a Terra, sendo os raios, portanto, "desviados" da Terra.

A sua maior proximidade do Sol deve acarretar temperaturas mais elevadas do que as da terra. A "constante solar", um dado que atesta

as quantidades de energia recebidas do sol por centímetro quadrado de superfície no limiar da atmosfera recebidas por minuto, indica o valor de 3,73 calorias, enquanto em relação à Terra somente de 1,95 calorias. Em consequência, foi possível constatar as seguintes temperaturas no lado diurno de Vênus: entre mais 80° e 100° C, e alcançando no lado noturno até menos 25° C. As pesquisas mais recentes, todavia, indicam que as temperaturas, tanto no período noturno como no diurno, tendem a uma constantes de 40° C. Estes fatos parecem constituir provas a favor de uma curta duração da rotação, sem porém apresentar uma solução definitiva do problema. Constatações que parecem ser ainda mais contraditórias resultaram de recentes estudos feitos com o auxílio de aparelhamento radioastronômico e indicando valores de temperatura entre mais 207° C e 317° C. Tudo leva a crer que não se trata nesse caso, de temperaturas reais da superfície do planeta, mas de determinadas condições nas regiões ionizadas da atmosfera.

6. Sinais de radar

Desde o ano de 1958 vem sendo mandados sinais de radar para a superfície de Vênus por radiotelescópios terrestres e que de lá voltam, como "eco". Trata-se de experiências extremamente delicadas, tendo os cientistas certeza de receberem o "eco" realmente da superfície do planeta e não de sua atmosfera.

Um dado positivo dessas experiências é a constatação que a superfície de Vênus funciona melhor como refletor do que a Lua, em relação a esse tipo de sinais. É de se esperar que o desenvolvimento dessa nova técnica de observação leve, cedo ou tarde, a uma técnica que permita chegar a deduções seguras quanto à natureza da superfície de Vênus, a partir das particularidades do eco.

7. A superfície de Vênus

A grande incógnita de Vênus é realmente a sua superfície. Tudo indica que existam grandes superfícies de água. Mas a existência e constituição de superfícies firmes ainda não foi revelada. Diversos astrônomos, entre os quais o conhecido especialista na pesquisa de planetas N. P. Barabachev (URSS), são de opinião que Vênus se encontra atualmente em época comparável à Era do Carbonífero da Terra, ou seja, uma época ultrapassada pela Terra há 250 milhões de anos. Barabachev acredita possível que haja em Vênus uma forma de vida desconhecida por nós, ou que essas formas de vida estejam em surgimento.

Como vemos, há uma infinidade de problemas a serem resolvidos em relação a citilante estrêla vespertina.

NOTA DA REDAÇÃO: Durante três anos o Cap-Ten Brandão cooperou com a "Defesa Nacional" escrevendo artigos referentes à Marinha. Agora nos brinda com "Algumas investigações físicas sobre o planeta Vênus", Agradecemos tão valiosa cooperação.



FAZ PARTE DA VIDA BRASILEIRA

Vai onde outros não vão, para incrementar os vários setores de produtividade. Estabelece ligações entre sítios e fazendas, vilas e cidades. É o veículo que mais ajuda o homem em suas tarefas diárias, no campo ou no sertão. Integrou-se como instrumento de trabalho. Sua presença é familiar. Tão natural quanto um pé de café, uma novilha, um arado, uma carrêta. Forte, eficiente, útil como nenhum outro veículo, o "Jeep" Universal faz parte da vida brasileira.

Fabricando veículos com mais de 90% de nacionalização, o gigantesco parque industrial da Willys assegura ao consumidor facilidade imediata de peças de reposição e assistência mecânica especializada aos seus veículos.

Jeep

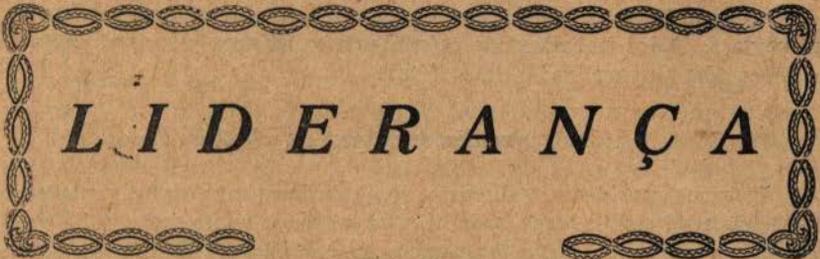
® UNIVERSAL



WILLYS-OVERLAND DO BRASIL S. A.

São Bernardo do Campo - Estado de São Paulo

FABRICANTE DOS VEÍCULOS DA LINHA "JEEP", DO ALFA-WILLYS E DO RENAULT DAOPHINE



L I D E R A N Ç A

Coordenador: Maj IVAN DE SOUZA MENDES

A SIMPLICIDADE DA TÉCNICA DE CHEFIAR

Cel J. J. DE CAMERINO

Uma vez escrevi um livro que obedecia a tôdas as regras, tinha um título sugestivo e incisivo; tinha prefácio, introdução, índice, capítulos, partes e seções. Continha referências para estudo, apêndice e bibliografia e em suas páginas se encontrava o resultado de uns 15 anos de experiências com chefes de pessoal em todos os níveis da administração.

O livro padecia, entretanto, de pelo menos, uma fraqueza comum: fazia um processo simples e natural parecer complicado e difícil. O resultado foi que muitos daqueles que poderiam ter lucrado com êle não o terminaram enquanto que os que o terminaram estavam tão confusos com a aparente complexidade do assunto que não sabiam como aplicar muitas das recomendações.

Não é estranho que os homens gostem de complicar e deformar atividades simples e naturais? Por que combatemos o que é óbvio? Por que duvidamos de fatos e princípios que têm sido experimentados e comprovados no decorrer dos anos? Por que continuamos a insistir que somos diferentes, que as pessoas com quem lidamos são diferentes e que as atividades em que estamos empenhados e os problemas com os quais nos defrontamos são diferentes? Por que continuamos a exigir consideração e tratamento especial? Só conseguimos com isso dificultar as coisas para nós mesmos e torná-las desagradáveis para os que nos cercam.

Um automóvel nunca é exatamente igual a outro. Em sua maioria êles diferem na aparência; têm origens diferentes; funcionam em ambientes diversos, preenchem numerosas finalidades e são usados em muitas áreas geográficas e sob condições climáticas normais e extremas.

Mas, todos êles funcionam pelos mesmos princípios: o motor pára se não o abastecermos; as peças quebram-se se não tivermos o devido cuidado; os pneus esvasiam-se se furarem.

Nenhum carro trabalha da mesma maneira com motoristas diferentes e um mesmo motorista é incapaz de fazer funcionar da mesma maneira dois carros diferentes. Os barcos à vela também são assim. E assim são as pessoas. Todos trabalham de acôrdo com os mesmos princípios básicos e todos têm personalidades individuais.

A mais simples maneira de chefiar

Podemos considerar o discurso de Gettysburg como uma verdadeira obra-prima de simplicidade, mas há uma sentença muito mais velha que, em comparação com êle, o faz parecer uma declaração de impôsto sôbre a renda. A sua versão moderna é "Não façais aos outros o que não quereis que vos façam".

Eis aí, em uma frase, o maior livro jamais escrito sôbre o assunto mais vasto que existe e pelo maior autor que jamais existiu. Eis aí os princípios fundamentais da boa chefia em sua forma mais simples. Que mais precisamos? Por que existem toneladas de livros para explicar uma coisa tão simples?

Só podê ser por causa da nossa natural tendência de escrever as leis à nossa própria moda. "Façamos aos outros o que achamos que deve ser feito". Esta versão abre a porta aos nossos sentimentos egoístas, desvia os nossos julgamentos, dá origem a ambições esmagadoras, cria crises econômicas, causa guerras. Faz com que nos apeguemos tenazmente a preconceitos tolos, tradições decrépitas, práticas antiquadas, processos morosos e sem valor. Cria a duplicação de esforço, leva ao relaxamento das responsabilidades, fomenta mal-entendidos e inveja, ocasiona atritos e perda de tempo. Em outras palavras, torna difícil uma tarefa simples. Quando o preconceito e o egoísmo entram, a razão, a justiça e a simplicidade saem.

Chefia — Um processo natural

Tanto já foi escrito sôbre *talentos, habilidades e qualidades de chefe* e tem havido tantas discussões sôbre se os chefes se fazem ou já nascem feitos, que o inteiro campo da chefia está envolvido de misticismo. E o resultado é que muitos dos que possuem capacidades latentes de chefia desenvolvem complexos de medo e imaginam situações complicadas onde estas não existem.

A verdade é que a chefia é um estado perfeitamente natural na vida. O mundo se divide nos que dirigem e nos que são dirigidos. Em qualquer situação essa divisão se manifesta e ninguém pode impedi-la. A tendência da civilização é progredir e o progresso depende da boa direção. O processo da seleção natural, portanto, geralmente produzirá bons chefes. A situação é um tanto complicada, entretanto, porque alguns julgam que o futuro do mundo depende de nós e se não atingirmos a perfeição durante as nossas vidas, o mundo caminhará para a destruição. Mas se ao menos parássemos para pensar que pessoas competentes contribuíram para o

progresso mundial muito antes de nós e que ainda estão para nascer, pessoas também capazes, aceitaríamos com mais simpatia a idéia de deixarmos alguma coisa para a posteridade fazer e assim não nos afobariamos e talvez tivéssemos melhores resultados.

Façamos o que pudermos, sem alarde e de uma maneira simples. Isto não quer dizer que não devemos empregar o máximo dos nossos esforços, mas sim, que há pouco mérito em trabalharmos apenas para estarmos ocupados em alguma coisa. A atividade só tem valor em função da produção.

Direção e desenvolvimento humano

Parece que deveríamos estar convencidos de que o sucesso de qualquer organização depende de ter um adequado número de seres humanos, nos lugares adequados e nos momentos adequados, todos produzindo o máximo de suas capacidades. Isto já nos disseram muitas autoridades no assunto. Por que então esperarmos que as relações humanas se desenvolvessem espontaneamente, enquanto dedicamos o nosso tempo quase que exclusivamente à consideração de programas de produção, facilidades de transportes, disponibilidades de matérias-primas, preços e mercados?

Complica-se a atividade da administração quando são necessários esforços para incutir na mente dos chefes que as atividades do pessoal devem ser colocadas no mesmo nível de importância dos elementos materiais. Onde quer que a consideração do elemento humano tenha outro lugar que não o de primordial importância no círculo administrativo, o sucesso da organização se torna mais difícil.

Chefiar tem sido definido em termos muito simples como: Conseguir que as coisas sejam feitas pelo esforço dos outros, e essa função se subdivide em pelo menos duas grandes responsabilidades, uma das quais é a de planejar e a outra a de controlar.

O Planejamento abrange o inteiro campo das decisões sobre o que se que os elementos humanos executem. Isto importa na cuidadosa determinação das necessidades, o estabelecimento de objetivos, a esquematização de processos para a consecução desses objetivos e uma adequada distribuição de responsabilidades entre os indivíduos ou grupos de indivíduos.

Assim como é impossível construir uma casa sem os desenhos do arquiteto, uma planta e uma indicação do que os carpinteiros, eletricitistas, pedreiros, bombeiros e pintores têm de fazer, assim também é impossível fabricar um produto ou prestar um serviço público sem um planejamento igualmente cuidadoso.

O Contrôlo requer o uso de vários meios de levar os membros da organização a trabalharem de acordo com o planejamento. Há, pelo menos, dois fatores de controle que reclamam especial atenção: um é a estrutura da organização e o outro é a supervisão. A menos que a estrutura da organização seja simples e compreensível a todos os que dela fazem parte,

ela derrotaria a sua própria finalidade que é a de tornar possível as pessoas trabalharem em grupos com a mesma eficiência com que trabalhariam isoladamente, e essa eficiência seria impossível se houvesse má compreensão de autoridade e da responsabilidade individual ou departamental ou sobre as interrelações entre indivíduos e unidades da organização.

A função da supervisão tem a finalidade de fazer com que a execução do trabalho humano se enquadre nas normas desejadas. Se a simples expedição de normas fôsse bastante para induzir as pessoas a fazerem o que devem fazer, então não seria necessária a supervisão. Dividida a atividade administrativa nos dois elementos básicos do planejamento e do controle, é simples chegarmos ao estabelecimento da função primordial do chefe — Determinar o que deve ser feito, verificar como está sendo feito e desenvolver métodos para fazê-lo com mais eficiência.

Isto nos leva a uma verdade bastante simples: Chefiar é administrar pessoal e não, bens materiais. Se este fato fôsse mais amplamente aceito, muitas dificuldades de chefia desapareceriam. O chefe que diz preferir esgotar-se, fazendo as coisas corretamente, a perder o tempo e a paciência necessários para ensinar outros a fazerem, está confessando que não possui a habilidade de chefiar.

Dessa dedução não é difícil compreender o fato de que *chefia e administração de pessoal* são uma mesma coisa. Não é possível fazer distinção.

A chefia compreende atividades burocráticas e operacionais. É natural, portanto, dividir as funções de administração do pessoal entre chefes de atividades burocráticas e chefes de atividades operacionais. Os chefes operacionais têm responsabilidade completa e final sobre eles. Aos chefes de atividades burocráticas compete aconselhar e ajudar os de atividades operacionais no desempenho desses misteres. Para ambos há um lugar importante no esquema de qualquer organização.

Simple desejos e impulsos humanos

Se quisermos desenvolver boas relações entre indivíduos, devemos levar em conta, ao lidarmos com seres humanos, as emoções e os desejos simples desses seres humanos. Para esclarecer este ponto, vamos considerar alguns destes interesses naturais.

1º. Quando um indivíduo procura um novo emprego, gosta de ser tratado com cortezia e ser posto à vontade. Em tais condições, ele pode ser natural e mostrar o melhor de suas aptidões. Isto quer dizer que o indivíduo que procura um emprego não gosta de ser tratado como um criminoso na presença do delegado. O contato de empregado em perspectiva com o departamento de emprego deixa-lhe a primeira impressão da organização na qual ele estará trabalhando alguns dias depois. Na atmosfera de um departamento de emprego são plantadas as primeiras sementes do moral no empregado ou auxiliar.

2º. O indivíduo em geral gosta de ser bem aproveitado e não jogado para um serviço qualquer. Sem muito esforço pode ser adotado um

ograma simples de adaptação do homem ao serviço e de treinamento. Tal programa faz com que o novo empregado sinta que é considerado uma entidade de algum valor e não um elemento improdutivo e irritante. Ele não gosta de ser empurrado para um feitor antipático que, por sua vez, o entrega aos cuidados de um hábil mecânico, para quem um neófito é uma dor de cabeça. Entretanto, é este o tratamento que novos empregados estão recebendo diariamente.

3º. *O ser humano em geral gostaria de receber instruções inteligentes e simples sobre o serviço que deve executar, o modo de fazê-lo, e o que constitui uma boa produção.* Não é difícil traçar um programa de instruções de serviço que possibilitem ao novo empregado tornar-se senhor de seu serviço e preparar-se para outro melhor. Com a determinação de padrões de produção, em termos de quantidade, qualidade, tempo, custos e testes a satisfazer, torna-se possível chegar a um entendimento sobre o que se pode considerar uma boa produção. Trabalhar sem esses padrões é como participar de uma competição atlética sem qualquer sistema de marcação de pontos.

4º. *Qualquer ser humano gosta de trabalhar sob a chefia de alguém que ele possa respeitar e em que possa confiar.* O fator mais preponderante na formação do moral do empregado é ele próprio sentir, e gosta de trabalhar para o seu chefe. Para criar esse sentir é necessário capacidade de dirigir. Mas, a chefia inteligente e capaz, só pode ser desenvolvida através de um treinamento contínuo e bem planejado.

Identificação com o ego ideal

1º. *Todo indivíduo gosta que alguém reconheça a sua importância.* Um dos mais simples impulsos da natureza humana é o desejo de conseguir um lugar ao sol. Uma administração que reconhece que cada empregado tem alguma inteligência, alguma habilidade e algo com que contribuir para o desenvolvimento da empresa — qualquer que seja a importância dessa contribuição — tem satisfeito assim um desejo básico. Os seres humanos gostam de ser ouvidos, e ficam satisfeitos quando suas opiniões e sugestões são estudadas e respeitadas. Os canais de comunicação entre a alta chefia e os empregados, quando estabelecidos e mantidos abertos, contribuem para esse fim. Conferências, contatos pessoais entre chefes e empregados, sistemas de sugestões e outros, são métodos simples de se estabelecer tais canais. Um processo inteligente de reclamações, que dê a qualquer empregado, o direito de procurar a alta chefia, é indispensável.

2º. *Muitos indivíduos gostam de sentir que o seu trabalho diário é útil a outros.* De fato, quanto maior a oportunidade de prestar serviços conscientemente, menor a procura da recompensa material. O conhecimento da organização de que faz parte — os seus objetivos, suas normas, suas realizações, a filosofia da administração, e a parte que cada empregado desempenha — tudo isto contribui para satisfazer este natural desejo humano.

3º. *Raros são os que não esperam reconhecimento real de um serviço bem feito.* Todos gostamos de ganhar aquilo que nosso trabalho vale, de acôrdo com a capacidade remunerativa do empregador. Todos gostamos de receber promoções quando as nossas habilidades as justificam. Sistemas simples de avaliação de funções e determinação de salários, atribuição de mérito e graduação de cargos, satisfariam êste desejo.

4º. *Raros são os que não se esforçam quando incentivados.* O reconhecimento especial sempre produz aumento de esforço. Uma palavra de agradecimento já é alguma coisa, mas u'a medalha no uniforme é prova tangível do reconhecimento dos chefes. Certificados especiais, prêmios em dinheiro ou objetos, quando distribuídos com justiça, incentivam o desejo humano de produzir. Por que tentamos complicar coisas tão simples como os incentivos? Por que dar a todos a mesma recompensa e tratá-los da mesma maneira, sem olhar a produção de cada um? Porque procedermos dêsse modo quando sabemos que o ser humano produz tanto mais quanto maior fôr o nosso reconhecimento?

5º. *Todo individuo gosta de trabalhar numa organização em que há confiança geral na habilidade e espírito de justiça da alta chefia.* A maioria dos homens de valor farão os maiores sacrifícios por um chefe no qual tenham fé. Tolerarão o que quer que seja porque têm confiança nêle. Uma chefia que seja franca, sem subterfúgio, sem vestígio de paternalismo, que seja justa e aberta em seus negócios e relações trabalhistas, terá satisfeito êste desejo individual. Comunicados da chefia aos empregados, contatos pessoais durante os quais a chefia e os empregados venham a conhecer-se estreitamente, são meios simples para se atingir êste fim.

6º. *Quase todos nós gostamos de ser sadios de corpo e de espírito.* Conseqüentemente, agrada quando outras pessoas, especialmente nossos chefes, demonstram interesse pela nossa saúde — não podemos trabalhar bem quando estamos mental e fisicamente doentes. Licenças remuneradas, exames e assistência médica, planos de hospitalização, programa de prevenção contra acidentes, carteiras de crédito, assistência jurídica, tudo isto contribui para que o empregado se sinta bem. E o custo dessa assistência é pago com juros de aumento de produção e elevação moral.

7º. *Um instituto básico em todos nós é o desejo da estabilidade.* Quando um individuo não se sente seguro no emprêgo do qual depende o bem-estar dos seus, êle não pode produzir eficientemente. Todos nós sabemos que a nossa capacidade de trabalho diminuirá com certeza depois de certa idade, e o mêdo de uma velhice desamparada nos ronda constantemente. Oportunidade de economizar, estabilidade no emprêgo, tudo isto contribui para neutralizar os efeitos dêsse mêdo. E tôda essa assistência é possível, bastando apenas a vontade de criá-la.

Seis passos simples para o sucesso do chefe

Se fôssemos enumerar todos os diferentes meios de se conseguir chefiar bem, já sugeridos no correr dos anos, a lista certamente atingiria

à casa das centenas. E de pouco valor prático seria, porque a maioria dos chefes mal a olharia e decidiria ser a matéria demasiado complicada para aplicação numa curta existência.

No interesse da simplicidade, esboçamos aqui alguns passos. Seguidos cuidadosamente e na ordem aconselhada, êles asseguram a devida atenção da chefia para o modo pelo qual desenvolvem-se tôdas as funções dentro da organização.

1º. *Traçar um esboço simples das funções a desempenhar e das operações a executar.* Isto pode aplicar-se a um cargo individual ou a qualquer unidade completa da organização. Deve constituir uma declaração compreensível do que as pessoas têm que fazer, que autoridade têm no desempenho dessas funções, e quais as suas relações com outras pessoas.

2º. *Fornecer uma declaração simples dos resultados que serão considerados satisfatórios.* Há muitas atividades para as quais, à primeira vista, parece impossível estabelecer padrões. Mas uma discussão sobre elas, numa tentativa sincera de desenvolver padrões, muitas vezes produzirá resultados definitivos e aceitáveis.

3º. *A intervalos regulares, comparar a execução real do trabalho com os padrões que foram estabelecidos.* Se a empresa deseja planejar suas atividades, deve saber qual a diferença ou a distância entre o que está sendo feito e o que deveria ser feito. Isto deve ser analisado em termos de produção individual e do bruto.

4º. *Organizar uma lista das providências corretivas necessárias para melhorar a execução onde tal melhora fôr necessária.* Um individuo não se pode tornar um trabalhador melhor e um cidadão se não aumentar constantemente a sua habilidade, adquirindo conhecimentos, modificando seus hábitos e assumindo atitudes construtivas. Um chefe deve saber onde é preciso melhorar.

5º. *Escolher as melhores fontes das quais possa obter auxílio e informação.* Essas fontes podem pertencer a quatro categorias: o chefe imediato, outros membros da organização, pessoas de fora que poderiam ser trazidas para a organização, e fontes externas para as quais os interessados podem ser encaminhados. Essas fontes devem ser consideradas nessa ordem, e a que fôr mais vantajosa deve ser a escolhida.

6º. *Determinar com antecedência, um prazo para a prestação do auxílio ou da informação necessária.* Se não planejamos com antecedência, vamos perder tempo útil ao bom funcionamento da organização.

Pouco adianta o trabalho de esboçar o que deve ser feito, analisar o que tem sido feito e determinar as providências a serem tomadas, se no fim, êstes planos não se concretizam em ação.

Não precisamos de nenhum método específico para executar essas recomendações. O método pouco importa, se pessoas inteligentes fazem tentativas constantes para agir de acôrdo com essas sugestões.

Chegamos, assim, à simples e natural conclusão de que o pessoal que compõe uma organização deve receber tanta atenção quanto os elementos materiais. Se, em vez de fazermos isso sob impulsos periódicos de entusiasmo, o fizermos de maneira regular e consciente, os resultados serão surpreendentes.

Processo e não perfeição

Curiosa característica da natureza humana constitui o fato de que só tentamos um novo projeto depois que o conhecemos em todos os seus pormenores. Então discutimos em tôrno dos detalhes e algumas vêzes nos recusamos a dar um passo porque não sabemos antecipadamente como transpor todos os obstáculos. Se os que ocupam posições de responsabilidade determinassem a "justeza" fundamental de um plano e depois, com fé inabalável nesse julgamento, procurassem os meios de executá-lo, o progresso humano seria mais rápido do que é agora. Discute-se tanto sôbre métodos e técnicas que a questão da "justeza" ou "êrro" é muitas vêzes esquecida.

A perfeição de qualquer atividade só pode ser atingida pela prática. Se ninguém tivesse voado no primeiro avião porque o mecanismo não era perfeito, onde estaria o transporte aéreo nos dias de hoje? Os aviões de hoje, com certeza, não são tão bons como os que voarão daqui a 10 anos. E o mesmo acontece com relação aos métodos de tratar o elemento humano.

Diz-se do General Pershing que, quando um dos membros de seu Estado-Maior se queixara de que um certo oficial estava cometendo muitos erros no "front", a sua resposta foi: "É verdade, mas êle os conserta com rapidez". Quem não erra, não progride. Fazer progresso sem cometer êrro não é humano.

A maior compensação que qualquer chefe pode desejar é ouvir daqueles que estiveram sob sua chefia, que êles se tornaram melhores trabalhadores, melhores cidadãos e melhores produtores por causa do chefe. Tal atitude, eleva a moral, e o moral elevado produz o impossível.



GEOGRAFIA

O COBRE E A INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL

OTHON FERREIRA

Não é difícil fazer uma previsão sobre futuras dificuldades do parque industrial brasileiro no que concerne a consumo de metais não ferrosos, se colocarmos em evidência a crescente necessidade e utilização dessas matérias-primas na indústria de transformação, a fraca exploração das nossas jazidas e o controle dos mercados fornecedores. Já estão, em atividade e expansão, as grandes manufaturas dependentes desses materiais, sobressaindo-se entre elas a produção automobilística, a fabricação de autopeças, geladeiras, motores elétricos, máquinas diversas, material elétrico, indústria naval, etc., todas exigindo maiores quantidades de matérias-primas, notadamente chapas. Já em 1952, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos calculava que o parque industrial brasileiro, particularmente São Paulo, teria de consumir no ano de 1960 as seguintes quantidades de metais não ferrosos: cobre, 80 mil toneladas; alumínio, 80 mil; chumbo, 43 mil; e zinco, 57 mil toneladas.

Vejamos, isoladamente, a situação do cobre, matéria-prima que, como a quase totalidade dos não ferrosos, não conseguimos explorar à altura das necessidades do consumo interno, implantando objetivamente a mineração, metalurgia e refino do valioso material. Em verdade, não se pode esquecer o que vem realizando o grupo industrial

Pignatari em benefício da indústria minero-metalúrgica do cobre em nosso país, iniciativa de que daremos pormenores no decorrer do presente trabalho.

ALGUNS ASPECTOS DO COBRE BRASILEIRO

Monografia divulgada pelo engenheiro Othon Henry Leonardos demonstra que no Brasil existem várias ocorrências de cobre ramificadas em mais de uma dezena de Estados, quase tôdas estudadas e analisadas por técnicos nacionais e estrangeiros de renome. Segundo a citada publicação, conhecem-se há quase um século diversas jazidas do metal nos Estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, tôdas representando maior ou menor valor econômico. No Estado do Ceará, de acôrdo com a referida fonte, enumeram-se as jazidas de Pedras Verdes, Coxá, Cachorro, Serra de Cantagalo e Serra de Acarape. A mais importante é a de Pedras Verdes na encosta da Serra Grande de Ibiapaba, no município de Viçosa. É importante assinalar que desde 1857 as reservas de cobre de Pedras Verdes vêm sendo examinadas por vários engenheiros e despertando o interêsse dos governantes. Dados levantados sôbre as jazidas nacionais de cobre, registram que as reservas de Viçosa, no Ceará, contêm apenas um milhão de toneladas de minério, cujo teor é de 1,2%. Há quase um século são conhecidas as jazidas da citada região e só agora estão sendo dados os primeiros passos objetivos no sentido da montagem de uma usina de cobre no município de Viçosa. Interessados já entraram em entendimentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico a fim de conseguir os recursos necessários para a montagem da usina nas proximidades das jazidas de cobre do Ceará. Está programado que a montagem da usina deverá ser feita por uma empresa alemã, que concluirá a instalação em menos de cinco anos. Informa-se, por outro lado, que as análises realizadas na Alemanha com o minério de Pedras Verdes registraram promissores resultados.

Em Caraíba, no Estado da Bahia, estão as maiores reservas conhecidas de cobre do país, pois se elevam a 30 milhões de toneladas com teor um pouco abaixo do minério cearense. As jazidas dessa região, como as do Ceará e de outros Estados, registram inúmeros estudos e relatórios realizados por afamados técnicos brasileiros e estrangeiros, desde 1871 até os dias presentes. O engenheiro J. L. de Melo Jr., em relatório apresentado ao Departamento Nacional da Produção Mineral, afirma o seguinte sôbre a jazida de Caraíba, no Estado da Bahia: "Trata-se de uma reserva substancial — a maior do país — de minério de baixo teor. Suas condições de aproveitamento são, porém, difíceis: a reserva superficial de minério oxidado é pequena (cêrca de 45.000 toneladas de cobre recuperável), de concentração difícil, exigindo tratamento hidrometalúrgico local. Como a região é

semidesértica, ter-se-á de construir barragens para açudagem de uma quantidade substancial de água. A única fonte de suprimento de energia é Paulo Afonso, mas, para sua utilização, mister se faz a construção de uma linha de transmissão com 180 quilômetros. O minério sulfetado terá de ser concentrado localmente, mas a usina de fundição e refino ficará melhor localizada no pôrto de Salvador”.

Adianta o aludido relatório que o aproveitamento da jazida de Caraíba exige “um grande investimento, superior talvez às possibilidades atuais da indústria privada. Por esta razão, o grupo Pignatari está procurando interessar no negócio o grupo sueco da Boliden Mining Company, a qual enviou ao Brasil, em outubro de 1955, para examinar os depósitos, o engenheiro de minas Sten-Erik Karlen, diretor da AB Zinkgruvor, de Falm, e o geólogo Olof Odman, professor do Instituto Técnico de Estocolmo”.

É mister salientar, ainda, que no Estado da Bahia existem outras ocorrências do minério nos municípios de Cachoeira, Curaçá, Campo Formoso, Jeremoabo, Brotas, Queimadas, Maracás, Ituaçu e Santo Inácio.

O COBRÊ EM MINAS GERAIS E RIO GRANDE DO SUL

O Estado de Minas Gerais aparece nos quadros das reservas de cobre com algumas jazidas importantes, acrescidas de várias sem maior interesse econômico, embora registrando o elevado teor de 4%.

No Rio Grande do Sul, depois da Bahia, situam-se grandes reservas de cobre, variando entre 1 a 3,5% de teor. As duas jazidas mais importantes desta unidade da Federação são Camaquã e Seival. A propósito desses dois depósitos, merece acentuar que no ano de 1952, o então interventor Cordeiro de Farias instituiu a Companhia Brasileira de Cobre, com o capital inicial de 9 milhões de cruzeiros, subscrito numa terça parte pelo Estado, noutra terça parte pelos proprietários das duas minas citadas e na parte restante pela Laminação Nacional de Metais, que se comprometeu a instalar na estação de Hulha Negra uma usina para trabalhar eletroliticamente 15 toneladas diárias de cobre. Mais tarde o grupo Pignatari adquiriu 2/3 das ações da referida empresa mista. Presentemente, Camaquã e Seival, no Rio Grande do Sul, com a contribuição das usinas de Utinga e Itapeva, no Estado de São Paulo, são os únicos setores dedicados à mineração e refino do cobre brasileiro.

IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE COBRÊ

Estudo recentemente realizado sobre os metais não ferrosos por um grupo de interessados, sublinha que a produção brasileira de

cobre, a prazo longo, atingirá a 18 mil toneladas anuais, ou quase 80% do consumo previsto. Na realidade, entretanto, o consumo nacional de cobre está quase inteiramente restrito às importações.

Destacamos no quadro a seguir as compras brasileiras de cobre em geral, no espaço de 1948 a 1957:

Anos	Toneladas	US\$ 1.000
1948	3.394	1.734
1949	3.466	1.709
1950	21.258	10.431
1951	20.250	16.299
1952	18.975	20.711
1953	19.993	15.586
1954	34.972	25.680
1955	14.401	14.444
1956	19.733	21.303
1957	27.065	19.749

Os principais países fornecedores de cobre ao mercado brasileiro são os Estados Unidos, Japão, Rodésia e Chile, cujo total se distribui entre os portos do Rio de Janeiro e Santos. A média de importação do metal no último decênio está calculada em 18.300 toneladas, com variações bastante sensíveis. Enquanto conseguimos adquirir quase 35 mil toneladas em 1954, nos exercícios subsequentes as importações caíram a menos de um pouco mais da metade, respectivamente.

Previsões técnicas realizadas sobre a situação do importante metal não ferroso, demonstram que haverá, anualmente, um aumento no consumo brasileiro de quase 3 mil toneladas de cobre. Usando as mesmas fontes, notamos que no ano de 1956, a indústria consumiu 36.853 toneladas do produto, e, em 1957, foi previsto o consumo de quase 39 mil toneladas. Nos três exercícios imediatos, ou sejam 1958, 1959 e 1960, o consumo certamente atingirá, respectivamente, 41 mil, 44 mil e 47 mil toneladas.

Réportando-nos ao quadro das importações de cobre no período de 1948 a 1957 e considerando os problemas de ordem cambial e a inconstância do mercado mundial do metal, diante da extensão continuada do consumo interno, podemos prever o que será o agravamento da crise em que já se debate a indústria metalúrgica do país.

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE COBRE

A produção nacional de cobre, segundo dados que temos em mãos, apresenta o seguinte aspecto: a capacidade presente da usina de concentração por flutuações em Camaquã é de mais ou menos 700 toneladas por mês e sua produção é de 350 toneladas, em cálculos apro-

ximados. A jazida de Seival, na mesma área, e a sua usina de concentração têm capacidade para 100 toneladas, ou pouco mais, de concentrados por mês. No que se refere à usina de redução de Itapeva, em São Paulo, para onde são transportados os concentrados obtidos no Rio Grande, tem uma capacidade de 2 mil toneladas mensais e deve estar produzindo 700 toneladas de cobre por mês. A usina de refino em Utinga, que recebe o cobre ainda impuro de Itapeva, está com uma capacidade de produção de cobre eletroliticamente refinado da ordem de 400 toneladas mensais, mas a sua ampliação elevará a produção para 1.000 toneladas por mês.

PREÇO DO COBRE NO DISTRITO FEDERAL

Quanto ao preço de cobre em barras e chapas no Distrito Federal, de origem nacional e estrangeira, segundo **Desenvolvimento & Conjuntura**, de junho último, a média mensal, em valores absolutos, registrou valores variadíssimos no espaço de 1950 a 1958.

Observa-se, pelo demonstrativo citado, que os preços do cobre nacional e estrangeiro consumidos na indústria do Distrito Federal, atingiram a mais alta cifra no ano de 1956. Em 1957, mês a mês, os preços oscilaram entre Cr\$ 120.000,00 e Cr\$ 130.000,00. Nos quatro primeiros meses do ano em curso, notamos que existe uma constante alta do metal, passando de Cr\$ 120.000,00 para Cr\$ 170.000,00, em abril.

Faltam-nos dados sobre os preços correntes do cobre, para a indústria de São Paulo. Informações recebidas com reservas afirmam que os preços médios têm variado naquele grande centro consumidor entre Cr\$ 170.000,00 e Cr\$ 180.000,00 por tonelada.

PRODUÇÃO E CONSUMO MUNDIAIS

A produção e consumo mundiais de cobre têm, praticamente, se mantido estáveis nos últimos anos. Os números relativos à fundição atingiram nos anos de 1956 e 1957, os totais de 2 milhões e 932 mil toneladas longas e 2 milhões e 960 mil toneladas, respectivamente. No que se refere à refinação, as somas totais foram de 3 milhões e 476 mil e 3 milhões e 463 mil toneladas. O consumo, por outro lado, obteve os montantes de 3 milhões e 276 mil e 3 milhões e 263 mil toneladas, nos dois exercícios citados.

Como se vê, as três posições do cobre nas indústrias mundiais mantiveram quase os mesmos volumes dos dois períodos, com pequeno desnível no consumo.

RAPIDOS INFORMES SÓBRE O COBRE NA AMÉRICA LATINA

Informes divulgados pelas publicações técnicas das Nações Unidas, focalizando aspectos econômicos da América Latina, afirmam que em 1955 o cobre contribuiu com 66% das exportações chilenas, 11% do Peru e 9% do México. Os dois principais produtores da América Latina, — Chile e México — acusaram uma baixa nas extrações no após-guerra, sendo no caso chileno de 0,9% em média no ano e de 1% para o México. No conjunto, a América Latina registrou o des-nível de 0,5%.

Segundo as citadas fontes, no ano de 1956, a demanda do metal não ferroso, em face do decrescente ritmo da expansão econômica dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, sofreu forte baixa de preços, indo até aproximadamente aos custos médios dos produtores marginais.

Com referência à produção, o cobre latino-americano teve seu volume aumentado em 14%, em 1956, sobre os níveis do ano anterior. Assinala-se que esse aumento foi provocado pelo Chile, que fez reduzir em mais de 11% as quantidades de 1955. O Chile, por outro lado, tem prosseguido na exploração e desenvolvimento de várias jazidas novas. Recentemente, naquele país foi anunciada a construção de uma nova fundição e refinaria eletrolítica que entrará em funcionamento em 1960 e que servirá a zona central do Chile. Trata-se de iniciativa da Empresa Nacional de Fundições, que levará a efeito uma produção inicial de 20 mil toneladas de cobre por ano. O custo do projeto se eleva a 15 milhões de dólares, a ser financiado com os fundos estabelecidos na Lei n. 11.828, de maio de 1955.

C O N C L U S Ã O

A questão do cobre na economia estrangeira e nacional se apresenta bastante complexa e dificilmente conseguiremos reunir todos os elementos num só artigo. É trabalho que exige amplas pesquisas e mais demorado estudo, pois se apresenta sob os mais variados aspectos e minúcias.

Mas, não podemos concluir sem lembrar que o desenvolvimento econômico do Brasil, particularmente o setor industrial, que tem crescido sensivelmente nos últimos anos, exige que sejam intensificadas a mineração e metalurgia do cobre nacional. Face à conjuntura internacional, com perspectivas sombrias, a indústria nacional deve-se preparar para resistir ao conseqüente aumento das restrições do importante metal não ferroso, incluído na categoria dos estratégicos.

Não é fácil, mas o sacrifício e o esforço de muitos conseguem grandes conquistas e realizações altamente patrióticas, libertando o país dos percalços da escassez de determinadas matérias-primas.

O LAOS

OYAMA SONNENFELD DE MATTOS
Capitão-de-Fragata

PECULIARIDADES SÓBRE O REINO

Difícil conseguir-se enumerar, em bom estilo literário, as peculiaridades inerentes ao reino do LAOS. Mais difícil ainda e extremamente monótono — se realizado fôsse — seria encarar a região em tela sôbre cada setor de atividade: existem praticamente poucos eventos para cada setor e existem ainda setores em que não poderia ser considerado fato algum digno de menção.

Assim, resolvemos fazer a síntese abaixo, onde o leitor poderá melhor ter uma noção do conjunto:

(a) O LAOS é ainda um Estado tribal. Seu povo é um amálgama de várias tribos de constituição étnica variada e que não tem ainda bem enraizado em si o senso de nação. Devido à grande variação de altitude, o LAOS pode ser dividido em duas partes distintas: O LAOS do nível do Rio com menos de metade da população total e que é a parte mais civilizada e o LAOS das grandes altitudes habitado por tribos.

(b) O solo só é fértil nos vales, porém em vários pontos são encontradas pedras preciosas, ouro, minérios de chumbo e estanho, mas que jamais poderão pesar na balança econômica do reino, porque se acham em locais por onde dificilmente poderão ser construídas estradas que possibilitem a exploração econômica dos mesmos.

O arroz, o ópio, a pesca e a teca — madeira de grande durabilidade, largamente empregada em construção de casas na região — são o irrisório esteio da economia laosiana.

(c) Tem cêrca de 2 milhões de habitantes, uma superfície de... 230.000 quilômetros quadrados — pouco menor do que o Estado de São Paulo — não possui uma única estrada de ferro, o sistema rodoviário — com 3.500 milhas — é considerado bom, a navegação fluvial, principalmente no Rio MEKONG, é o mais eficiente meio de comunicação empregado no país, a despeito de sua fraca utilização na época das chuvas.

(d) Suas montanhas íngremes e florestas extremamente úmidas proporcionam um terreno onde dificilmente poderá ser travada uma GUERRA CONVENCIONAL. Por outro lado é esta a geografia mais favorável às GUERRILHAS, tipo de guerra na qual os comunistas acham-se bem treinados.

(e) Não possui pôrto e, além disto, existem somente uns poucos e muito precários campos de pouso, totalmente inadequados às operações com aviões a jato. Durante os meses de chuva, as operações com helicópteros serão praticamente as únicas prováveis, dada as condições em que ficam os campos de pouso.

(f) As chuvas, devido às monções — de maio a novembro, em geral — prejudicam quase que totalmente as comunicações internas do país e são um grande impecilho ao movimento de tropas dos exércitos regulares.

(g) A despeito do LAOS ter parte de sua fronteira — 1.225 milhas — com o VIETNAM DO NORTE e a CHINA COMUNISTA, a passagem para seu território só é possível em poucos pontos e assim mesmo dentro de grandes limitações. Não obstante, esta mesma fronteira presta-se muito às infiltrações normais dos guerrilheiros, pois oculta seus movimentos, em geral executados quase que isoladamente e, raramente, em grandes grupos.

(h) O problema Logístico é extremamente crítico para as tropas que invadirem a região, enquanto que acontece o oposto com as forças locais.

(i) É, praticamente, o único parapeito natural entre o mundo asiático comunista e o não-comunista.

(j) A queda do LAOS significará o avanço fácil dos guerrilheiros vermelhos sobre a TAILÂNDIA e a CAMBODIA, a ameaça ao VIETNAM DO SUL e à própria posição estratégica de SINGAPURA, NA MALAIA.

(1) Sofre grande influência econômico-financeira e política dos ESTADOS UNIDOS, de quem vem recebendo ajuda em todos os setores, inclusive no militar.

A INFLUÊNCIA DA OTASE

A ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO SUDESTE ASIÁTICO — OTASE — também conhecido como PACTO DE MANILA, foi assinada em 8 de setembro de 1954 pelas seguintes nações: ESTADOS UNIDOS, INGLATERRA, FRANÇA, AUSTRÁLIA, NOVA ZELÂNDIA, PAQUISTÃO, TAILÂNDIA e FILIPINAS.

De um modo geral, estabelece a OTASE, além de outras coisas, a manutenção da paz dentro dos princípios da ONU; a ajuda econômica recíproca entre os signatários e a intervenção militar em caso de agressão armada, sofrida por um dos Estados componentes.

O fato de somente em caso de "agressão armada" ser sugerida a intervenção dos signatários da OTASE, deixa uma lacuna bem grande no sistema de defesa do Bloco que o apóia, uma vez que os comunistas, em geral, empregam naquela área a tática de subversão interna, insurreição, greves, propaganda e demonstrações políticas e, sob êste aspecto, nada pode ser feito pela coletividade.

A OTASE não tem funcionamento contínuo que permita o estudo e a solução dos problemas regionais mais amplos e que requerem planejamento e assistência coletiva permanente.

Além do mais, a OTASE não inclui os países mais importantes da ÁSIA naquela área, tais como ÍNDIA, MALAIA, INDONÉSIA e BURMA, pois estes não desejam ser signatários de um tratado em que figura os ESTADOS UNIDOS, quando alguns deles ainda têm tendências neutralistas e outros são visivelmente comunistas.

Por sua vez, a presença da FRANÇA e da INGLATERRA, nações com tendências colonialistas, afasta da OTASE alguns países NEUTROS e que não desejam a influência dos mesmos no sudeste asiático pelos seus antepassados de colonizadores.

Enquanto a NATO tem um comando supremo, a OTASE dificilmente poderá tê-lo, pois não só a disputa entre os signatários para ocupar tal posto é muito grande, como também não convém ao BLOCO OCIDENTAL a formação de um organismo militar desta espécie naquela região: geraria uma grande agitação política entre os não signatários do tratado.

A NATO é composta de nações vizinhas, umas às outras, ou com grandes facilidades de comunicações entre si. Na OTASE, as nações signatárias acham-se praticamente isoladas e isto não permite uma corporação efetiva entre elas.

Por outro lado, alguns membros da OTASE têm interesses ligados a outras nações extra-organização e este fato vem perturbando muito os trabalhos do organismo. A INGLATERRA, por exemplo, tem uma política bem amistosa com a CHINA COMUNISTA e a FRANÇA tem interesse não só em continuar suas negociações com o VIETNAM DO NORTE como também em hostilizar o VIETNAM DO SUL, que é anticomunista.

Como se verifica, apesar da OTASE ser indubitavelmente um tratado de grande importância para o sudeste asiático, ele acha-se repleto de falhas que o tornam um instrumento jurídico pouco eficaz.

Não obstante, a OTASE tem também seus méritos, pois não só é ele — ainda que muito elementarmente — o embrião de um mecanismo político-militar capaz de, em pouco tempo, se necessário fôr, coordenar todas as ações anticomunistas no sudeste asiático, como também é o único elo de ligação daquela área com as nações do BLOCO OCIDENTAL.

Mas, muito há ainda a fazer neste setor para que o mundo livre possa realmente gozar de maior prestígio no sudeste asiático e possa ter uma força permanente organizada aos moldes da NATO, com apreciável poder combatente para fazer frente às ameaças regionais do BLOCO COMUNISTA.

LÍDERES EM FOCO

SAVANG VATHANA — Atual rei do LAOS e que se acha no poder desde 1958 quando seu pai faleceu. Jamais conseguiu manter sua autoridade no país. Aceita normalmente a orientação dada pelos ESTADOS

UNIDOS e procura sempre se afastar dos assuntos políticos do reino. Recentemente, dada a linha de ação seguida pelo Ex-primeiro-Ministro SOUVANNA PHOUMA, vem mantendo uma atividade de neutralismo.

BOUN OUM — Príncipe e Primeiro-Ministro do atual govêrno, visivelmente apoiado pelos ESTADOS UNIDOS. Subiu ao poder depois que o Primeiro-Ministro em exercício SOUVANNA PHOUMA fugiu em dezembro de 1960 para a CAMBODIA e as fôrças do General PHOUMI expulsaram KONG LE da Capital do país. É membro de uma família real de grande prestígio no país, mas não tem o menor interêsse pela política do país.

SOUVANNA PHOUMA — Príncipe e líder intransigentemente neutralista. Foi Primeiro-Ministro de 1956 a 1958 e, por pouco tempo, em 1960. Foi deposto pelo General PHOUMI, tendo fugido para a CAMBODIA. É muito considerado pelo povo de seu país e, acredita-se, que seja êle o único homem forte capaz de restaurar a unidade do reino. Os RUSSOS e o PATHET LAOS ainda o consideram Primeiro-Ministro em exercício, apesar de se achar no exílio.

SOUPHANOUVONG — Príncipe e meio irmão de SOUVANNA PHOUMA. Líder comunista que comanda o grupo de guerrilheiros PATHET LAOS em ação nas províncias do norte do LAOS. Negou-se integrar suas tropas e províncias como parte do reino, fato êste que é grandemente responsável pela atual situação reinante.

PHOUMI NOSAVAN — General de grande prestígio na atual conjuntura. Foi apoiado pelos ESTADOS UNIDOS, de onde recebeu ajuda econômica, técnica e militar para manter em suas mãos uma fôrça armada bem poderosa. Depôs o Primeiro-Ministro SOUVANNA em 1960 e lutou contra tôdas as tendências de neutralismo do reino. É atualmente o candidato do Legislativo a Primeiro-Ministro.

KONG LE — Capitão pára-quedaista que, em 1960, colocou-se ao lado do Primeiro-Ministro SOUVANNA PHOUMA para pôr fim à interferência estrangeira no reino do LAOS. Sendo derrotado, juntou suas fôrças às do Príncipe SOU PHANOUVONG, aumentando, assim, o efetivo do PATHET LAOS.

EVOLUÇÃO DOS ACONTECIMENTOS

Sem grande prejuízo para o leitor, podemos iniciar o estudo de evolução dos acontecimentos que culminaram com a atual situação, pelos fatos que tiveram efeito, em 1893, naquela região.

Antes da data acima, a autonomia do LAOS vinha sendo mantida quase que inabalável a despeito da avidez imperialista de seus vizinhos.

Não obstante, a FRANÇA, após várias expedições militares conseguiu — a 3 de outubro de 1893 — por intermédio de seu Ministro plenipotenciário na TAILÂNDIA, incorporar o LAOS à INDOCHINA FRANCESA, tornando-se ela um protetorado da FRANÇA.

Do princípio do século XX até a fase inicial da II GRANDE GUERRA, o LAOS viveu praticamente dentro de um clima de tensão interna, mas sob controle absoluto da FRANÇA.

Com a queda da FRANÇA, em 1940, os indochineses iniciaram um movimento para reconquista de sua independência, já inteligentemente prometida e preparada pelos japoneses durante os anos em que aquela região esteve sob a ocupação nipônica.

Terminada a guerra, quando os japoneses se retiraram, não só o povo do LAOS, como também toda a INDOCHINA, iniciaram uma luta sem tréguas, para a conquista das suas respectivas independências, não obstante, somente em 1954, após a FRANÇA os exaurir financeiramente e perder a fina flor de sua juventude numa luta inglória e quase sem precedentes, aquelas repúblicas conseguiram suas respectivas independências.

Com a retirada dos franceses, motivada pela proclamação da independência, a INDOCHINA novamente se fragmentou e tornou a ser, como antes, um conjunto de países independentes, chamado por muitos de DOMÍNIO ASIÁTICO. Desapareceu o REINO DO ANAM, absorvido pelos demais; TONQUIM, cuja Capital era HANOI, somando mais de 15 milhões de habitantes, com tendências socialistas, tornou-se o VIETNAM DO NORTE ou VIETMINN; a antiga COCHINCHINA, cuja Capital é SAIGON, com cerca de 13 milhões de habitantes, incorporada à grande parte do território do antigo REINO DO ANAM tornou-se o VIETNAM DO SUL, com tendências anticomunistas e, finalmente é formado o REINO DO LAOS, nitidamente neutralista.

Mas a instabilidade político-social da região gerada pela pluralidade de tendências achava-se abalada e como primeira tentativa de solução, foi realizada, em 1954, uma conferência em GENEVRA onde, entre outras decisões, ficou assentado que o reino do LAOS ficaria sob a égide de uma Comissão Internacional de Controle, composta de delegados do GANAIA, INDIA e POLÔNIA.

Desde aquela conferência, entretanto, o LAOS vem sendo teatro de grandes perturbações internas que vêm abalando o sudeste asiático pela importância que ele representa no equilíbrio entre o mundo asiático comunista e o não comunista.

AS GRANDES CRISES

De um modo geral, de 1954 até hoje, o LAOS sofreu quatro grandes crises. A primeira delas durou quatro anos tendo começado com a CONFERÊNCIA DE GENEVRA em 1954 e terminado com a resignação — a 22 de julho de 1958 — do Primeiro-Ministro Príncipe SOUVANNA PHOUMA.

Durante o período acima considerado, o governo do LAOS tentou manter-se na linha do neutralismo absoluto, mas o PATHET LAO —

fôrça de guerrilheiros, nitidamente comunista, agindo nas províncias do norte sob o comando do Príncipe SOUPHANOUVONG — não só não concordou com a fusão de suas tropas com as do Exército Imperial, como também não aceitou a integração de suas províncias no sistema constitucional vigente. A COMISSÃO INTERNACIONAL DE CONTRÔLE abandonou o país e os comunistas começaram a sabotar de tal maneira a colaboração já iniciada entre os elementos políticos em litígio dentro do LAOS, que o "premier" SOUVANNA PHOUMA resignou ao seu mandato.

A segunda fase teve sua duração aproximadamente de dois anos e foi caracterizada pela política anticomunista do General PHOUMI, homem forte que fazia parte do Gabinete e que conseguiu, com que o governo denunciasse os acordos de GENEVRA, aceitasse a colaboração militar dos ESTADOS UNIDOS e combatesse enérgicamente o PATHET LAO.

A terceira fase começa a 9 de agosto de 1960, quando o Capitão pára-quadista KONG LE dá um golpe de Estado e o Príncipe SOUVANNA PHOUMA assume novamente o poder. Durante cerca de quatro meses o novo Primeiro-Ministro tentou formar uma coalizão com os elementos da direita e da esquerda, mas a falência completa no estabelecimento de um bloco interno fez com que o General PHOUMI levantasse as tropas do Sul contra PHOUMA, que só teve a seu favor, o apoio de KONG LE e do PATHET LAO. A 9 de dezembro do ano passado, SOUVANNA PHOUMA vendo-se irremediavelmente perdido fugiu para a CAMBODIA onde continua a ser considerado, pelos comunistas, como o verdadeiro "premier" do LAOS. Pouco depois deste fato, as fôrças de PHOUMI expulsaram KONG LE da Capital administrativa do país — VIENTIANE — e fizeram Primeiro-Ministro o Príncipe BOUN OUM.

A quarta e última fase começa, pois, em fins de 1960 com os comunistas senhores da situação militar. Usando o VIETNAM DO NORTE como ponto de apoio às suas operações e empregando armas recebidas da RÚSSIA, o PATHET LAO consolidou-se integralmente em três províncias do norte e ocupou a estratégica planície central do LAOS. A situação no momento é tal que o Primeiro-Ministro DOUN OUM já admite que as fôrças comunistas cortaram as comunicações entre a Capital do país — VIENTIANE — e a antiga cidade LUANG PRABANG, velha Capital do império, podendo, a todo momento, o reino entrar em grave colapso.

Dentro do cenário acima exposto, a RÚSSIA propôs a restauração da COMISSÃO INTERNACIONAL DE CONTRÔLE e a efetivação de uma nova CONFERÊNCIA EM GENEVRA. O "premier" BOUN OUM rejeitou totalmente as idéias soviéticas. A ÍNDIA, a CAMBODIA e a INGLATERRA também fizeram várias propostas ao governo de LAOS, mas todas elas foram rejeitadas.

Enquanto isto o Presidente dos ESTADOS UNIDOS, JOHN KENNEDY, não só está enviando esforços no sentido de conseguir a inte-

gração do LAOS e da CAMBODIA como membros da ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO SUDESTE ASIÁTICO, OTASE, como também desvia parte de suas forças estacionadas no JAPÃO, na FORMOSA e em outros pontos do PACÍFICO para as proximidades do LAOS. A RÚSSIA adverte sèriamente aos ESTADOS UNIDOS sôbre as conseqüências de sua intervenção militar direta naquela região e, ao mesmo tempo, desloca o centro das suas atenções políticas para aquela região.

A CONJUNTURA ATUAL

Dada a situação extremamente favorável em que se encontram as forças comunistas no LAOS, com mais de 8.000 homens bem treinados e a inferioridade do General PHOUMI, quer em posição quer em poder, o BLOCO OCIDENTAL acredita que a solução do problema só poderá ser satisfatória se houver um auxílio maciço por parte, principalmente, dos ESTADOS UNIDOS.

Os Ministros do Exterior das potências signatárias da OTASE, acham-se reunidos em BANGKOK, tendo os representantes dos ESTADOS UNIDOS, do PAQUISTÃO, das FILIPINAS e da TAILÂNDIA proposto a intervenção militar da OTASE no LAOS, se necessário fôr. A FRANÇA e a INGLATERRA não se decidiram ainda sôbre êste assunto, apesar de também serem signatários daquele tratado.

A RÚSSIA propôs novamente a cessação do fogo e uma reunião de 14 nações asiáticas, mas tal situação não interessou ao LAOS nem ao BLOCO OCIDENTAL, pois poderia ser explorada pelos comunistas não só na ampliação de sua zona de influência como também na subversão de seus inimigos.

Assim, numa nova investida, e logo após o fracasso da proposta acima, a RÚSSIA acaba de entregar ao BLOCO OCIDENTAL uma nota defendendo, em síntese, os pontos de vista abaixo, julgados por ela indispensáveis à manutenção da paz naquela região:

- (a) Respeito integral à unidade e integridade do LAOS.
- (b) Convocação de uma comissão internacional para contrôle e observação.
- (c) Restabelecimento da autoridade do Primeiro-Ministro neutralista SOUVANNA PHOUMA, destituído pelos monarquistas.
- (d) Negociações entre as várias facções políticas laosianas para a harmonização das mesmas, em benefício da independência nacional.
- (e) Ajuda internacional desinteressada que permita a reconstrução do país.

Com base no que já foi dito anteriormente, podemos dizer, desde já, que vários quesitos acima não serão aceitos pelo BLOCO OCIDENTAL e, tal atitude, fatalmente, irá aumentar a tensão no LAOS, muito embora, no momento, ela seja de relativa e aparente calma.

CONCLUSÕES

Antes de expormos nossas conclusões, podemos dizer com tôda segurança que:

(a) O LAOS é um problema que está preocupando grandemente os dois BLOCOS, pois não só não interessa aos ESTADOS UNIDOS que os comunistas ocupem aquela região, como também à RÚSSIA interessa não só que os ESTADOS UNIDOS não ocupem aquela área como também que a CHINA COMUNISTA não tome a iniciativa das operações e venha a se apoderar da tão importante posição estratégica, capaz de pôr em perigo a influência RUSSA no sudeste asiático. A recíproca também é verdadeira, em relação à CHINA COMUNISTA e a ocupação daquela região por parte só da RÚSSIA.

(b) Por sua vez, à RÚSSIA também interessa, até certo ponto, que os ESTADOS UNIDOS mantenham-se em ação naquela região, pois, assim, evitará que a CHINA COMUNISTA, que desfruta de melhor posição para a conquista do LAOS, se apodere da região antes dela. Ainda desta vez a recíproca também é verdadeira em relação à CHINA COMUNISTA temer que a RÚSSIA se apodere do LAOS.

(c) Aos ESTADOS UNIDOS interessam, cada vez mais, tirar partido de tal situação de modo a aumentar a competição entre a RÚSSIA e a CHINA COMUNISTA naquela área.

Em face do exposto, concluímos que o problema do LAOS:

(a) Virá pôr em prova as relações, já meio estremecidas, entre a RÚSSIA e a CHINA COMUNISTA.

(b) Obrigará, fatalmente, os ESTADOS UNIDOS a uma intervenção militar mais realística para evitar a queda de tão importante posição estratégica.

(c) Proporcionará ao BLOCO OCIDENTAL a oportunidade de não só prestigiar mais a OTASE, como também ampliá-la em área atraindo para si novos membros.

(d) Finalmente, dará nova oportunidade à FRANÇA e à INGLATERRA para se definirem definitivamente sôbre suas respectivas linhas políticas no sudeste asiático, lançando-as mais profundamente no problema.

São estas as informações que logramos colhêr, os comentários que ousamos fazer e as conclusões a que nosso raciocínio chegou dentro da situação reinante no LAOS em fins de abril dêste ano.

O INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO

MIGUEL LEÓN-PORTILLA

Quatro séculos depois da chegada dos europeus, inúmeras características dos tempos pré-colombianos ainda tornam inconfundível a fisionomia da América. Na verdade, milhões dos americanos de hoje são descendentes de espanhóis, portugueses, ingleses e outros povos do Velho Mundo. Mas, ao lado deles, existem grandes massas culturais e étnicamente mistas, bem como mais de vinte e cinco milhões de índios, descendentes dos americanos genuinamente mais velhos.

O índio deixou de muitos modos a sua marca na América. Os maravilhosos monumentos arqueológicos do México, da América Central e da vasta região andina testemunham as realizações das antigas e altas culturas índias. Há ainda os excelentes trabalhos dos artífices índios do presente, os pitorescos e tradicionais festivais dos índios, bem como as línguas e os costumes indígenas que sobrevivem. É impossível dizer exatamente quantos índios existem nos vários países americanos, mas os resultados dos recenseamentos oficiais e os estudos dos antropólogos permitem cálculos aproximados. Em números redondos, há quase 700.000 no Canadá e nos Estados Unidos. Cerca de 10 milhões vivem no México, sendo classificados como índios com base em parte na língua, mas, principalmente, nas características culturais. A Guatemala tem mais de dois milhões; o resto da América Central, 400.000; e a Venezuela, a Colômbia e o Equador, juntos, quase dois milhões. Nove milhões aproximadamente vivem na região andina e nas selvas do Peru e da Bolívia; 350.000 no Chile e na Argentina, juntos; e quase um milhão e meio nas selvas do Brasil, do Paraguai e das Guianas.

É fácil ver que o baixo padrão de vida desses milhões de índios constitui imenso problema. Mas, não foram os índios que o criaram. Seja qual for o juízo que se tiver da Conquista e das várias formas de colonização em nosso Hemisfério, será preciso reconhecer que os mais prejudicados foram os índios. De acordo com a expressiva queixa de uma canção asteca do tempo da Conquista, quando a velha maneira de viver foi destruída, "a única herança foi uma rede feita exclusivamente de buracos". Prova evidente disso são os milhões de índios cujas atuais condições sanitárias, educacionais, econômicas e sociais reclamam urgente melhoria.

Sem dúvida, houve inesquecíveis esforços feitos em favor dos índios por figuras extraordinárias da era colonial, entre outros Don Vasco de Quiroga e Frei Bartolomé de Las Casas. Também não se pode deixar de lado a atitude um tanto idealista e romântica dos recém-independentes governos americanos, julgando que bastava proclamar a igualdade jurí-

dica dos índios para assegurar-lhes a igualdade no plano prático. Houve também muitos esforços individuais, na sua maioria de considerável valor, inclusive a obra realizada no princípio deste século em benefício das tribos intocadas de índios das selvas brasileiras pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon e pelo Serviço de Proteção aos Índios, do Brasil, por êle chefiado. Mas, não houve empreendimento dessa natureza em escala hemisférica.

As primeiras providências específicas para um programa interamericano de ajuda à população aborígine de todo o Hemisfério foram tomadas na VIII Conferência Interamericana, que se reuniu em Lima, no Peru, em 1938. Dali se originou a I Conferência Índia Interamericana, realizada em abril de 1940 na pitoresca cidade de Pátzcuaro, no Estado de Michoacán, no México. Compareceram delegados de treze nações e houve alguns representantes de grupos indígenas.

A criação do Instituto Indigenista Interamericano foi o resultado mais importante dessa primeira discussão interamericana dos problemas índios. Cabia-lhe a missão de promover o estudo científico das condições de vida da população indígena visando à sua melhoria total. O Instituto começou a funcionar em princípios de 1942, com sede na Cidade do México, sob a direção do homem que tem sido chamado "pai da antropologia mexicana", Dr. Manuel Gamio, que iniciou o processo integral de estudo dos grupos humanos no México.

Dentro em breve, os países americanos que tinham populações índias ratificaram o acôrdo concluído em Pátzcuaro e ingressaram na nova organização. Mais importante ainda, fundaram-se institutos índios nacionais para proporcionar um meio permanente de executar medidas destinadas a modificar as condições de vida dos grupos indígenas locais. Financeira e administrativamente independentes do III, as filiais nacionais trabalham em estreita colaboração com êle e entre si, planejando novos programas e trocando informações sobre projetos em andamento e resultados de pesquisas. Essas filiais funcionam atualmente na Bolívia, Colômbia, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela. Em outros países-membros, há serviços de índios, muitos dêles oficiais, que colaboram, como acontece na Argentina, no Brasil, nos Estados Unidos e no Uruguai. Examinemos o balanço desses dezoito anos de trabalho interamericano.

As publicações constituíam um caminho natural para essa nova e coordenada orientação sobre os problemas índios. A revista trimestral do Instituto, *América Indígena*, redigida parte em inglês e parte em espanhol, vem aparecendo regular e pontualmente durante êsses dezoito anos, divulgando os principais estudos, projetos e pesquisas realizados sobre os aborígines americanos. Suplementado-a, há um boletim de informações, *Boletim Indigenista*, publicado ao mesmo tempo em espanhol, português e inglês, que dá notícia de tudo o que se está fazendo em relação aos índios em cada qual dos países da América. Entre as outras publicações do Instituto, encontram-se uma compilação da legislação

sobre os índios nos diversos países, manuais bilíngües para alfabetização nas línguas indígenas e manuais de saúde.

Os institutos nacionais filiados nos diversos países se vêm aproveitando desse material e utilizando-o com proveito. No México, por exemplo, há cinco centros regionais do Instituto Nacional do Índio espalhados através do país: entre os Taramares, nas montanhas de Chihuahua; entre os Mixtecs, em Oaxaca; entre os Mazatecs, no Vale de Papaloapan; na região dos Tzeltal-Tzotzil de Chiapas e entre os Maias no Iucatã. Estendem-se assim para influir na vida de milhares de habitantes indígenas. O Centro de Coordenação Tzeltal-Tzotzil, situado na

áspera região montanhosa de Chiapas, no extremo sul do México, entre cerca de 120.000 índios desses dois grupos, constitui um bom exemplo do trabalho executado.



Meninos índios Otomis do vale de Mezquital, no México

médica, aberta aos índios da região; há culturas experimentais e unidades-padrão de criação de galinhas e porcos. É de particular importância a escola de treinamento para jovens índios e índias que serão os agentes mais diretos de transformação cultural, fornecendo o elo entre os antropólogos e técnicos, de um lado, e a população indígena, do outro. Esses jovens, bilíngües, alfabetizados e indígenas da região, de preferência com o curso primário completo, fazem cursos de dois meses que abrangem conceitos essenciais de pronto socorro, técnicas agrícolas, ensino, cooperativas e certos ofícios e especialidades.

Em Ciudad Las Casas, assim chamada em homenagem ao famoso protetor dos índios, fica a sede do Centro de Coordenação. Ali, antropólogos, médicos, engenheiros agrônomos, professores, técnicos em higiene e outros profissionais e técnicos especializados trabalham juntos, num programa articulado. As pessoas bilíngües do grupo mestiço servem como enfermeiras, oficiais de saúde, inspetores escolares e assim por diante. Há uma clínica

Depois, voltam para as suas comunidades, a fim de ali ensinar as novas técnicas.

Seis dêsses "promotores", como são chamados, se dedicam a organizar espetáculos de marionetes como instrumentos de ensino. Sob a direção de pessoal técnico, escrevem pequenos atos cômicos nas línguas indígenas e os levam à cena em localidades remotas para demonstrar idéias novas sobre higiene doméstica, alimentação ou lavoura, por exemplo.

O Centro de Coordenação serve também de local de estudos práticos para estudantes graduados de Antropologia e Sociologia. Muitos dêsses, da Escola Nacional de Antropologia e História da Cidade do México, têm ali trabalhado, havendo presentemente três do programa de treinamento avançado em ciências sociais aplicadas (Projeto 104) do Programa de Cooperação Técnica da OEA. Um dêsse é um assistente social do Chile, outro, o diretor nacional das cooperativas na Bolívia, e o terceiro, um advogado de Bogotá que ensinará Antropologia e Direito Penal na sua terra.

Uma rede de estradas especialmente construídas se irradia do Centro de Coordenação para os quatro subcentros nas montanhas, numa extensão de mais de 150 quilômetros. Nos postos das montanhas, há clínicas, escolas e fazendas-modêlo. Ali, técnicos, antropólogos e "promotores" indígenas vivem com o povo do lugar. De cada um dos subcentros, por sua vez, partem caminhos para inúmeras estações menores, formando uma rede que cobre até os pontos mais remotos.

Talvez o aspecto mais interessante dêsse programa de ação para os índios seja a filosofia que o orienta: os próprios índios é que são pouco a pouco persuadidos a trabalhar voluntariamente para dominar as deficiências da sua maneira de viver. Quando vêem as novas casas, os novos métodos de lavoura, os benefícios em matéria de saúde e de educação, as vantagens trazidas pelas novas estradas, os índios começam a sentir não apenas o desejo, mas uma real ansiedade de obter todos êsses benefícios. É freqüente chegarem grupos de regiões distantes para oferecer a sua ajuda na abertura de uma nova estrada ou na construção de uma escola de uma clínica.

Hoje em dia, êsses indígenas de Chiapas, descendentes dos antigos Maias que criaram uma grande cultura, alimentam a esperança de nova transformação, baseada em realizações tangíveis. A força latente dêsse extraordinário povo estava apenas à espera de um pouco de ajuda para vencer dificuldades acumuladas através dos séculos, para libertar-se afinal da velha "rede de buracos" e assumir o seu lugar como parte de uma grande nação, na qual tem também importante papel a desempenhar.

Na América Central e Meridional, centros integrados semelhantes se vêm organizado. O Instituto Nacional Índio da Guatemala começou a agir em Tactic, em Alta Verapaz, na Guatemala, em 1959. Executa ali um programa de alfabetização, empregando cartazes bilingües em poconchi e espanhol, tendo sido abertas quatro escolas com a cooperação dos índios. Uma clínica tem prestado bons serviços, vacinando

as crianças e atendendo mais de 1.200 pacientes adultos, ao mesmo tempo que se fazem latrinas sanitárias e se proporciona água potável garantida a várias aldeias. O instituto guatemalteco está também introduzindo novas culturas e novos métodos agrícolas, e exibindo filmes para explicar o emprêgo de adubos e inseticidas. Um vasto programa de ajuda aos índios da área alta dos Andes acha-se em andamento no Equador, Peru e Bolívia, com a participação conjunta da ILO, da UNESCO, da OMS e da FAO, tratando principalmente da educação, da agricultura, das artes manuais, da habitação e de outros assuntos fundamentais. No Brasil, o Serviço de Proteção aos Índios continua a obra de pioneiro do Marechal Rondon, criando inúmeros postos na selva amazônica, para ajudar os habitantes das matas, num programa que os outros países sul-americanos com problemas semelhantes fariam bem em imitar.

O Instituto Indigenista Interamericano, trabalhando em íntima ligação com os seus filiados nacionais, tem lançado várias outras espécies de projetos de pesquisa e de ação. Alguns tratam da saúde: um estudo dos problemas sanitários dos índios Mosquitos, da Nicarágua; o problema da oncocercose, doença causada por vermes nematóides que tem provocado cegueira em centenas de índios em Chiapas e na Guatemala; as campanhas dedicadas a um dos mais importantes aspectos da vida humana — a assistência às gestantes e os cuidados especiais exigidos durante o parto pelo recém-nascido. Para atender a essa necessidade, dedicados auxiliares locais permitiram ao Instituto distribuir, até nos mais remotos distritos, uma publicação pequena mas valiosa, o *Manual das Parteiras Rurais*, do Dr. Leo Sloesser. Escrito em linguagem simples



Mulheres Cunas do Panamá dão uma lição de leitura, enquanto uma antropóloga do Instituto Indigenista Interamericano observa

e clara, fartamente ilustrado e publicado em espanhol, português e inglês, o manual tem servido para treinar milhares de parteiras índias. O Instituto já distribuiu mais de 50.000 exemplares da obra.

Outro projeto intimamente relacionado com êste é a investigação sobre as condições de vida da mulher índia. Infelizmente, a situação dela é quase sempre mais difícil do que a do homem do seu grupo. Cabem-lhe na maioria dos casos os trabalhos mais pesados; além das tarefas domésticas, têm freqüentemente de ir buscar e trazer água e lenha de lugares afastados. É ela que cuida dos animais e, em alguns lugares, também fica a seu cargo o serviço no campo, quando o marido vai trabalhar durante a safra em alguma fazenda distante. Privada de socorro médico, assiste em silêncio às doenças e à morte dos filhos. Para atenuar tão penosa situação, o Instituto vem mandando mulheres treinadas em assuntos de antropologia e saúde estudar as comunidades índias — os Quíchuas, no Peru, os Cunas, no Panamá, e os Naus, no México — para formular um plano de ajuda às índias. As suas observações confirmaram a urgente necessidade do programa das parteiras e mostraram que a alimentação das índias é, em geral, ainda menos apropriada do que a dos homens, principalmente no período da gravidez.

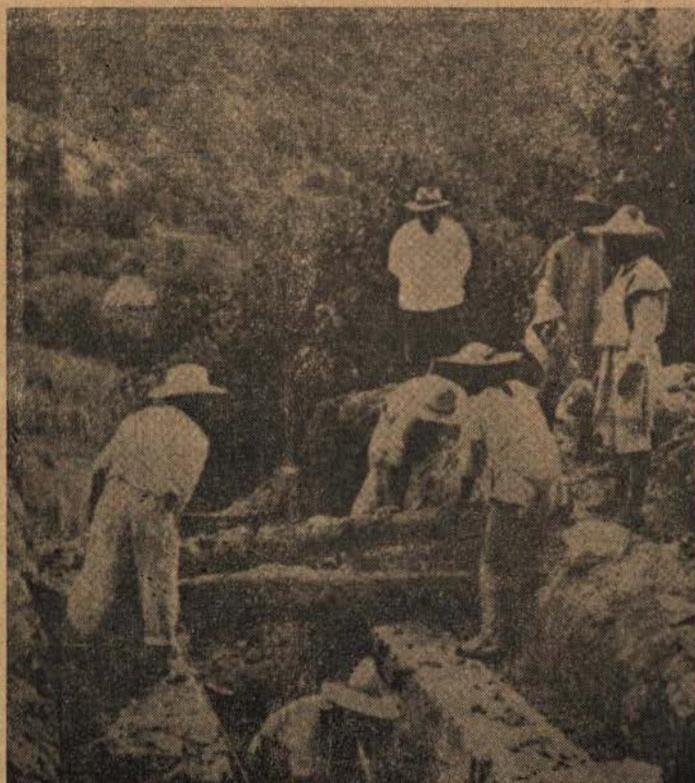
É verdade que entre os Cunas as mulheres gozam de certas prerrogativas que as suas irmãs de outros países não têm, provavelmente em consequência de uma organização matriarcal da sociedade, e que desapareceu. Apesar disso, têm de carregar água, muitas vezes de poços distantes, de lavar a roupa da família nos rios, de rachar os côcos e espalhar a copra para secar ao sol, de tecer as rédes, de fazer as roupas e de servir aos maridos quando voltam das pescarias ou das caçadas. Várias dessas tarefas podem ser aliviadas por meio de água potável encanada para as suas casas, da organização de centros de costura nas comunidades e de outros melhoramentos simples, de que está cogitando agora o Instituto Índio do Panamá. Sugestões semelhantes vêm sendo transmitidas a outros países onde as índias têm de enfrentar dificuldades dessa ordem.

Por sua vez, os especialistas em assuntos índios de todo o Hemisfério, convocados pelo Instituto Indigenista Interamericano, se entregam a verdadeiros exames de consciência durante as reuniões índias interamericanas que se realizam periódicamente. Ali, discutem problemas, sucessos e fracassos, ao mesmo tempo que trocam informações. As três primeiras conferências se realizaram em Pátzcuaro, no México, Cuzco, no Peru, e La Paz, na Bolívia. A quarta reuniu-se na capital da Guatemala, em 1959.

Na reunião da Guatemala, cinco comissões trataram, respectivamente, dos aspectos biológicos, econômicos, educacionais e legais, bem como da questão da integração social da população índia. Afirmou-se repetidamente a necessidade de ouvir representantes genuínos dos povos indígenas, para contar o que sabem de experiência própria, sendo ao mesmo tempo plenamente informados dos esforços tendentes a melhorar a sorte do seu povo.

O Instituto apresentou dois importantes projetos novos nessa conferência. O primeiro refere-se aos vários grupos índios que estão agora a caminho da extinção. Entre os mencionados, figuram os Alacalufes, da Terra do Fogo; os Lacandões, do Estado de Chiapas, no México; e numerosos grupos das selvas do Brasil, Bolívia, Colômbia, Peru, Paraguai e Venezuela— todos, em virtude de doenças ou abandono e outros infortúnios, reduzidos a algumas últimas almas.

Antes de mais nada, é preciso investigar a causa do rápido declínio desses povos. Do ponto-de-vista cultural, é essencial não deixar que esses últimos sobreviventes se percam em virtude da indiferença geral. Por fim, o contato com esses grupos em via de desaparecimento nos dará informações que serão valiosas para estudos posteriores de etnologia e antropologia aplicada.



Índios Tzeltal voluntários constroem uma ponte na estrada para uma remota aldeia de montanha em Chiapas

No caso dos Lacandões, já foi feito um estudo da sua situação atual, confiado a técnicos nesse grupo isolado. O trabalho de campo mostrou que várias doenças dantes desconhecidas entre eles, tais como o resfriado

e o sarampo, contribuíram para dizimá-los. Foram também vítimas de estranhos que não apenas levaram tais doenças, mas também estimularam vícios nocivos, como o alcoolismo, muitas vezes pagando com bebidas alcoólicas o fumo adquirido aos índios. A solução proposta é fixar os Lacandões dispersos numa colônia à beira de um rio, desde que eles são pescadores entusiásticos, e assegurar a venda controlada das suas safras de fumo por um preço justo. Com o auxílio do Instituto Nacional Índio do México, o III espera tornar realidade a salvação desse núcleo humano.

O outro projeto é a ampla divulgação, através das Américas, em publicações populares mas corretas, dos grandes tesouros do legado cultural pré-colombiano. Temos a esperança de que, quanto mais os elementos não-índios da população conhecerem as idéias e as realizações dos primeiros construtores de cultura em nosso Hemisfério — os Maia-Quichés, os Incas, os Nauas e os seus contemporâneos — tanto mais interesse terão pela melhoria das condições de vida dos seus atuais descendentes. O III tem publicado várias obras desse gênero.

Os especialistas em assuntos índios da América ainda têm muito o que fazer. Há necessidade de mais apoio da parte de alguns governos americanos, de outras organizações e também dos indivíduos. A melhoria das condições de vida de vinte e cinco milhões de seres humanos exige o trabalho em cooperação. De qualquer maneira, há uma organização internacional que, sem procurar prestígio político, emprega todos os recursos de que dispõe para alcançar esse objetivo. E em todas as nações americanas que têm populações índias, há organizações nacionais empenhadas nessa tarefa.

O Instituto, agindo como um organismo especializado da OEA e cooperando estreitamente com outras instituições internacionais e nacionais, continua a sua obra, a despeito de uma infinidade de problemas e dificuldades. A possibilidade de completo desenvolvimento cultural nas Américas depende de maneira considerável dos resultados dessa nova espécie de ação humanitária e integrada em favor dos índios. É por isso que julgamos que todos os cidadãos de todos os países do Hemisfério têm, não só o direito, mas também o dever de interessar-se pela situação desses milhões de irmãos nossos. Todos são convidados a participar, ao menos com o seu interesse, na tarefa ingente de melhorar as condições de vida desses primeiros americanos.

POSSIBILIDADES COMERCIAIS DO BRASIL NA ÁFRICA ORIENTAL BRITÂNICA

KÊNIA, TANGANICA E UGANDA

O comércio entre a África Oriental Britânica (Kênia, Tanganica e Uganda) e o Brasil cinge-se, por enquanto, aos seguintes produtos: castanha do Pará, graxas animais e vegetais, remédios (quinino) e produtos farmacêuticos e "bijouteria". A castanha do Pará, que em 1958 constituiu cerca de 3/4 (três quartos) da importação total proveniente do Brasil, é, por larga margem, o mais importante produto brasileiro importado. A "bijouteria" teve boa aceitação em 1956, mas em 1958 seu comércio desapareceu completamente.

A exportação da África Oriental para o Brasil, que consiste principalmente em marfim, chifre de rinoceronte e outros "produtos animais crus", é ainda menor que a importação.

O comércio externo da África Oriental Britânica é regido por Decretos de Contrôlo de Importação e Exportação que se aplicam separadamente a cada um dos três territórios: Kênia, Tanganica e Uganda. Eles são, entretanto, muito semelhantes.

Esses decretos se baseiam na Tabela de Tarifas Alfandegárias da África Oriental ("East African Customs Tariff Schedule"), e os territórios citados formam a União Alfandegária da África Oriental. ("East African Customs Union").

Quase todos os produtos estão sujeitos a licenças. Mesmo aqueles que estão isentos se enquadram nas chamadas licenças gerais abertas ("open general licences"). O tipo de licença requerida depende da categoria do produto e do país de origem. Há quatro grupos principais de países, e cada um recebe tratamento levemente diverso:

- 1 — Zona da libra esterlina;
- 2 — Países da OCEE (Organização da Cooperação Econômica Européia) e alguns países especificados, inclusive o Brasil;
- 3 — Países da área do dólar;
- 4 — Outros, especialmente países comunistas e também o Japão, Coreia, Indonésia e Pérsia.

Para os primeiros três grupos (Brasil inclusive) a maioria dos produtos pode ser importada com "licença geral aberta". A lista de certos produtos especificados, que necessitam de licença específica, é maior para os países da OCEE do que para os da área esterlina. Para a área do dólar, essa lista é ainda maior. Dentre as mercadorias geralmente importadas do Brasil, as graxas animais e vegetais e a "bijouteria", precisam de licença especial.

A exportação, como já foi dito, é controlada por Decretos de Controle de Exportação dos três territórios da África Oriental Britânica. Há também vários decretos que se aplicam a certos produtos especiais. Não há tratados formais de comércio ou pagamento entre o Brasil e esses países, nem há acordos para negócios de compensação. Existe, entretanto, uma espécie de comércio triangular no que diz respeito à castanha do Pará, que é importada em quantidade muito maior do Reino Unido do que diretamente do Brasil.

Os direitos são iguais para os produtos de diferentes origens.

Os impostos "ad valorem" para os produtos atualmente importados do Brasil são:

Nozes comestíveis	11%
Graxas de origem animal e vegetal	22%
Remédios	Livres
"Bijouteria"	30%

Dentre os produtos ou grupos de produtos correspondentes importados do Brasil, os que têm melhores perspectivas são os produtos farmacêuticos, cuja importação tem aumentado constantemente nos últimos 5 anos. Uma das causas dessa expansão é que o Brasil e a África Oriental têm condições climáticas semelhantes e muitos dos nossos remédios e preparados desenvolvidos para solucionar o problema de várias doenças tropicais, encontram aplicação e demanda nessa região da África.

Há, em potencial, grande procura de máquinas de costura baratas. No momento, além da "Singer" só se pode conseguir as alemãs e italianas, que são mais caras. Em vista de ter a "Singer" serviço extenso e bem estabelecido na África Oriental, é necessário arranjar algo semelhante para o produto brasileiro, como preliminar para que êle possa ser bem sucedido nesse mercado.

Existe um mercado considerável para veículos rurais, tais como jipes. Entretanto, o jipe brasileiro teria de competir com o DKW alemão (preço de cerca de 700 libras esterlinas, ou aproximadamente, 360 mil cruzeiros), com o Land-Rover inglês (cerca de 800 libras — pouco mais de 400 mil cruzeiros) e com o jipe americano; todos êsses são obtidos livremente e já se encontram bem estabelecidos no mercado.

As medidas para melhorar a posição comercial do Brasil na África Oriental Britânica dependem do tipo de mercado que se tem em mente. Se a intenção fôr vender aos africanos, por exemplo, produtos farmacêuticos ou máquinas de costura, anunciar na imprensa africana ou no cinema seria uma das mais acertadas medidas. No caso de jipes, anúncios na imprensa inglesa teriam de ser usados. De qualquer maneira, um dos primeiros passos, em qualquer propaganda, é a nomeação de agentes e a publicação sistemática de anúncios em jornais e revistas que circulem naquela área, que poderia encarregar-se, também, da transcrição do anúncio na imprensa local.

As feiras e exportações não são recomendáveis na primeira etapa, antes de se saber os resultados das medidas já citadas.

Mas se os resultados forem, em primeira instância, favoráveis, exibições, mesmo em pequena escala, em Nairobi, Kampala e Dares-Salaam, seriam então altamente aconselháveis; estas teriam de ser lançadas por meio de um "Cocktail Party", para o qual os principais importadores seriam convidados.

A África Oriental está ainda se recuperando da última recessão comercial e os estoques de quase todos os produtos, exceto veículos a motor, são ainda relativamente grandes. As rendas cambiais da África Oriental dependem ainda excessivamente do algodão, café, sisal e chá, produtos que estão no momento um tanto deprimidos nos mercados internacionais. Assim, a sua economia sofre, presentemente, de marcada morosidade econômica.

A questão do café é especialmente importante neste terreno, pois a nossa política cafeeira tem relação direta com as vendas da África Oriental e com a sua prosperidade. Se o Brasil vier, por exemplo, a reduzir significativamente os preços do seu café, com o fim de tirar aos africanos os mercados do seu produto, isso poderá resultar em algo bem parecido a um "boicote" dos produtos brasileiros na África Oriental.

A praça da África Oriental está inundada de tecidos baratos, de todos os tipos (japoneses, holandeses e indianos); de enorme quantidade de utensílios elétricos alemães e japoneses, e de artigos plásticos ou de borracha das mesmas origens. Esses produtos são, via de regra, de qualidade surpreendentemente boa e representam um razoável emprêgo de capital. Pelo menos no momento, há pouca esperança, portanto, de se colocar tais produtos brasileiros nesse mercado. Por exemplo, as popelinas japonesas de boa qualidade são vendidas aproximadamente a Cr\$ 120,00 por metro; os tecidos de algodão barato da Índia, a Cr\$ 60,00, por metro. Esse mesmo pano, de origem holandesa, qualidade um pouco superior, é vendido por Cr\$ 140,00 o metro.

No campo dos preços mais altos, os "nylons" e algodãos japoneses concorrem, com bom êxito, com os do resto do mundo. Em matéria de tecido de qualidade, por uma questão mais de hábito, do que de qualquer outra coisa, os ingleses, franceses e suíços ainda dominam o mercado.

Como conclusão, podemos dizer que, com a adoção de eficientes métodos de venda, e com uma propaganda hábil, principalmente na imprensa, poderíamos obter êxito na ampliação das vendas de certos produtos, como os farmacêuticos e as máquinas de costura. O mercado de "jipes" também merece investigações mais cuidadosas. Os esforços bem dirigidos podem facilmente resultar em aumento do valor total das nossas exportações para essa região da África. E em 1958 (último ano para o qual há dados disponíveis), não foi além de libra 3.000 por ano, quantia verdadeiramente irrisória em relação às possibilidades desse mercado.



Próxima parada: outra clareira na selva

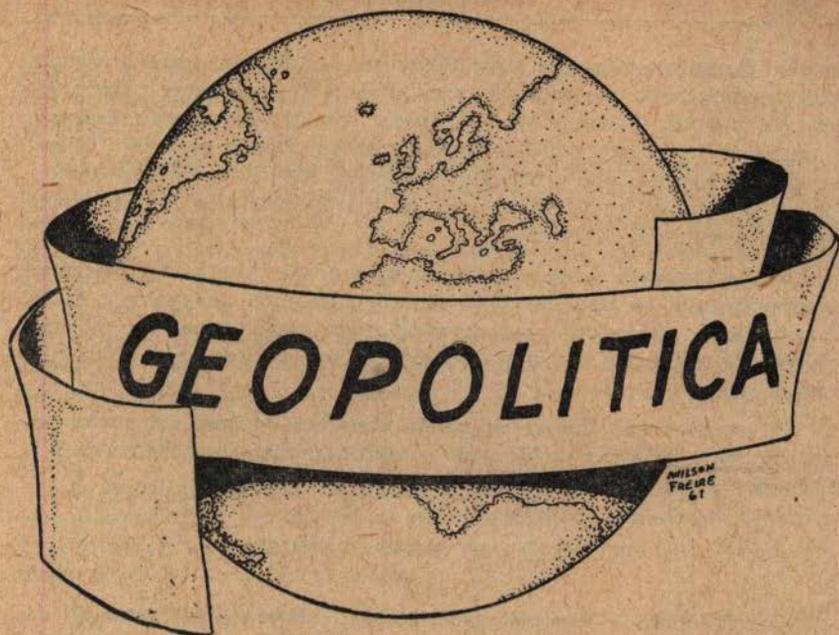
Ah! pioneiro "Frankenstein"!... Como era difícil naquele tempo cobrir essas lonjuras nativas, pousar em campos que eram clareiras, guiado pela fé patriótica, pelo nobre ideal de aproximar brasileiros. Se pudesses ver agora o que as tuas asas iniciaram há 30 anos!... Verias glorificados os homens que criaram o Correio Aéreo Nacional, a gratidão da Pátria aos seus heróis desapare-

cidos, o louvor das populações beneficiadas pelos realizadores dessa obra admirável.

Os 30 anos de atividades, do CAN, pelo seu significado e realizações, constituem um feito sem paralelo na história da aviação em todo o mundo! Uma epopéia, que a Esso Brasileira de Petróleo, com o Brasil, reverencia e exalta.



HOMENAGEM DA ESSO BRASILEIRA DE PETRÓLEO AO CORREIO AÉREO NACIONAL



FORMAS DE EXPANSIONISMO

IDÉIAS FUNDAMENTAIS

Tenente-Coronel CARLOS DE MEIRA MATTOS

Segundo Toynbee, na sua magistral análise das vinte e uma (21) * civilizações que até hoje abrigou o mundo, apenas cinco podem ser consideradas viventes :

— ocidental, cristã-ortodoxa, islâmica, hindu e extremo-oriental.

As demais, como a helênica e a sínica, extinguiram-se gerando respectivamente a Ocidental e a do Extremo Oriente, outras, como a egípcia e andina, fossilizaram-se, nelas se extinguindo a seiva criadora.

O conceito "toynbeano" de civilização não deve ser confundido com a idéia de Estado. Para o historiador inglês a civilização "é uma sociedade formada por entidades independentes (Estados) no sentido de que cada uma delas constitui por si mesma **um campo inteligível de estudo histórico**, mas que ao mesmo tempo, **tôdas são representantes de uma espécie única**.

Recuamos a essas considerações sobre as civilizações porque compreendemos que o êxito da empresa política de um Estado, — cres-

cendo, desenvolvendo-se e expandindo-se —, não se pode processar independentemente da sorte da civilização a que pertence. Exemplificando melhor, diríamos que civilizações fossilizadas como a egípcia, a andina ou a yucateca não poderão gerar um Estado poderoso. Nesse sentido, observe-se que a Revolução Egípcia, hoje liderada por Nasser, busca seu apoio revitalizador não na morta civilização egípcia mas na viva civilização islâmica.

Transplantando êsses conceitos para o nosso caso, compreendemos facilmente que há uma corrente de interação dinâmica entre o êxito da civilização ocidental a cujo grande corpo pertencemos e o sucesso político de cada um de seus membros (Estados), entre os quais nos encontramos.

A compreensão dessa correlação esclarece porque as nações se grupam para defender a filosofia, os padrões éticos e a dinâmica política das civilizações a que pertencem.

CONCEITO DE EXPANSIONISMO

Consideramos o expansionismo como a etapa de alargamento da área de influência geográfica de um Estado, após ter consolidado a sua fase de crescimento nacional. Não erraríamos muito se disséssemos que o expansionismo é um impulso que se vem manifestando historicamente nos Estados adultos e realizados, isto é, naqueles que concluíram com êxito o seu processo de crescimento (ou desenvolvimento) nacional.

O efeito do expansionismo é o imperialismo. Êste, por sua intensidade dominadora crescente se apresenta em três graus — imperialismo ideológico, econômico ou político.

O nosso planêta, através da história, conheceu a vários tipos de "expansionismo, cujos veículos principais têm sido a ideologia, o comércio, a atividade missionária, a pressão política e econômica e, finalmente, a ocupação militar. Na maioria dos casos, êsses fatores se combinam. Como exemplo típico de um **expansionismo que se propagou preponderantemente pela via ideológico-mística** temos, o Islamismo ou mahometismo. O Islamismo é a mais jovem das grandes religiões universais. Ao contrário de outras religiões de origem obscura e legendária, o islamismo nasceu à luz da história, no começo do século VII de nossa era. Difundiu-se com a rapidez de um "vento ideológico" que partindo de Meca, na Arábia, se espalhou por tôda a Ásia Menor. Um século após a morte de Maomé (ano. 632) o Islamismo já constituía um imenso império místico-religioso que dominava enorme faixa geográfica que se estendia do Himalaia a Gibraltar, através do Oriente Médio, Ásia Menor e Costa Sul do Mediterrâneo. Embora sem formar um único Estado, englobando inúmeras unidades políticas independentes, o Islamismo, além de seu conteúdo religioso, erigiu-se como uma força política de pressão, ameaçando a

Europa, a Índia e o Extremo Oriente. Hoje, ainda, existem na Terra 300 milhões de islamitas, perfazendo a sétima parte da população do globo.

Os modelos de **expansionismo pela via comercial** nós o encontramos na formação do império colonial inglês e holandês. Após a epopéia dos descobrimentos, levada a cabo por lusitanos e espanhóis, os ingleses e flamengos fundaram empresas de navegação para comerciar com os povos da África e da Ásia. Dêsse comércio surgiram os impérios inglês e holandês de ultramar. Mais tarde, outras nações européias — França, Itália, Alemanha, Bélgica — repetiam, em menor escala, a empresa comercial dos britânicos e flamengos. O resultado dêsse expansionismo pelo comércio foram os impérios ultramarinos das potências européias na Ásia e África que perduraram até o fim da 2ª Guerra Mundial, quando começaram a se desmoronar.

A atividade missionária vem servindo, igualmente, de veículo à expansão da área de influência espiritual de determinados Estados. O missionário serve a causa expansionista de seu país de forma indireta e muitas vezes inconsciente.

Atuando entre as tribos africanas ou nas aldeias asiáticas, na sua catequese religioso-espiritual, o missionário conquista a alma dos nativos, abrindo-lhes uma maior receptividade à aceitação dos padrões político-sociais dos povos mais adiantados que eles ali representam.

Assim é que, na África e no Extremo Oriente, via de regra, o missionário religioso foi um fertilizador do ambiente onde mais tarde passaram a atuar as forças de imperialismos econômico ou político. A **pressão econômica e política** pode ser considerada como um prolongamento da fase de relações comerciais. Os casos de Shangai, de Hong Kong, de Hanoi são bastante elucidativos.

Nesses portos as potências européias criaram entrepostos de interesse comercial. Em seguida, por pressão econômica, foram conseguindo a progressiva abdicação de autoridade dos chefes locais e assumindo o controle político-militar dêsses importantes pontos estratégicos na Costa do Mar da China.

Sintetizando nossas considerações sobre os principais veículos do expansionismo, poderíamos dizer que a ideologia, o comércio e a atividade missionária são formas pioneiras, enquanto a pressão econômica, pressão política e a ocupação militar representam uma segunda fase, já de caráter imperialista indisfarçável.

No quadro político-estratégico do mundo contemporâneo o imperialismo soviético vem desenvolvendo uma ação ampla e polimorfa, podendo se caracterizar, num simples relance, suas manifestações através de cada uma das vias que estudamos:

— ideológica, através da ação permanente do PC em todos os países do globo;

- comercial, por meio do atrativo oferecido aos governos da órbita ocidental que se encontram em dificuldades e desejam abrir novos horizontes econômicos — caso atual de Cuba e das novéis repúblicas africanas;
- atividade missionária, no caso comunista confundida com o proselitismo dos agentes de propaganda vermelha;
- pressão econômica, é a fase que se vem desenvolvendo após o estabelecimento de relações comerciais compensadoras, em Cuba e nas repúblicas negras da África;
- pressão política, seguida de ocupação militar quando necessário, é o que nos exemplificam o "status" dos países satélites do leste europeu: Hungria, Polônia, Tcheco-Eslováquia, Bulgária, Romênia e Albânia.

No tocante à **intensidade do grau de pressão**, analisando o mesmo imperialismo soviético, nos deparamos com a **pressão ideológica** opressiva criando um clima constante de insegurança e inquietação nos países onde os PC locais alcançaram grande efetivo: exemplos França e Itália. Encontramos o **imperialismo econômico** soviético tentando firmar-se no Continente Negro e já enraizado no Afeganistão, Indonésia e República Árabe Unida (RAU). Quanto ao imperialismo político e militar os encontramos exuberante nos países da chamada "cortina de ferro" onde a pressão política é normalmente acompanhada da ocupação por forças soviéticas.

Os imperialismos inglês e francês até à 2ª Guerra Mundial, mostraram as características de tôdas essas fases e formas.

O imperialismo norte-americano, de características predominantemente econômicas, não costuma ir além da pressão política levada a efeito pela via econômica.

3. LEIS DO EXPANSIONISMO DE RATZEL

O famoso geopolítico alemão Friedrich Ratzel (preceptor do General Karl Honskofer, fundador do Instituto de Geopolítica de Munich que teve marcante influência na orientação estratégica da Alemanha nazista), é o compilador das chamadas "**7 leis do expansionismo**" baseadas no estudo da história expansionista dos grandes impérios do passado e do presente.

Eis as Leis de Ratzel:

1. O espaço dos Estados aumenta com a expansão de sua cultura;
2. O crescimento dos Estados apresenta outros sintomas de desenvolvimento: idéias, produção comercial, atividade missionária;
3. O crescimento dos Estados se manifesta por amalgamento e absorção de unidades menores;
4. A fronteira é o órgão periférico do Estado e, como tal, a prova de seu crescimento é a sua força emanante e o seu deslocamento;

5. No seu crescimento, o Estado tende a incorporar seções geográficas politicamente valiosas: costas marítimas, foz de grandes rios, planícies e regiões ricas em recursos;
6. O primeiro impulso de crescimento, territorial chega ao Estado primitivo de fora, transmitido por uma civilização superior;
7. A marcha geral até o amalgamento, transmite a tendência de crescimento territorial de Estado a Estado e aumenta essa tendência, através do próprio processo de transmissão (é, como foi dito, um apetite que vem comendo).

Essas Leis de Ratzel embora trazendo o aparte de uma longa e profunda investigação histórica, foram deturpadas pelos nazistas que delas fizeram a base científica para os seus sonhos de domínio mundial.

Delas nasceram as pseudo teorias científicas do "drang nach osten" (expansão para o oeste), do "lebens-raum" (espaço vital) e outras que dêram rédeas à ambição hitlerista. Por tudo isto, as "Leis de Ratzel" são aceitas com enormes restrições pelos ocidentais.

4. CONCLUSÃO

Esvaziando-se das doutrinas geopolíticas o seu conteúdo suspeito, as suas emanações criptocientíficas que serviram para disfarçar ambições imperialistas condenáveis, podemos aceitar certos princípios consagrados por constituírem uma tendência histórica das nações que se tornaram fortes e poderosas.

Esses princípios são:

São portadores de uma dinâmica expansionista, a ideologia, a cultura superior e o comércio.

Nenhuma nação que haja alcançado padrões elevados de potencialidade poderá evitar a expansão de sua influência através desses três veículos.

As nações democráticas, na presente conjuntura, para serem coerentes com os princípios que pregam, não devem transformar essa influência inevitável — ideológica, cultural e comercial — em instrumento de pressão econômica e domínio político.

A fase dos imperialismos está superada.

A conciliação entre essa tendência expansiva natural e conseqüente alargamento da área de influência da nação-potência, vem sendo procurada, na esfera do Ocidente, através da fórmula comunitária, isto é, da formação de Comunidades de nações livres que aceitam espontaneamente a liderança, sob certos aspectos de convivência, da nação mais poderosa.

(*) O Conde de Gobineau, há 100 anos, no seu livro "L'Inégalité des Races Humaines" encontrou, segundo o seu critério, apenas 10 civilizações autênticas no mundo, desde a sua pré-história.

"A DEFESA NACIONAL"

CORPO DE REDADORES PARA 1961

REDATOR-CHEFE — Coronel Ayrton Salgueiro de Freitas

COORDENADORES :

Cel Ayrton Salgueiro de Freitas ...	Assuntos Militares
Cel-Av Délio Jardim de Matos	Aeronáutica
Ten-Cel Hugo de Andrade Abreu ..	Exército
Cmt J. A. Carneiro de Mendonça ...	Marinha
Ten-Cel Carlos de Meira Mattos ...	Guerra Revolucionária
Ten-Cel Waldyr da Costa Godolphim	Geografia
Ten-Cel J. R. Miranda Carvalho ...	História
Ten-Cel Celso dos Santos Meyer ...	Caso de Espionagem
Ten-Cel Octavio Tosta	Geopolítica
Ten-Cel Mário de Assis Nogueira ..	Psicologia e Liderança
Ten-Cel Êzio de Melo Alvim	Ciência e Técnica
Ten-Cel Danilo da Cunha e Mello ..	Candidatos à EsAO
Maj Adyr Fiuza de Castro	Engenhos-Foguetes e Satélites
Maj Amerino Raposo Filho	Doutrina Militar Brasileira
Maj Leopoldo Freire	Assuntos Diversos
Maj Germano Seidl Vidal	Candidatos à ECEME
Maj Confúcio Pamplona	Guerra Atômica
Maj Dario Ribeiro Machado	Nossas Guarnições Militares
Cap-Ten Ayrton Brandão de Freitas	Ed. Física e Desportos
Cap Diógenes Vieira Silva	Guerra Química

Política Internacional

I — O BRASIL E OS ESTADOS AFRICANOS

Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

O desejo, manifestado pelos governos de novos Estados africanos, de receber ajuda técnica do Brasil, abre ao nosso país, nesse continente, perspectivas que de certo modo contrabalançam alguns aspectos competitivos que se haviam desenvolvido nos últimos quinze anos. Preliminarmente, é preciso lembrar que nesse período houve dois fatores de desenvolvimento ou fortalecimento de setores da economia africana em sentido competitivo com a América Latina. O primeiro foram os auxílios prestados a determinados países africanos dentro dos programas do Plano Marshall. Direta ou indiretamente, êsse Plano permitiu que as antigas metrópoles européias destinassem recursos financeiros ao incentivo da produção de algumas nações africanas. Tratava-se, em geral, de produção similar às exportações latino-americanas, e o problema foi amplamente debatido na ocasião. É sabido, de outra parte, que os acontecimentos políticos e a agitação nacionalista, visando à independência afetaram negativamente o êxito daquelas iniciativas européias. Mais recentemente, apresentou-se o segundo fator, ligado à constituição do Mercado Comum Europeu, no qual muitos países africanos, fornecedores de produção similar à exportada pela América Latina, passarão a gozar de condições favorecidas devido às ligações políticas que, apesar dos casos de independência, ainda existem entre territórios africanos e suas antigas metrópoles.

O fato novo que agora se revela, através das manifestações colhidas por missão especial brasileira que acaba de visitar alguns países africanos, é que o desejo de receber ajuda ou assistência técnica do Brasil pode constituir excelente ponto de partida para um futuro intercâmbio econômico. Embora sem que incidamos no êrro de sobreestimar a potencialidade dos novos Estados africanos, no que diz respeito ao comércio

exterior, o que é certo, em princípio, é que o Brasil poderá, a longo prazo, desenvolver com essa área do mundo um intercâmbio capaz de compensar as perspectivas menos favoráveis quanto ao seu comércio com a Europa. É igualmente verdade que, sendo a exportação africana em geral constituída de produtos primários, em grande parte similar à nossa, são precárias as bases para o estabelecimento de um intercâmbio comercial considerável, segundo os critérios clássicos de comércio exterior. Mas o problema pode e deve ser analisado com critérios diversos: acentua-se a tendência de as grandes potências considerarem os problemas do intercâmbio e do desenvolvimento dos países novos com critérios menos conservadores e mesmo, sabidamente, influenciados por preocupações políticas derivadas da competição com o bloco socialista. Dadas essas novas circunstâncias básicas, não será, a longo prazo, impossível que o Brasil, na medida em que desenvolva a sua capacidade de exportar manufaturas e bens de produção, possa vir a beneficiar-se de novos esquemas internacionais que lhe permitam vender aos novos Estados da África com financiamento de terceiras fontes. Trata-se, é claro, de uma hipótese, entre muitas outras possíveis, digna de ser devidamente explorada pelos teóricos de nossa política internacional, e cujo eventual êxito na prática poderá ser grandemente favorecido pelas posições de simpatia e de prestígio que o Brasil saiba criar, através de assistência técnica e de uma política esclarecida, junto aos povos e aos governos dos novos Estados africanos.

II — UMA OPINIÃO AFRICANA

Que pensam os africanos a respeito das nações americanas e da Organização dos Estados Americanos? Não têm as nações africanas muitos problemas idênticos aos que afligem certos países latino-americanos subdesenvolvidos? É possível encontrar soluções semelhantes para esses problemas? Para colhêr algumas impressões africanas sobre esses temas, AMÉRICAS entrevistou dois ilustres líderes na administração da República da Costa do Marfim, unidade autônoma da Comunidade Francesa. Ernest Boka e Lambert Amon-Tanoh estão visitando os Estados Unidos numa excursão de sessenta dias. O Senhor Boka é Ministro da Administração Pública e o Sr. Amon-Tanoh é Secretário-Geral da Federação dos Sindicatos e dos Sindicatos de Professores. Ambos pertencem à Câmara dos Deputados.

Eis um resumo do que nos disseram:

“Na nossa opinião, a base das relações interamericanas é a Doutrina Monroe. Sabemos que os chefes de Estado e as outras autoridades das nações americanas se reúnem regularmente e que há um movimento em marcha para fortalecer as relações entre os Estados e guardar “a América para os americanos”. Ouvimos falar na Organização dos Estados Americanos e na União Pan-Americana, mas não sabemos de muito a esse respeito. Não são bem conhecidos em nosso país os fatos específicos sobre essas organizações e o trabalho que fazem, de modo que nos é difícil dizer se algumas das instituições interamericanas poderiam ser copiadas com bons resultados na África.

“A nossa evolução política tem sido muito diferente da que se verificou na América Latina, sendo essa uma das razões pelas quais as nações africanas não estão preparadas para participação integral numa organização regional como a OEA. As nações africanas viveram durante séculos sob regime colonial, governadas pelos belgas, franceses e ingleses. Só agora começam a ganhar a sua independência. Algumas, como a Costa do Marfim, preferem ficar dentro dos laços da Comunidade Francesa. Mas os laços que nos prendem à França não nos impedem de plena cooperação e associação com outras nações africanas.

“Cada nação africana tem de resolver os seus problemas peculiares antes de poder formar-se alguma espécie de organização pan-africana. A União da África do Sul enfrenta problemas internos particularmente graves. Entretanto, o movimento pan-africano está tomando forma, já tendo havido algumas reuniões regionais, tais como a das nações ao sul do Saara, que se realizou em Madagascar. A medida que os Estados se tornam independentes, se reúnem para discutir os problemas comuns.

“Consideramos a vida econômica das nações americanas equilibrada e praticável, mas o continente africano vive dentro de um vácuo econômico. Mesmo com uma população de 200 milhões de habitantes, aproximadamente, é relativamente despovoado e em muitas zonas a economia é desorientada. Os produtos das nações africanas são tão semelhantes que não se pode ver muito futuro num mercado comum africano.

“A Costa do Marfim é o terceiro produtor de café do mundo e o quarto produtor de cacau, o que nos faz ter o problema da concorrência com certas nações latino-americanas. Até certo ponto, as nossas dificuldades em encontrar mercados para o nosso café foram resolvidas pelo acôrdo internacional celebrado em Washington. Embora lutemos com certos problemas econômicos, a Costa do Marfim é o único país africano cuja balança comercial é favorável.

“Precisamos de mais assistência econômica e técnica — auxílio concreto e não apenas palavras. Temos recebido a visita de turmas da UNESCO e da FAO, mas os resultados não são suficientes. Os Estados pequenos, que não são completamente independentes no sentido legal do termo, não podem contrair empréstimos no Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. Precisamos de capital para avaliar os recursos inexplorados do país em matéria de minério de ferro, manganês, petróleo e energia hidrelétrica e de mais capital para explorá-los.

“Não se pode curar tuberculose com analgésicos e é por isso que solicitamos mais assistência técnica. A França está fazendo muito pela Comunidade Francesa, mas os seus esforços são limitados. Problema especialmente agudo é o da educação, porque há entre 60% e 70% de analfabetos na Costa do Marfim e só 30% a 40% das crianças em idade escolar freqüentam realmente a escola. A nossa situação a esse respeito é mais grave do que a de muitas nações americanas. Em nível universitário, gostaríamos de ter um programa de intercâmbio de estudantes e professores, que iriam de países como os Estados Unidos, a Argentina e o Chile. As epidemias em nosso país pertencem ao passado, mas ainda precisamos de mais hospitais e de pessoal médico habilitado.”

ASSUNTOS DIVERSOS

Em dez anos de esforço pioneiro o Exército dos Estados Unidos tornou-se um profissional competente no

I — ENSINO ATRAVÉS DA TV

Artigo do Dr. JOSEPH H. KANNER, Chefe da Seção Audio-Visual da Divisão Pictórica da Diretoria de Comunicações do Exército Americano. Presidente do I Congresso de Educação através da Televisão nas Forças Armadas.

Tradução do Maj TAUNAY COELHO REIS

Provenientes de todos quadrantes do país congregaram-se 200 representantes de instituições civis assim como das forças armadas para participar do primeiro Congresso de Educação através da Televisão nas Forças Armadas realizado em Washington sob os auspícios do Diretor de Comunicações.

Os congressistas testemunharam a inauguração das instalações de "video tape" no Pentágono assim como o início do emprêgo intensivo do "video tape" na instrução militar; tiveram oportunidade de tomar conhecimento do que tem sido feito nas forças armadas, nas instituições civis assim como através das rêdes de TV no campo da educação por meio da televisão; viram exposições do equipamento que tem sido aperfeiçoado para esse fim.

Dez anos atrás um congresso dessa natureza teria sido impossível porque não havia então, tantos especialistas civis ou militares — com interesse ou experiência suficientes para tornar possível uma reunião dessa natureza. Mas na atualidade a televisão vem se tornando cada dia mais importante como meio auxiliar na educação e com o aumento da experiência, promete impor-se ainda mais.

O emprêgo dos "video tapes" filmados nas diversas instalações militares do país e projetados pela nova instalação de "video tape" do Pentágono constitui um novo avanço nesse campo. Esse uso do "video tape"

tem por finalidade acelerar as comunicações e estreitar o contato entre as guarnições das forças armadas, afastadas e o Pentágono uma vez que a apresentação do "tape" pode ser feita imediatamente após sua gravação. Por ter sido a Diretoria de Comunicações do Exército a pioneira no emprêgo da TV no ensino, coube a ela fazer a primeira demonstração.

ENSINO ATRAVÉS DA TELEVISÃO

PRIMEIRA DÉCADA

Há dez anos atrás foi fornecido ao Forte Monmouth na Nova Jersey a primeira unidade móvel de televisão do Exército Americano, numa das primeiras tentativas da Diretoria de Comunicações do Exército Americano para cumprir a nova missão que recebera de aperfeiçoar a televisão para instrução militar e utilização no setor das informações. Hoje o Exército lidera o emprêgo da televisão na instrução.

O planejamento e compra da unidade móvel de TV refletia a fé dos altos escalões no valor potencial da televisão para o Exército. Esse otimismo se via também refletido no pessoal encarregado de operá-la mas não podia contar ainda com nenhum dado relativo aos resultados do emprêgo da televisão no ensino nem com o aperfeiçoamento de técnicas eficazes de produção. Isso tinha que ser planejado, atestado e medido.

Durante o primeiro ano a unidade móvel procurou avaliar a tarefa, visitando instalações de instrução do Exército, demonstrando suas possibilidades, televisionando demonstrações e aprendendo como empregar a televisão em muitas e diferentes situações de ensino. Buscava-se recolher as opiniões e observar as reações dos instrutores. De tudo isso concluiu-se que muito mais tinha que ser aprendido.

Durante dois anos instalações experimentais foram operadas em Forte Monmouth e Forte Gordon com a finalidade de aperfeiçoar o emprêgo da televisão na instrução nas escolas. Pelo Departamento de Pesquisas da Capacidade Humana da Universidade George Washington foi feito um estudo sob os auspícios do Comandante das Forças de Campanha do Exército e do Diretor de Comunicações. Esse trabalho tinha por objetivo principal comparar a eficácia do ensino convencional com a do ensino através da TV.

O estudo foi feito em Forte Gordon na Geórgia porque ali já se tinha levado a cabo um programa de instrução básica e se dispunha de uma instalação tipo circuito fechado. Unidades móveis de televisão do Centro Pictórico do Exército também tomaram parte.

Foram selecionadas quatorze horas representativas da instrução básica. Grupos de instruendos da instrução básica foram organizados — um recebeu instrução pela televisão, o outro pelos processos convencionais. Finda essa fase foram submetidos a testes escritos e testes de execução para apurar-se o que tinham aprendido. Um mês mais tarde a alguns gru-

pos, foi ministrada uma revisão utilizando-se para isso gravações, da instrução original para se determinar seus efeitos sobre a retenção pelos alunos.

O estudo global do problema mostrou que a instrução através da TV em nenhum caso se mostrou inferior à ministrada pelos processos convencionais, por outro lado, mostrou-se positivamente superior em alguns tipos de ensino tais como: manipulação de equipamento, correlação lógica entre partes, aprendizado de cor. Ficou evidenciado que os grupos de menor aptidão aprendiam melhor na televisão do que por meio dos processos convencionais. Ao mesmo tempo, os operadores de televisão estavam aprendendo e aperfeiçoando diversas técnicas de produção para uma apresentação eficaz.

CONTRIBUIÇÕES GERAIS

Desde que terminou esse primeiro estudo em 1953 a Diretoria de Comunicações continuou com trabalhos semelhantes nas Escolas de Comunicações, Forte Gordon, Forte Monmouth e outras instalações, contribuindo de maneira significativa para utilização da televisão nos programas de educação civis e militares.

Entre as contribuições originais que fez no campo da educação, a Diretoria de Comunicações inclui as seguintes:

- demonstração da possibilidade de ensinar, exclusivamente, através da televisão por períodos que durem até uma semana.
- demonstração da possibilidade de treinar rapidamente bons instrutores para ensino pela TV; e
- estudo comparativo da eficácia da televisão em cores com a da televisão em preto e branco.

Em consequência desses estudos pioneiros, o Exército ficou em condições de em 1956 estabelecer doutrina sobre o assunto com a publicação do AR 108-40 Television. Em 1959 foi publicado o primeiro manual técnico sobre televisão militar o TM 11-491 Training by Television que explica as técnicas de aplicação da televisão na instrução militar.

Durante esse período as instalações militares vinham recebendo assistência da Diretoria de Comunicações sobre: de como adquirir e instalar equipamento, de como conseguir o pessoal necessário, e de como montar um proveitoso programa de utilização da televisão.

A CADEIA DE TV DO EXÉRCITO

Atualmente, milhares de instruendos em todo o Exército recebem instrução pela televisão. As instalações do Forte Gordon e Forte Monmouth triplicaram em volume e atribuições desde o ano de 1952. Diversas outras grandes instalações empregam a televisão com maior ou me-

nor intensidade. Entre elas o Centro Médico do Exército Walter Reed, a Escola de Moto, a Escola de Defesa Antiaérea, a Escola de Missivos Dirigidos do Material Bélico, a Escola de Intendência, a Escola de Informações do Exército e a Escola de Línguas do Exército. Além disso há diversas organizações fazendo o levantamento de suas necessidades ou procurando conseguir equipamento para iniciar a instrução através da TV.

Em complemento à instrução ao vivo pela televisão, as Escolas de Comunicações em Forte Monmouth e Forte Gordon transmitem filmes, cinecópias, gravações magnéticas em fita, "video tape". O emprêgo do "video tape" aumenta muito a utilidade e a flexibilidade da televisão como meio auxiliar de instrução.

Ambas as escolas se valem da TV em pelo menos um dos seguintes empregos — instrução de grupo muito numeroso, instrução complementar, transmissão de filmes, gravação de televisão, e emprêgo no campo.

Instrução de grupo muito numeroso. Por êsse processo um instrutor excepcional pode ensinar, simultâneamente, diversas turmas ou grupos numerosos. O "video tape" tornou desnecessária a simultaneidade da instrução. Quer num caso, quer noutro, economiza-se instrutor e meios auxiliares de instrução.

I — *Instrução complementar.* Por meio dêsse processo pode-se mostrar, nas salas de aula, através da TV, equipamento e material que de outro modo não poderiam ser apresentados. Uma peça nova, por exemplo, pode ser televisionada para grupos reunidos em diversas salas.

Transmissão de filmes. Torna acessíveis filmes de instrução, gravações em "video tape". Centenas de horas, dêsse meios auxiliares, são projetadas semanalmente pelo sistema de televisão. O instrutor apenas participa ao estúdio de TV qual o filme e a que horas deseja a apresentação do mesmo.

Gravações de televisão. São empregadas para ensinar assuntos que precisam ser repetidos; são também úteis para fins de recordação.

Unidades móveis de televisão. Têm sido fabricadas e aperfeiçoadas com o objetivo de possibilitá-las se deslocarem através campo a fim de televisionar diretamente ou gravar para posterior utilização, exercícios de campo a serem apresentados a classes ou auditórios. Isso torna desnecessário ou reduz o transporte dos espectadores até o local do exercício. Além disso o processo assegura que os mais importantes aspectos da demonstração sejam mostrados aos espectadores.

EMPREGOS DIVERSOS

Em Walter Reed, Centro Médico do Exército, vem sendo utilizado desde 1956 um sistema adequado de televisão em côres, para cirurgia e outros casos, em que as vantagens do "Close up" na televisão permitem aos observadores verem tão bem como se estivessem junto da própria mesa de operação cirúrgica. São também televisionadas discussões de

alto nível entre pessoal médico e pesquisador. Com freqüência, têm lugar intercâmbio de informações e transmissões de programas de cunho médico e científico entre o Walter Reed e outras instituições médicas situadas nas suas proximidades. Nas convenções médicas e odontológicas são utilizadas transmissões especiais em circuitos fechados.

Em novembro de 1960 as instalações de televisão de Walter Reed foram utilizadas de uma maneira especial quando o Ajudante-Geral fez transmitir, em circuito fechado de televisão, um curso sobre redação para pessoal militar e civil em Forte Meade, Forte Belvoir, Forte Detrick, Centro Médico Naval e Base Aérea Andrews. O objetivo principal desse curso de oito horas foi ensinar a 500 empregados do governo, que redigem cartas e relatórios de estudos em equipe, a redigir com mais eficiência tornando suas redações mais breves, simples, vigorosas e sinceras.

A Escola de Missivos Dirigidas do Material Bélico em Hunstville, Alabama vem, desde que recebeu suas instalações, em 1958, contribuindo de modo substancial para aperfeiçoamento da instrução militar através da TV. Nessa escola a transmissão dos exercícios, do campo de instrução para a sala de aula, pôde ser feita tanto através da instalação fixa como através da instalação móvel. Seis gravadores de "video tape" vêm permitindo a gravação de valiosas informações, para utilização posterior. Essas gravações podem ser retransmitidas para permitir mudanças oportunas rápidas e baratas nas técnicas e materiais.

A Escola faz transmissões para a Escola de Blindados em Forte Knox no Kentucky, a 400 km ao norte, por intermédio de um circuito fechado de televisão. Esse processo capacita os estudantes do Forte Knox, muitos dos quais de patente elevada, obterem informações relativas à manutenção de missivos sem se deslocarem até o Arsenal de Redstone. Torna também desnecessária a duplicação de equipamento dispendioso nas duas escolas.

As instalações da Escola de Missivos podem entrar em cadeia com redes nacionais. Elas já foram utilizadas para transmitir um discurso do Presidente Eisenhower, por ocasião do batismo do Centro de Vôo Espacial George C. Marshal, assim como para transmissões especiais dirigidas a: West Point, Escola de Intendência em Forte Lee na Virgínia, Associação Nacional de Imprensa em Washington e para o Pentágono (Ver Seleções de Maio de 1960 em inglês "Instruindo os Homens das Missivas").

APLICAÇÃO EM SALA DE AULA

Uma instalação de TV montada em 1956 na Escola de Defesa Anti-aérea em Forte Bliss no Texas tem por finalidade aperfeiçoar uma específica e importante aplicação da televisão à instrução militar. Ali o volume e complexidade do equipamento de missivas, que é também de difícil manejo, normalmente complicam os processos convencionais de instrução.

Naquele forte o equipamento para instrução sôbre missivas é levado ao estúdio de televisão onde comparece também um reparador-instrutor experimentado. Numa sala de aula à parte, 30 instruendos observam receptores de televisão. Cria-se um incidente no equipamento e as câmaras de televisão focalizam todos os sintomas e leituras nos osciloscópios, medidores, diais, etc. Em seguida, um instrutor na sala pede a um aluno para orientar o reparador no estúdio de televisão, utilizando um sistema de comunicações recíprocas. O aluno deverá então guiar o reparador a fim de que faça o que deve ser feito para sanar o incidente.

O instruendo poderá solicitar leituras de medidores e testes; o reparador segue as determinações do instruendo na localização do incidente. Se o primeiro estudante não fôr feliz, é dada a um outro a oportunidade de procurar a solução. Todos os instruendos escutam e vêem o que vai acontecendo; numa hora podem ser solucionados seis ou sete problemas.

Os instrutores dizem que os instruendos participantes dessa instrução desenvolvem uma confiança maior e trabalham mais rápida e eficazmente do que os que não participam. Essa técnica de familiarização efetiva através da televisão aplicar-se-á provavelmente a muitos outros campos de instrução.

A aceitação generalizada da televisão como um valioso meio auxiliar de instrução no Exército é talvez o mais importante resultado decorrente dos primeiros dez anos de aperfeiçoamento da televisão na instrução. Com grandes inovações, já em curso, a Diretoria de Comunicações do Exército continua a estudar novos equipamentos, aperfeiçoamentos e aplicações para a instrução por meio da TV.

A década que passou presenciou o crescimento e o desenvolvimento daquilo que era no início apenas um vislumbre, aos olhos de poucos e entusiasmados homens de visão. No momento, a instrução pela TV vem sendo plenamente utilizada em muitas organizações militares. Em futuro próximo, espera-se que todos os grandes centros de instrução do Exército estejam usando a televisão. No próximo Congresso de Educação através da Televisão nas Forças Armadas, certamente serão feitas comunicações surpreendentes com relação a êsse novo campo de ensino.

II — UM PROBLEMA INSOLÚVEL

(Da "The Army Quartely" — Abril de 1953)
K. W. Maurice-Jones D. S. O.

A Campãna de Waterloo ainda apresenta muitos problemas ao estudioso da história militar. Napoleão, tendo escapado da ilha de Elba, chegou a Paris na tarde do dia 20 de março de 1815. No dia 15 de junho êle invadia a Bélgica com a intenção de derrotar os dois exércitos aliados, o britânico sob o comando de Wellington e o prussiano sob o comando de Blücher, que se encontravam nesse país e eram os mais próximos e, portanto, os mais perigosos inimigos do imperador francês.

O plano de Napoleão para a invasão da Bélgica e a derrota dos exércitos adversários foi um dos mais bem imaginados. Compreendia o seguinte:

- 1) Enfrentar cada um dos exércitos inimigos separadamente;
- 2) Separar os exército inimigos cortando sua linha lateral de comunicações, a estrada Namur-Nivelles, antes que êles pudessem reunir-se;
- 3) Efetuar essa operação atacando ao longo de sua linha de junção, a estrada Charleroi-Bruxelas;
- 4) Enfrentar o Exército Prussiano sozinho e derrotá-lo decisivamente com o grosso do Exército Francês, antes que o Exército Britânico Aliado pudesse intervir;
- 5) Transferir o grosso do Exército Francês contra o Exército Britânico Aliado, a fim de atacar êsse exército sozinho e derrotá-lo decisivamente sem interferência do Exército Prussiano;
- 6) Ocupar Bruxelas.

Esse era, realmente, um plano de mestre e à meia-noite de 16 para 17 de junho, ou seja, dois dias depois de ter iniciado a campanha, Napoleão já realizara, embora sem o sucesso total, os itens 1, 2, 3 e 4 dêsse plano. Nesse mesmo dia êle derrotara o Exército Prussiano em Ligny com o grosso do Exército Francês, sem interferência do Exército Britânico Aliado. Porém, a derrota do Exército Prussiano em Ligny não chegou a ser decisiva, e isso devido ao fato de que Ney, que comandava a ala ocidental independente de Napoleão, fôra ao mesmo tempo batido por Wellington e pelo Exército Britânico Aliado em Quatre Bras, oito milhas a noroeste de Ligny e, por isso, não conseguira chegar com suas forças a essa cidade para transformar a derrota dos prussianos em derrota decisiva. O transtôrno sofrido por Ney em Quatre Bras e o não aparecimento de qualquer parte de suas tropas em Ligny foram provocados pela mesma circunstância: a impossibilidade do Primeiro Corpo Francês, sob o comando do Ten-Gen Conde D'Erlon, que compreendia mais da metade do comando de Ney, de atingir quaisquer dos dois campos de batalha embora, durante a tarde e a noite tivesse chegado bem perto dêles.

O fracasso do corpo de tropa de D'Erlon em intervir em quaisquer das batalhas teve um efeito vital e desastroso sôbre o plano de campanha de Napoleão. Como resultado direto disso, êle não pôde infligir aquela derrota decisiva ao Exército Prussiano em Ligny, que exigia o item 4 de seu plano. O Exército Prussiano, embora batido, encontrava-se ainda em condições suficientes para tornar a lutar e pôde realizar aquela extraordinária marcha de flando de Wavre a Waterloo que, em combinação com os esforços do Exército Britânico Aliado sob o comando de Wellington, veio provocar a completa e absoluta destruição de Napoleão.

Propõe-se, portanto, o exame das razões que fizeram o corpo de tropa de D'Erlon marchar para a frente e para trás na tarde e noite de 16 de junho, bem como os problemas criados com êsse fato.

À uma hora da tarde do dia 16 de junho Napoleão estava pronto para atacar o Exército Prussiano sob o comando de Blücher em Ligny, com o grosso do Exército Francês. Êle acreditava — aliás corretamente — que tinha à sua frente uns 80.000 prussianos e, como a força sob seu comando totalizava apenas 57.000, êle tinha suas dúvidas quanto a sua capacidade de infligir a êsse exército uma derrota decisiva sem auxílio. Não recebera quaisquer notícias de Ney desde as nove horas dessa manhã e não fazia a menor idéia da situação em Quatre Bras. Resolveu, então, enviar uma ordem a Ney (despachada do seu QG em Fleurus às duas horas da tarde e que chegou às mãos de Ney aproximadamente às 4,45 da tarde):

1. Um corpo do inimigo acha-se em posição em tôrno de Ligny, entre St. Amand e Brye;
2. Às duas e meia o Marechal Grouchy atacará êsse inimigo com o 3º e 4º Corpos;
3. V. Exa. atacará o inimigo à sua frente;
4. Ao fazê-lo recuar vigorosamente, deixará o campo de batalha para reunir-se a nós envolvendo as forças inimigas que se acham a nossa frente;
5. V. Exa. deverá informar-me imediatamente de suas medidas e do que está acontecendo em sua frente.

Às três horas a batalha de Ligny já começara e o Imperador estava então quase convencido de que tinha 80.000 prussianos para derrotar e que não poderia fazê-lo decisivamente sem o auxílio de Ney. Dêste modo, enviou uma segunda ordem a Ney (despachada de Fleurus às 3 horas; chegou às mãos de Ney às 5,45 da tarde):

1. Há uma hora informei V. Exa. de que estava pronto para atacar às duas e meia o inimigo que tomara posição entre as vilas de S. Amand e Breye;
2. No momento a batalha se acha em pleno andamento;
3. V. Exa. deve manobrar imediatamente para envolver a ala direita do inimigo e cair em sua retaguarda. Seu exército estará perdido se V. Exa. agir sem vigor;

4. V. Exa. não deve hesitar em obedecer imediatamente esta ordem e dirigir suas forças em direção às elevações de St. Amand e Brey, a fim de reunir-se a nós numa vitória decisiva;

5. O inimigo está em desvantagem no momento, tentando estabelecer ligação com os ingleses;

6. O destino da França está nas mãos de V. Exa.

Era, sem dúvida, uma ordem urgente e incisiva.

As 5,30 da tarde a batalha em Ligny tinha, nas palavras de Napoleão, amadurecido. Blücher esgotara todas as suas reservas e o Imperador ainda não usara nenhuma das suas. Ainda não havia notícias de Ney, nem da aproximação de quaisquer de suas tropas. Napoleão estava, portanto, preparando-se para vencer a batalha sem elas. Colocou-se à frente de suas reservas e comandou-as em direção ao centro do inimigo em Ligny. Nem bem esse movimento começara quando um mensageiro chegou apressadamente trazendo de Vandamme, o comandante do 3º Corpo que formava o flanco esquerdo, a notícia surpreendente de que um corpo de tropa, possivelmente inimigo, compreendendo aproximadamente 25.000 homens, avançava de Villers Perwin para Fleurus. Essa informação preocupou seriamente Napoleão que, imediatamente, suspendeu a ordem de avançar, de suas reservas. Não poderia fazê-las entrar na luta sem primeiro verificar a natureza do misterioso corpo de tropa que se aproximava. Bem poderiam ser as tropas de Ney, mas essas tropas tinham sido mandadas para as elevações de St. Amand e Brey, enquanto a força misteriosa avançava contra Fleurus. Assim, também poderia ser uma parte do Exército Britânico Aliado, que pretendia atacar o seu flanco e retaguarda. Não tendo recebido notícias de Ney, o Imperador continuava a não ter a menor idéia do que estava acontecendo em Quatre Bras. Enviou, assim, uma patrulha de oficiais em direção a Villers Perwin, a fim de descobrir a identidade dos intrusos.

Eram quase seis e meia quando a patrulha regressou, com a informação de que as tropas pertenciam ao 1º Corpo, sob o comando de D'Erlon. Isso surpreendeu bastante Napoleão, pois esperava ver as tropas de Ney vindo da direção de Marbais e avançando contra Brey. Era muito tarde agora para enviar uma ordem para D'Erlon modificar a direção da marcha de seu corpo de tropa. Napoleão podia apenas esperar que D'Erlon tomasse essa iniciativa ao ver a situação e avançar contra o flanco prussiano desprotegido. D'Erlon mudou, realmente, a direção de marcha de suas tropas, mas não em direção ao campo de batalha e ao flanco desprotegido dos prussianos. Napoleão, entretanto, não mais poderia esperar e dirigiu suas reservas contra o centro prussiano e para a Vitória.

Enquanto isso, a 8 milhas a noroeste de Ligny, Ney passara toda a tarde tentando rechaçar as forças britânicas das encruzilhadas de Quatre Bras. Em diversos momentos o sucesso parecia estar quase consumado, mas Wellington sempre pôde fornecer reforços suficientes para frustrar seus esforços. As 5 horas da tarde o marechal francês já usara

tôdas as tropas que tinha imediatamente às mãos e o seu ataque ficou paralisado. Ele acabara de receber a primeira ordem de Napoleão, despatchada de Fleurus às duas horas, mandando que êle rechaçasse vigorosamente o inimigo à sua frente e então avançasse para envolver os prussianos que enfrentavam Napoleão. Ney ainda não conseguira rechaçar o inimigo à sua frente e, portanto, estava em piores condições ainda para envolver os prussianos em Ligny. Para cumprir quaisquer dessas missões êle precisava de reforços. O 1º Corpo de D'Erlon deveria agora encontrar-se em Frasnes; assim, Ney enviou-lhe uma ordem, dizendo para lançar suas tropas imediatamente na batalha.

Infelizmente para Ney, o 1º Corpo não estava em Frasnes. Durante a manhã, o Corpo avançara para o norte ao longo da estrada Charleroi-Bruxelas. Pouco antes do meio-dia D'Erlon recebeu uma ordem de Ney instruindo-lhe para tomar posição, juntamente com seu corpo de tropa, em Frasnes, e a principal divisão do Corpo — a 4ª Divisão comandada por Durutte — pôde limpar o vilarejo de Gosselies antes das três horas. Pouco depois das quatro horas, quando a Divisão de Durutte já se encontrava além da interseção da estrada com o chamado "Velho Caminho Romano", D'Erlon, que se achava muito à frente de seu corpo e já chegara a Frasnes, recebeu uma ordem do QG Imperial em Fleurus que o obrigou a mudar a direção do seu avanço para Villers Perwin e para a batalha de Ligny. Assim que o corpo se pôs a avançar nessa nova direção, D'Erlon enviou seu chefe de estado-maior, Delcambre, para Quatre Bras, a fim de informar Ney sobre o que acabara de fazer.

Em Quatre Bras, Ney estava perdendo a batalha. Eram agora quase cinco e meia da tarde e êle continuava a aguardar a chegada do 1º Corpo. No entanto, em vez das tropas, chegou Delcambre, que pôs o marechal a par da marcha de seu Corpo em direção à batalha de Ligny, muito afastado, portanto, da esfera de operações do marechal. Compreendendo que sem o 1º Corpo êle não poderia rechaçar vigorosamente o inimigo à sua frente e muito menos envolver os prussianos, tal como lhe fora mandado pelo Imperador, Ney se entregou a terrível acesso de raiva, praguejando e blasfemando, batendo com os pés e gesticulando com os braços. Enquanto Ney se encontrava nesse estado, chegou um oficial com a ordem de Napoleão, enviada de Fleurus às três horas da tarde:

"V. Exa. deve manobrar imediatamente para envolver a ala direita do inimigo e cair em sua retaguarda... V. Exa. não deve hesitar em obedecer imediatamente esta ordem e dirigir suas forças em direção às elevações de St. Amand e Brye... O destino da França está nas mãos de V. Exa."

O que poderia fazer Ney? Não há dúvida de que êle se encontrava numa situação lastimável. Suas tropas estavam esgotadas, seu ataque estava paralisado, o inimigo continuava a dominar Quatre Bras e êle se encontrava inerte, praguejando e insultando como um louco. Sem mesmo fazer uma pausa para raciocinar, enviou Delcambre urgentemente para alcançar o 1º Corpo e transmitir ordens a D'Erlon para interromper sua marcha em direção a Ligny e lançar o seu corpo de tropa contra Quatre Bras, o mais depressa possível.

Delcambre alcançou o seu comandante pouco depois das seis horas, não muito além de Villers Perwin, e lhe transmitiu as ordens de Ney. Embora D'Erlon pudesse ver a batalha em pleno desenvolvimento em torno de Ligny, a pouco mais de duas milhas de distância, êle preferiu obedecer às urgentes e precisas instruções de Ney, seu superior immediato, retroceder com suas tropas fazê-las avançar para Quatre Bras, a quatro milhas de distância. Assim, o 1º Corpo voltou a Frasnes, onde chegou às nove horas da noite e onde encontrou as derrotadas tropas de Ney já em seus bivaques.

Esses são os fatos. O problema é: "Qual foi a ordem que fez o 1º Corpo de D'Erlon, durante a tarde do dia 16 de junho, deixar a estrada de Charleroi-Bruxelas e avançar na direção da batalha de Ligny?" Não há dúvida de que uma ordem do QG de Napoleão em Fleurus atingiu a testa da Divisão de Durtutte, que se encontrava então a três quartos de milha ao norte da interseção da estrada principal com o Velho Caminho Romano, pouco depois das quatro horas. Qual foi essa ordem?

A evidência é muito contraditória. O próprio D'Erlon esclareceu que êle não se encontrava com o seu Corpo quando a ordem atingiu a Divisão de Durutte, pois tinha cavalgado adiante, para Frasnes. Nesse lugarejo êle foi alcançado por um dos oficiais de estado-maior do imperador, que lhe mostrou uma mensagem que levava para Ney. De acôrdo com D'Erlon, a mensagem ordenava Ney a enviar o 1º Corpo para Ligny. O oficial de estado-maior disse a D'Erlon que êle informara Durutte — que encontrara na estrada principal — sôbre o conteúdo da mensagem e que Durutte já desviara a sua divisão em direção a Ligny. D'Erlon afirma que isso se passou "pelas quatro horas". Já vimos que Napoleão não enviou qualquer ordem a Ney na tarde da batalha de Ligny que mencionasse especificamente o 1º Corpo. A ordem enviada por Napoleão às duas da tarde, de Fleurus, atingiu Ney entre as quatro e meia e as cinco horas. Nela, Napoleão dizia: "Tenho rechaçado vigorosamente o inimigo V. Exa. recuará em nossa direção a fim de envolver as tropas inimigas à nossa frente." Frasnes encontrava-se a umas duas milhas da posição de Ney na fazenda de Gémioncourt, à frente de Quatre Bras; assim, foi possivelmente essa ordem que o oficial de estado-maior mostrou a D'Erlon, mas é difícil acreditar que D'Erlon, Durutte e o oficial de estado-maior a considerassem como suficientemente definitiva para desviar o 1º Corpo da batalha de Quatre Bras para a batalha de Ligny, sem uma ordem direta de Ney. Deve-se recordar, entretanto, que nenhum desses oficiais sabia que não conseguira rechaçar o inimigo à sua frente e, possivelmente, julgaram que o seu sucesso era coisa líquida e certa.

O próprio Napoleão sempre negou ter enviado qualquer ordem a D'Erlon para lançar o 1º Corpo contra Ligny, mas Baudus, um oficial de estado-maior em serviço no QG Imperial conta que, quando a batalha de Ligny se achava em seu momento culminante, Napoleão mandou chamá-lo e lhe disse que enviara uma ordem a D'Erlon para avançar

com tôdas as suas tropas para retaguarda da ala direita prussiana. Ele (Baudus) deveria levar imediatamente a cópia dessa ordem para Ney. Napoleão também deu a Baudus instruções verbais para serem transmitidas a Ney, dizendo que, fôsse qual fôsse a situação à sua frente, essa ordem deveria ser obedecida sem demora. Baudus afirma que alcançou Ney por volta das seis e meia e que encontrou o marechal em condições verdadeiramente lastimáveis. A razão disso já tivemos oportunidade de ver, pois somente há meia hora Ney fôra informado de que o 1º Corpo seguira para Ligny e também recebera a ordem de Napoleão mandando-o manobrar sem perda de tempo para envolver a ala direita dos prussianos e cair em sua retaguarda fazendo suas forças avançarem para as elevações de St. Amand e Brye. Napoleão também disse nessa ordem que Ney não deveria hesitar no cumprimento da mesma. Na realidade, essa ordem enviada de Fleurus às 3 horas e as instruções verbais dadas a Baudus pelo Imperador são muito semelhantes, e é bem possível que a mensagem levada por Baudus fôsse a duplicata da ordem transmitida às 3 horas e não a duplicata de uma ordem separada para D'Erlon, ordenando seu Corpo a marchar contra Ligny. Por outro lado, Héymes, oficial de estado-maior de Ney, declarou que mais ou menos às seis e meia chegou ao acampamento um mensageiro de Napoleão que informou as Ney que o 1º Corpo estava a caminho de St. Amand, de acôrdo com uma ordem do próprio Napoleão e que êle entregara a D'Erlon. Héymes, porém, dá o nome dêsse mensageiro como Laurent e, não como Baudus.

De Salle, comandante da artilharia do 1º Corpo, declara em suas "Memórias" que enquanto o 1º Corpo marchava em direção a Quatre Bras, chegou um oficial da Guarda enviado pelo Imperador com uma mensagem dirigida a D'Erlon e que estava redigida mais ou menos nestes termos: "Siga imediatamente com tôdas as suas forças para as elevações de St. Amand e cai sobre Ligny. V. Exa. está a ponto de salvar a França e cobrir-se de glórias". No entanto, isso tem muitos pontos de semelhança com a ordem emitida às 3 horas por Napoleão e endereçada a Ney, em que êle diz: "Envie suas forças para as elevações de St. Amand e Brye" e "O Destino da França está nas mãos de V. Exa." Assim, é bem possível que a mensagem vista por De Salle tenha sido a ordem enviada para Ney e, não, uma ordem especial dirigida a D'Erlon. De Salle acrescenta que D'Erlon confundiu "sur la hauteur de St. Amand" por "à la hauteur de St. Amand" e interpretou a mensagem como uma ordem para fazer avançar o seu Corpo na altura de St. Amand. Isso explica porque o 1º Corpo aproximou-se do campo de batalha de Ligny vindo da direção de Villers Perwin, muito mais ao sul do que Napoleão esperava ver surgirem as tropas de Ney.

Há, finalmente, a questão de tempo e espaço. Havia dois caminhos do OG de Napoleão em Fleurus à posição de Ney, na fazenda de Gémioncourt, à frente de Quatre Bras. O primeiro era o mais curto e o mais perigoso, indo diretamente pelo terreno aberto até Frasnes e, daí, para o norte ao longo da estrada de Bruxelas, numa distância de mais ou menos sete milhas; o segundo era o mais longo e o mais seguro e ia de Fleurus a Gosselies e daí pela estrada principal o resto do ca-

era melhor do que os dos outros oficiais de estado-maior, pertencendo Baudus, aparentemente, ao estado-maior do próprio Imperador). O chefe de estado-maior, algumas vèzes o próprio Napoleão, transmitia finalmente ao mensageiro escolhido suas instruções em relação ao caminho e ao destino. Deve-se recordar que as ordens, que interessam ao nosso problema, foram escritas durante uma batalha, a lápis, por pessoas que, em sua maior parte, se encontravam em montarias ao escreverem as mesmas. As cópias, que ainda existem e nas quais vamos buscar os seus textos, são as destinadas ao arquivo. Como se pode ver, não há garantia de que as cópias realmente despachadas fôsem redigidas exatamente da mesma maneira, ou que não fôsem feitas adições numa cópia, possivelmente antes de sua remessa, que não tivessem entrado nas outras cópias. Com êsse quadro em mente, podemos tentar uma conclusão.

É admitido que a ordem mostrada a Durutte pouco depois das quatro horas na tarde do dia 16 de junho, quando a testa de sua Divisão se encontrava a três quartos de milha ao norte da interseção da estrada Charleroi-Bruxelas e o Velho Caminho Romano, não foi, em definitivo, a ordem despachada de Fleurus às duas horas da tarde, embora seja aquela que melhor se aproxime do fator tempo. Essa ordem era muito vaga em sua redação para fazer com que D'Erlon ou Durutte agissem imediatamente sem aguardar outras ordens de Ney. Restam, então, apenas a ordem das três horas ou uma ordem especial, separada, dirigida diretamente a D'Erlon. É considerada improvável a existência dessa terceira ordem, pois dela não sobreviveu qualquer traço, ao contrário do que aconteceu com tôdas as outras ordens enviadas a Ney naquele dia e que se encontravam perfeitamente arquivadas. Além disso, tanto Napoleão como D'Erlon, os supostos remetente e destinatário, negam sua existência, e a descrição de sua redação em muito se assemelha à ordem enviada às três horas. Presume-se, portanto, que o que D'Erlon e Durutte viram foi uma cópia da ordem das três horas levada diretamente pelo caminho mais curto, isto é, aquêle através do terreno aberto; que essa cópia não era muito fiel àquela arquivada e que sobrevive ainda hoje, sendo, no entanto, mais explícita quanto às fôrças a serem enviadas para as elevações de St. Amand e Brye, podendo mesmo até ter sido citado especificamente o 1º Corpo, embora se considere isso pouco provável; que tanto D'Erlon como Durutte a consideraram suficientemente clara para mudarem a direção da marcha de suas tropas sem receberem outras ordens de Ney; e que o oficial de estado-maior que a conduziu, uma vez cumprida sua missão em relação a D'Erlon e Durutte, achou que não havia mais pressa e se retardou em Frasnes, dirigindo-se a Ney algum tempo mais tarde. Êsse mensageiro pode ter sido mesmo Laurent, mencionado pelo oficial de estado-maior de Ney.

"Pela falta de um prego, perdeu-se uma ferradura.

"Pela falta de uma ferradura, perdeu-se um cavalo.

"Pela falta de um cavalo, perdeu-se um cavaleiro.

"Pela falta de um cavaleiro, perdeu-se uma ordem.

"Pela falta de uma ordem, perdeu-se uma batalha."

III — JUSTIÇA MILITAR

ATRIBUTOS DE AUTENTICIDADE E LEGITIMIDADE DA JUSTIÇA MILITAR

Cap GERALDO SAMPAIO VAZ DE MELLO

O Capitão Dr. Geraldo Vaz de Mello, em uma série de artigos, apresentará uma guerra de sugestões sobre a Justiça Militar, que constituirão, sem dúvida, subsídios a serem apreciados numa reforma da estrutura da mesma.

Que esta reforma se impõe, não há dúvida, pois à Justiça Militar deve caber a apreciação de tôdas as questões em que sejam parte militares e o govêrno, particularmente no que se refere a preterições, reivindicações de promoções.

É pois mais do que oportuno a focalização de problemas pertinentes a proporcionar interêsse pela Justiça Militar.

Não nos propomos a estudar a trajetória histórica das instituições jurídicas militares. Nem cabe aqui esta veleidade. Contentar-nos-emos com um debuxo de sua evolução através dos tempos, pelos umbrais de nossa maioridade, até a atual codificação.

Como latinos que somos, as normas do Direito Militar Pátrio não podiam deixar de abeberar-se nas fontes romanísticas, com o traço emblemático e marcante de sua especialização.

A Ancianidade de seus Institutos na Mãe-Pátria é fato constatado pelas Ordenações del Rei Afonso V (1446), consolidando, provavelmente, outras disposições bem mais vetustas.

Dos Séculos XV ao XVIII, deparamos com apreciável número de Ordenações, Cartas-Régias, Alvarás e Regulamentos, disciplinando as normas castrenses.

Nos tempos coloniais, foi mandado aplicar o Regulamento de Infantaria e Artilharia de 1763 (Conde de Lippe), mais tarde ampliado para tôdas as Armas pela Provisão de 1843, o qual regulamento — em seu Capítulo XXVI — tratava dos Artigos de Guerra, isto é: “Que servirão de base ou de leis fundamentais em todos os conselhos de guerra”. Suas disposições, de proverbial severidade, quase draconianas, vão reger-nos até o apagar das luzes do Século XIX.

Merece especial citação o Alvará de 1 Abr 1808, de D. João, criando o Conselho de Justiça Supremo Militar que, na sua evolução, deu lugar ao atual Superior Tribunal Militar.

O malogrado Código de 1820, promulgado pelo mesmo monarca, foi derogado em consequência da revolução que baniu de Portugal o poder absoluto e constitucionalizou o Reino.

Valeu essa tentativa como inspiração para derrubada posterior das arcaicas Ordenanças.

Em 9 Abr 1805, é mandada observar a Ordenança que regia os Conselhos Disciplinares para qualificação do crime de deserção.

Posteriormente, vamos encontrar dois valiosos diplomas legais.

O 1º dêles é o Decreto n. 61, de 24 Out 1838, regulando a aplicação das leis militares em tempo de guerra (Regência do Padre Feijó); o 2º mencionado é a Lei n. 631, de 18 Set 1851, que determinava as penas e os processos para alguns crimes militares em tempo de guerra.

Os reclamos insopitáveis de uma legislação atualizada e de bases racionais, melhor se traduzem, naquela época, pela transcrição de um tópico do relatório do Ministro da Guerra, Conde de Caxias, também Presidente do Conselho (1856), em que êle encarecia "... Um Código em que se combinem os princípios de humanidade e o rigor salutar, reclamado pela disciplina à força armada regular, um Código, enfim, cuja finalidade não toque o inexequível por severa, nem anime as reincidências por suave ..." Com o alvorecer do regime republicano, entrou em vigor o Código Penal para a Armada (Decreto n. 18, de 7 de março de 1891), ampliado ao Exército Nacional pela Lei n. 612, de 29 de setembro de 1899. Essa data assinalou a derrogação do Regulamento organizado pelo Marechal Conde Reinante Schaumburg Von Lippe, com seus famosos "Artigos de Guerra".

Em 1895, expedido pelo Supremo Tribunal Militar, passou a vigorar o Regulamento para o Processo Criminal Militar (a 16 de julho).

Antes do Código de 1891, possuíamos uma legislação fragmentária e antiquada, permanecendo atuantes grande cópia de disposições das velhíssimas Ordenanças de 1708 e dos regulamentos de Lippe, como assinala o erudito Canabarro Reichardt.

Houve também, no período imperial, um avultado número de Avisos e Resoluções para determinar a jurisdição militar e, implicitamente, classificar o crime militar.

Assinalaram-se, outrossim, várias tentativas fracassadas de uma codificação.

Mais recentes, encontramos os Códigos de Organização Judiciária e Processo Militar, de 1920 e 1922, substituídos pelo Código de Justiça Militar de 1926, o qual recompôs com mais fidelidade a feição característica da Justiça Castrense.

Vigoram o Código de Justiça Militar, mandado observar pelo Decreto-lei n. 925, de 2 de dezembro de 1938 (com algumas modificações posteriores) e o Código Penal Militar, aprovado pelo Decreto-lei n. 6.227, de 24 de janeiro de 1944.

Os casos emergentes do estado de guerra (1942 a 1945), foram previstos no Decreto-lei n. 4.766, de 1942.

* * *

Nunca descuremos, como ponto cardial no evolver das instituições, que, como organismos, devem ser vitalizadas por uma renovação alentadora.

Guardarão assim a têmpera, e cumprirão mais facilmente suas elevadas finalidades. O que não progride, retrocede ...

A feitura da atual codificação militar foi realizada sob os influxos de um regime ditatorial e do último conflito mundial, quando o robustecimento da autoridade estatal, através de seu aparelho repressivo, — máxime na parte militar — era justa cogitação na agenda dos governantes.

Preocupação natural, no panorama da época, a fim de dotar o organismo governamental de maior dose de poder coator.

Algumas disposições merecem uma remodelação para vivificá-las, tornando-as mais lestras e atuantes na amplitude de sua ação; urge sincronizar umas tantas normas com a legislação comum, aparar umas poucas arestas, colocando-as ao abrigo de increpações.

De outro ângulo, certos Institutos poderiam encontrar guarida nas páginas de nossos Diplomas Castrenses; dentre êsses, inculpados na lei comum, realçamos a suspensão condicional da pena — admirável instrumento de recuperação.

Ponto gerador de controvéncias é a determinação do delito crismado como "imprópriamente militar", dependente, por isso mesmo, para sua classificação, de caracteres fortuitos e onde, por vêzes, a doutrina labuta com dificuldades.

Será desnecessário enfatizar — em qualquer pretendida modificação de nossa legislação especial — que nunca se deverá desprover o castigo dos predicados que o tornam exemplar e pronto.

Mas, para alguns, tais predicados se afigurarão sinônimos de cerceamento e intimidação ... É para êles que repetiremos algumas verdades, pois a repetição, no conceito de Gustavo Le Bon, é o complemento necessário da afirmação.

Não nos move o propósito de escrever páginas didáticas, com aspirações à coisa erudita, mas o mero desejo de exprimir em linguajar simples, sem atavios e ouropéis, tudo aquilo que legitima e autentica a

Justiça Castrense, notável em sua ancianidade, relicário de rútilas e lídimas tradições, que, por sua nunca desmerecida fidelidade à ordem jurídica, é um genuíno orgulho para as Corporações Armadas que sob sua tutela estão.

Sirva êste contacto com os ilustres leitores de "A Defesa Nacional", para moldura de uma homenagem à Justiça Militar, um dos cimos monumentais de nossa organização judiciária.

Atrás de seus Institutos não se depara apenas a tradição romanística, sacraliza-a uma experiência sazoadada de século e meio.

Veç em quando, ouve-se o alarido dos que trombeteiam o desacerto de estar erigida como autônoma a Justiça Militar. Não são muitos, e pouco consistentes os seus motivos.

Perfilando os argumentos levantados contra a autonomia judicante militar, dos que entoam apóstrofes, entrevemos a manifesta incompreensão de certas facetas fundamentais, indispensáveis à ampla visão do assunto, como responsável na tomada de posições.

Não se dirá que o Direito — eminentemente dogmático que é — se presta à livre incursão do espírito, favorecendo opiniões apaixonadas, flamantes e inconciliáveis, pontos de vista extremados que não concedem uma polegada ao adversário.

Confundem, lamentavelmente, as noções de especialidade e excepcionalidade da norma jurídica, esquecidos da diferença conceitual entre ambas.

As sábias luzes dos ensinamentos de Manzini, mostram-nos que seria erro evidente e gravíssimo qualificar o Direito Penal Militar como um Direito extraordinário e de exceção.

Diremos, pois, com acerto que êle é uma especialização do Direito Penal Comum e rematando com o insigne mestre Esmeraldino Bandeira, tenhamos presente que "Só a lei marcial que surge com a guerra, é que forma um direito extraordinário e de exceção".

Querem alguns que a lei penal militar capitule, unicamente, os crimes funcionais ou crimes de estado militar, ou que o soldado só seja julgado no fóro especial quando cometer crimes relativos a seu ofício.

Há, porém, exigibilidade do exato proceder do cidadão fardado, cuja formação fortemente o impregnou de toda sorte de deveres, dando-lhe um lastro pragmático peculiar, desenvolvendo as condições místicas de um verdadeiro sacerdócio.

Portanto, está êle obrigado — com as vistas voltadas para os fundamentos sagrados das Instituições Armadas, sustentáculos da soberania e integridade de uma Nação — a materializar, em sua vida pública e privada, um constante e sadio exemplo a seus camaradas e subordinados, para ser aquela retórica visível que Samuel Smiles tão bem soube descrever na sua obra "O Caráter".

Daí decorre um dos fundamentos para determinar e justificar o fóro militar e, implicitamente, o crime militar cuja conceituação estaria muito acanhada, se limitada aos crimes de estado.

Aprofundadas as incursões em tal terreno, podemos inferir que entre instituições e sistemas penais comum e militar, há uma variante no "tonus" de severidade, adequado ao módulo de repressão.

Oportuno se torna reproduzir um conceito lapidar do eminente Dr. Roberto Lyra, professor emérito de Direito Penal Militar, em que enuncia: "A diferença entre disciplina militar e disciplina civil não é ontológica, não é conceitual, não é qualitativa, mas quantitativa e finalística".

Essa diferença quantitativa e finalística é, a nosso ver, a razão do maior rigor, expedição e gravidade nos procedimentos militares; por isso a lei punitiva militar deve ser severa e autônoma.

Uma norma especial é legítima e necessária para presidir às situações decorrentes dos deveres da caserna, sem que em nenhum instante possa recobrir-se com a véstia de favoritismo ou privilégio.

E convenhamos ser até paradoxal que mais severidade na apreciação de um fato possa constituir, para o mais primário entendimento, um privilégio.

A favor da norma especial, bem como recomendando a composição mista dos tribunais militares, militam bem lastreadas razões de ordem psicológica, vazadas na melhor técnica jurídica, visando uma maior aderência social da pena e um julgamento criterioso e esclarecido.

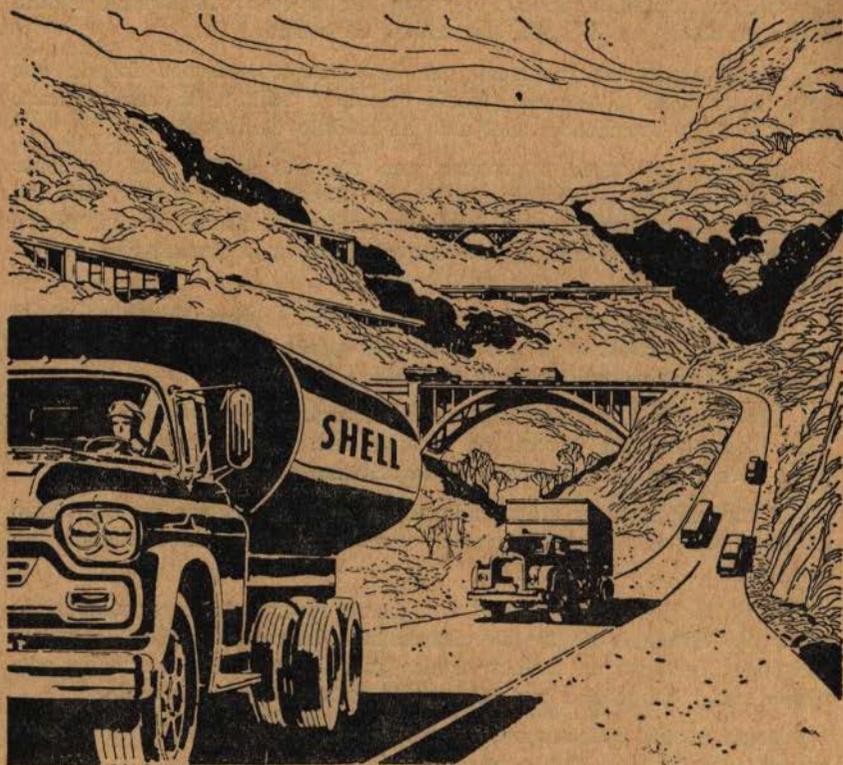
Dessa forma, podemos asseverar que as situações peculiares da vida militar, com suas nuances e sutilezas, só serão perfeitamente assoalhadas e sopesadas por quem já as tenha vivido ou presenciado.

Torna-se significativa a enumeração de certos fatores psicológicos, desenrolados em variados ensejos, como o medo, a capacidade frenatória da disciplina, a responsabilidade pela vida dos subordinados, o exercício árduo das funções de comando e tudo o mais que compõe o quadro característico da caserna, na paz e na guerra.

Um judicioso conhecimento do espírito e das circunstâncias da vida militar, longe de corporificar-se em benevolência e espírito de classe, representará uma das melhores garantias para atingir-se o ideal de justiça, constituindo uma credencial expressiva dos tribunais mistos.

Para finalizar, deploramos ser o Direito Penal Militar matéria tão pouco divulgada, confinada aos Cursos de Doutorado (que muito poucas Faculdades de Direito mantêm) onde têm matrícula os Bacharéis, sendo ensinada no 1º ano da Seção de Direito Penal.

Citemos, como curiosidade que apenas 10 (dez) alunos concluíram a etapa inicial da referida Seção na Faculdade Nacional de Direito, para que se tenha idéia do diminuto número dos que estudaram ou estudam a matéria especializada com alguma profundidade.



PARA TRANSPORTAR O PROGRESSO...

... e levá-lo às mais longínquas regiões do País, intensificando o seu ritmo de produção, a circulação e consumo das riquezas, é necessário transpor a imensidão territorial e a acidentada topografia do Brasil. As estradas ainda constituem desafios à operosidade do homem... à existência de um serviço fácil de abastecimento e distribuição dos derivados do petróleo, essenciais ao nosso desenvolvimento. Sempre atenta ao suprimento do País, superando-lhe os obstáculos naturais, a Shell mantém complexo e perfeito sistema distribuidor que utiliza tôdas as vias de comunicação — terrestres, marítimas, fluviais e aéreas — para fazer chegar às grandes centrais elétricas, usinas, indústrias, tratores, locomotivas, barcos, navios e aviões os lubrificantes, combustíveis e graxas industriais indispensáveis ao seu funcionamento. Dêste modo, a Shell transporta aos mais diferentes rincões do Brasil o que o petróleo pode oferecer para o bem-estar comum.

Você pode confiar na



RELATÓRIO DA DIRETORIA EXECUTIVA DA C M E C I — "A DEFESA NACIONAL LTDA." NO ANO DE 1960

Cumprindo as disposições do Estatuto que regula as atividades de A DEFESA NACIONAL — Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual — sua Diretoria Executiva apresenta à Assembléia Geral Ordinária o Relatório, Balanço Geral e o Parecer do Conselho Fiscal, relativos à gestão do ano de 1960.

Considerando que o aprimoramento da cultura de nossos companheiros é o escopo principal de nossa Revista — A DEFESA NACIONAL — procuramos, em 1960, vencer as dificuldades naturais de empreendimentos dessa natureza para manter o ritmo da edição mensal, tendo contado com a preciosa colaboração de todos que nos honraram com seus trabalhos originais e tradução.

A publicação de anúncios e outras publicidades pagas, constituiu uma magnífica fonte de renda, a qual atingiu uma excelente cifra cobrindo o deficit do custeio da Revista e ainda proporcionou um saldo para distribuir como sobra entre os Cooperados.

O aumento do custo do papel para a impressão da Revista, nos obrigou a elevar o preço da assinatura anual para Cr\$ 240,00 (duzentos e quarenta cruzeiros), com vigência a partir do mês de janeiro de 1961.

Conforme se verifica da Estatística do ano financeiro de 1960, a receita arrecadada foi de Cr\$ 1.447.321,20 e a despesa atingiu o total de Cr\$ 1.273.946,20, do que resultou um equilíbrio com a inestimável contribuição de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) feita pelo Exmo. Sr. Ministro da Guerra e destinada ao custeio da Revista, conforme se verifica da demonstração da conta de SOBRAS E PERDAS.

Mais uma vez consignamos os nossos melhores agradecimentos à Imprensa do Exército e ao Gabinete Fotocartográfico do Exército, pela atenção com que satisfazem a nossos pedidos e a boa-vontade sempre demonstrada em solucionar nossos problemas na confecção da Revista.

Pelo exposto, procuramos manter a nossa Revista dentro do conceito que desfruta no seio do nosso Exército há mais de 47 anos, bem como buscamos interessar as demais corporações — Aeronáutica e Marinha — jamais esmorecendo face aos percalços encontrados, já que aspiramos servir à A DEFESA NACIONAL, para bem servir às FÓRCAS ARMADAS.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1961.

a) *General João Baptista de Mattos,*
Diretor-Presidente

a) *Coronel Ayrton Salgueiro de Freitas,*
Diretor-Secretário

a) *Tenente-Coronel João Capistrano M. Ribeiro,*
Diretor-Gerente

C.M.E.C.I. — "A DEFESA NACIONAL LTDA."

SOBRAS & PERDAS

De publicidade:

<i>Títulos</i>	<i>Deve</i>	<i>Haver</i>
		Cr\$
Saldo desta conta		499.094,00
A Revista "A Defesa Nacional":		
Conta custeio:	Cr\$	
Saldo desta conta	23.620,90	
A Despesas gerais:		
Saldo desta conta	145.920,90	
A honorários — Diretoria:		
Saldo desta Conta	36.000,00	
A ordenados:		
Saldo desta Conta	130.400,00	
A colaboradores:		
Saldo desta conta	15.500,00	
A associados c/juros:		
Juros de 6% s/capital	1.843,00	
A móveis e utensílios:		
Depreciação nesta conta	15.955,50	
A associados c/retorno:		
Sobras a distribuir	30.730,00	
A contas a pagar:		
Contas de diversos	99.134,00	
	<hr/>	<hr/>
	499.094,00	499.094,00

BALANÇO GERAL DO ANO DE 1960

Ativo:

Imobilizado:	Cr\$	Cr\$
Obrigações de Guerra	18.887,50	
Móveis e utensílios	29.980,00	
Caixa	201.303,40	250.170,90

Passivo:

Exigível:

Capital integralizado	30.720,00	
Associados c/juros	13.166,35	
Associados c/retorno	44.575,00	
Consignatários c/venda	4.922,70	
Contas a pagar	99.134,00	192.518,05

Inexigível:

Fundo de beneficência	9.854,20	
Fundo de desenvol. social	17.794,00	
Fundo de reserva	30.004,65	57.652,85
		250.170,90

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1960.

Tenente-Coronel *João Capistrano M. Ribeiro,*
Diretor-Gerente

Arnaldo Gonçalves Pires,
Contador

C.M.E.C.I. — "A DEFESA NACIONAL LTDA."

SOBRAS & PERDAS

De publicidade:

<i>Títulos</i>	<i>Deve</i>	<i>Haver</i>
		Cr\$
Saldo desta conta		499.094,00
A Revista "A Defesa Nacional":		
Conta custeio:	Cr\$	
Saldo desta conta	23.620,90	
A Despesas gerais:		
Saldo desta conta	145.920,90	
A honorários — Diretoria:		
Saldo desta Conta	36.000,00	
A ordenados:		
Saldo desta Conta	130.400,00	
A colaboradores:		
Saldo desta conta	15.500,00	
A associados c/juros:		
Juros de 6% s/capital	1.843,00	
A móveis e utensílios:		
Depreciação nesta conta	15.955,50	
A associados c/retôrno:		
Sobras a distribuir	30.730,00	
A contas a pagar:		
Contas de diversos	99.134,00	
	<u>499.094,00</u>	<u>499.094,00</u>

BALANÇO GERAL DO ANO DE 1960

Ativo:

Imobilizado:	Cr\$	Cr\$
Obrigações de Guerra	18.887,50	
Móveis e utensílios	29.980,00	
Caixa	201.303,40	250.170,90

Passivo:

Exigível:

Capital integralizado	30.720,00	
Associados c/juros	13.166,35	
Associados c/retorno	44.575,00	
Consignatários c/venda	4.922,70	
Contas a pagar	99.134,00	192.518,05

Inexigível:

Fundo de beneficência	9.854,20	
Fundo de desenvol. social	17.794,00	
Fundo de reserva	30.004,65	57.652,85
		250.170,90

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1960.

Tenente-Coronel *João Capistrano M. Ribeiro,*
Diretor-Gerente

Arnaldo Gonçalves Pires,
Contador

RESUMO DO MOVIMENTO FINANCEIRO DO ANO DE 1960

Receita:

	Cr\$
Assinaturas	292.811,20
Venda avulsa	540,00
Anúncios	1.003.660,00
Capital integralizado	300,00
Jóia de admissão	10,00
Renda eventual	150.000,00
Total	1.447.321,20

Despesa:

	Cr\$
Edição da Revista	140.250,00
Papel para impressão	246.253,30
Cartolina para capa	55.056,00
Comissões — Anúncios	504.566,00
Honorários — Diretoria	36.000,00
Ordenados — Pessoal	130.400,00
Despesas gerais	145.920,90
Colaboradores	15.500,00
Total	1.273.946,20

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1960.

João Capistrano Martins Ribeiro,
Diretor-Gerente

Arnaldo Gonçalves Pires,
Contador

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta e um, reunidos os membros do Conselho Fiscal, servindo eu, Tenente-Coronel Danilo Darcy de Sá da Cunha e Melo, de Secretário, foram examinados os livros de contabilidade, Balanço Geral, relatório do Conselho de Administração e achando tudo em perfeita ordem, o Conselho Fiscal é de parecer que sejam aprovados. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, cuja Ata vai assinada pelo Excêlentíssimo Senhor General Armando Batista Gonçalves, Coronel Adailton Sampaio Pirassinunga e por mim, Secretário.

General Armando Batista Gonçalves
Coronel Adailton Sampaio Pirassinunga
Tenente-Coronel Danilo Darcy de Sá Cunha e Mello

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DE 27/2/1961

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta e um, em sua sede no terceiro pavimento da ala Visconde da Gávea, do Palácio da Guerra, presentes os associados da C.M.E.C.I. — “A DEFESA NACIONAL” Ltda., Generais João Baptista de Mattos, Armando Batista Gonçalves, Coronéis Ayrton Salgueiro de Freitas, Adailton Sampaio Pirassinunga, João Batista Peixoto, Lauro Alves Pinto; Tenentes-Coronéis Hugo de Andrade Abreu, Octávio Tosta Filho, João Capistrano Martins Ribeiro, Octávio Alves Velho e Majores Amerino Raposo Filho, Germano Seidl Vidal, Sady de Almeida Vale, Lauro Lima dos Santos e Tenente-Coronel Danilo D. de Sá da Cunha Melo, foi realizada a Assembléia Geral Ordinária de conformidade com o edital publicado na imprensa local e de acôrdo com os nossos Estatutos, às dezesseis horas, sob a presidência do Exmo. Sr. General João Baptista de Mattos, foi feita, por mim, Diretor-Secretário, a leitura do Relatório da Diretoria Executiva referente às ocorrências do ano de 1960, bem assim, do Balanço Geral e Parecer do Conselho Fiscal, relativos à prestação de contas do ano próximo passado, documentos que foram aprovados pelos presentes. Logo após, o General João Baptista de Mattos, passou a presidência da Assembléia Geral ao General Armando Batista Gonçalves, o qual anunciou que ia ser procedida a eleição de membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, sendo os dois primeiros para o triênio 1961-1964 e o Conselho Fiscal para o ano de 1961, tendo sido eleitos os seguintes associados: Diretor-Presidente, João Baptista de Mattos; Diretor-Secretário Coronel Ayrton Salgueiro de Freitas; Diretor-Gerente Tenente-Coronel João Capistrano Martins Ribeiro. Para o Conselho de Administração foram eleitos: General Armando Batista Gonçalves e Tenente-Coronel Hugo de Andrade Abreu. Para o Conselho Fiscal foram eleitos: Coronel Golbery do Couto e Silva, Majores Amerino Raposo Filho e Sady de Almeida Vale e para Suplentes: Coronel Olympio de Sá Tavares, Floriano Mollerin Cel e Major Germano Seidl Vidal. Logo após foi empossada a Diretoria Executiva e os membros dos Conselhos que se encontravam presentes. O Senhor General Presidente agradeceu, a seguir, o comparecimento dos associados presentes à reunião e deu por encerrados os trabalhos da Assembléia, dos quais lavrei a presente Ata que vai assinada pelos membros da Mesa, após seu registro neste livro por mim, Coronel Ayrton Salgueiro de Freitas, Diretor-Secretário em exercício.

a) General João Baptista de Mattos

a) Coronel Ayrton Salgueiro de Freitas

a) Tenente-Coronel João Capistrano Martins Ribeiro

RELAÇÃO DOS ASSOCIADOS DA COOPERATIVA MILITAR
EDITORA E DE CULTURA INTELECTUAL "A DEFESA NA-
CIONAL LTDA."

NOMES	Juros	Quotas	Valor
	Retorno	Partes	
	Cr\$		Cr\$
Antônio Carlos Silva Muricy, Cel	259,80	2	100,00
Antônio de Souza Júnior, Gen	262,30	2	100,00
Antônio Leite de Araújo Filho, Cap	8,80	2	100,00
Antônio Bedock Alves, Ten-Cel	250,80	2	100,00
Antônio Pereira Bastos, Cap	120,50	2	100,00
Antônio Amaral Bragança, Ten-Cel	212,00	4	200,00
Aurélio de Lyra Tavares, Gen	222,00	2	100,00
Armando Batista Gonçalves, Gen	670,00	10	500,00
Augusto C. Magessi Pereira, Gen	389,10	2	100,00
Armando V.P. Vasconcellos, Gen	259,80	2	100,00
Alexandre Zacharias de Assumpção, Gen	259,80	2	100,00
Alberto Ribeiro Paz, Gen	198,00	2	100,00
Adaury S. Pirassinunga, Gen	216,00	2	100,00
Augusto Fragoso, Cel	198,00	2	100,00
Adailton S. Pirassinunga, Cel	265,80	2	100,00
Armando Gonçalves, 1º Ten	198,00	2	100,00
Astrohildo Virgolino Pontes, Maj	215,00	2	100,00
Alberto Assumpção Cardoso, Maj	204,90	2	100,00
Aurélio Alves de Souza Ferreira, Gen	249,80	2	100,00
Ayrton Salgueiro de Freitas, Cel	206,50	2	100,00
Alfredo Souto Malan, Cel	365,80	2	100,00
Alberto Bandeira Queiroz, Maj	250,30	2	100,00
Aguinaldo J. Sena Campos, Cel	169,80	2	100,00
Adelino Maria Lopes Casales, Ten-Cel	120,00	2	100,00
Armando Tôrres Pereira, Ten-Cel	161,80	2	100,00
Arnaldo J. Luiz Calderari, Maj	106,00	2	100,00
Arizé Paes Brasil, Maj	110,50	2	100,00

NOTA — Firmas reconhecidas no 9º Ofício de Notas do Tabelião, Manlio Corrêa Giudice, Rua do Rosário, 145, em 3 de abril de 1961, no respectivo Livro de Atas.

NOMES	Juros		Valor
	Retorno	Quotas	
	Cr\$	Partes	
Altair Franco Ferreira, Cel	106,00	2	100,00
Aroldo Ramõs de Castro, Cel	110,50	2	100,00
Alfredo Fauroux Mercier, Gen	108,50	3	150,00
Adalardo Fialho, Gen	151,80	2	100,00
Alberic Cordeiro, Ten-Cel	212,00	4	200,00
Alvaro Alves Pinto, Gen	106,00	2	100,00
Amerino Raposo Filho, Maj	136,00	2	100,00
Aiporé dos Reis, Ten-Cel	106,00	2	100,00
Ayrton Ribeiro Silveira, Cap	106,00	2	100,00
Benjamin Rodrigues Galhardo, Gen	198,00	2	100,00
Benjamin Constant Fraenkel, Cap	120,50	2	100,00
Belarmino Neves Galvão, Gen	116,00	2	100,00
Benjamin Costa Lamarão, Maj	106,00	2	100,00
Belarmino J. Ribeiro Mendonça, Cap	106,00	2	100,00
Clóvis A. Magalhães Gomes, Maj	1.073,00	15	750,00
Cyro Perdigão S. Silveira, Cel	164,40	2	100,00
Carlos de Magalhães Fraenkel, Cel	116,50	2	100,00
Cleber Bonecker, Cap	117,50	2	100,00
Cassal Martins Brum, Ten-Cel	86,00	2	100,00
Cyro Garcia Canabarro, Cap	116,10	2	100,00
Djalma Dias Ribeiro, Gen	795,00	15	750,00
Djanak Tavares Queiroz, Maj	215,00	2	100,00
Dioscóro Gonçalves Vale, Ten-Cel	161,80	2	100,00
Datero de Lorenzi Maciel, Maj	106,00	2	100,00
Diógenes Vieira da Silva, Cap	552,00	8	400,00
Domingos Jorge Filho, Gen	106,00	2	100,00
Diógenes Nunes de Assumpção, Maj	166,00	2	100,00
Danilo Darcy de Sá Cunha Mello, Ten-Cel	106,00	2	100,00
Edgard Bonecaze Ribeiro, Ten-Cel	106,00	2	100,00
Eduardo Nóbrega, Cap	134,50	2	100,00
Eduardo Domingos Oliveira, Cel	306,60	2	100,00
Eleusino Siqueira Cecílio, Cel	106,00	2	100,00

NOMES	Juros	Quotas	Valor
	Retorno	Partes	
	Cr\$		Cr\$
Eugênio Fontes Casaes, Ten-Cel	172,60	2	100,00
Ernesto Leite Machado, Ten-Cel	115,00	2	100,00
Enio da Cunha Garcia, Cel	224,60	2	100,00
Edson C. Carvalho Leme, Cel	106,00	2	100,00
Eury Frades Magalhães, Cap	106,00	2	100,00
Francisco Pereira Fonseca, Gen	256,80	2	100,00
Francisco Ruas Santos, Maj	251,30	2	100,00
Francisco P. Albuquerque, Maj	205,50	2	100,00
Francisco Gil Castelo Branco, Gen	207,50	2	100,00
Francisco José Afonso, Cap	206,50	2	100,00
Felicíssimo Azevedo Aveline, Cel	222,00	2	100,00
Floriano Silva Machado, Gen	208,50	2	100,00
Ferdinando de Carvalho, Maj	208,00	2	100,00
Floriano Moller, Cel	106,00	2	100,00
Francisco Bustamante Filho, Cap	106,00	2	100,00
Gerardo Lemos Amaral, Ten-Cel	222,00	2	100,00
Geraldo Menezes Côrtes, Gen	215,00	2	100,00
Germano Seidl Vidal, Major	318,00	6	300,00
Gustavo Lisboa Braga, Maj	106,00	2	100,00
Golbery do Couto e Silva, Cel	106,00	2	100,00
Heitor S. Vasconcellos, Maj	434,00	6	300,00
Humberto Freire Andrade, Ten-Cel	215,00	2	100,00
Hugo de Andrade Abreu, Maj	232,40	2	100,00
Hugo Manhães Bethlen, Gen	116,50	2	100,00
Heraldo Oliveira Mota, Cap	114,00	2	100,00
Heitor Coll Oliveira, Cap	112,60	2	100,00
Heitor Borges Fortes, Cel	159,00	3	150,00
Haroldo Acioli Borges, Maj	212,00	4	200,00
Henrique Carlos A. Cardoso, Ten-Cel	106,00	2	100,00
Inimá Siqueira, Gen	222,00	2	100,00
Ivan de Souza Mendes, Maj	106,00	2	100,00
José de Melo Alvarenga, Gen	224,00	4	200,00
José Salles, Gen	873,70	18	900,00
José Lourenço Miranda, Maj	222,00	2	100,00
João Batista Peixoto, Gen	106,00	2	100,00
Joaquim Augusto Montenegro, Maj	106,00	2	100,00
Jorge Enéas Machado Fortes, Maj	106,00	2	100,00

NOMES	Juros	Quotas	Valor
	Retorno	Partes	
	Cr\$		Cr\$
José Eduardo I. Cavalcanti, Ten-Cel	106,00	2	100,00
Jayme da França Dória, Cap	106,00	2	100,00
João Batista Baeta Farias, Maj	106,00	2	100,00
José Murilo Beuren Ramalho, Cap	318,00	18	900,00
Jurandy Palma Cabral, Cel	198,00	2	100,00
Jackson Pitombo Cavalcanti, Cap	288,70	2	100,00
Jonas de Castro Cabral, 1º Ten	112,50	2	100,00
Jardel Fabrício, Ten-Cel	151,80	2	100,00
Jair Jordão Ramos, Gen	155,80	2	100,00
Juarez N. Fernandes Távora, Marechal	1.060,00	10	500,00
Jonas Moraes Corrêa Neto, Cap	265,00	5	250,00
José Lemos de Avelar, Cap	643,20	2	100,00
José Horácio Cunha Garcia, Cel	216,50	2	100,00
José Alves Maryns, Maj	207,50	2	100,00
José Freitas Lima Serpa, Cap	113,00	2	100,00
José Ramos Silva Neto, Cap	106,00	2	100,00
José de Sá Martins, Maj	106,00	2	100,00
José Mattos Santos, Cap	106,00	2	100,00
João Baptista de Mattos, Gen	365,80	2	100,00
João Batista Magalhães, Cel	670,00	5	500,00
João de Deus Pessoa Leal, Gen	216,00	2	100,00
João Capistrano M. Ribeiro, Cel	298,70	2	100,00
João Fonseca, Cap	112,00	2	100,00
João Tavares Filho, Ten-Cel	112,50	2	100,00
Jair Dantas Ribeiro, Gen	265,80	2	100,00
Jayme Rolemberg de Lima, Maj	790,00	5	500,00
Lauro Lima dos Santos, Maj	106,00	2	100,00
Leopoldo F. Teixeira Campos, Cel	215,00	2	100,00
Luiz Gonzaga de Mello, Maj	385,50	5	250,00
Lindonor de Freitas Dutra, Cap	159,30	2	100,00
Lauro Paraense de Farias, Maj	113,00	2	100,00
Leopoldo Freire dos Santos, Maj	106,00	2	100,00
Luiz de Alencar Araripe, Maj	106,00	2	100,00
Manoel F. Alves da Cruz, Cap	208,50	2	100,00
Manoel Costa, Cap	106,00	2	100,00
Moziul Moreira Lima, Gen	198,00	2	100,00
Moacyr Pinto Coelho, Cap	258,80	2	100,00

NOMES	Juros	Quotas	Valor
	Retôrno	Partes	
Moacyr Ribeiro Coelho, Cap	161,30	2	100,00
Mario Perdigão, Gen	108,00	2	100,00
Nilo Horácio O. Sucupira, Gen	265,80	2	100,00
Nilo Bezerra Campos, Capitão	359,20	4	200,00
Nelson Rodrigues Carvalho, Cel	458,60	5	250,00
Nelson Werneck Sodré, Cel	208,50	2	100,00
Nilton Freixinho, Maj	161,80	2	100,00
Nelson Mesquita Miranda, Gen	159,00	3	150,00
Orlando Moreira Tôrres, Gen	1.500,00	20	1.000,00
Octávio Alves Velho, Ten-Cel	210,00	4	200,00
Olympio de Sá Tavares, Ten-Cel	214,50	2	100,00
Octávio Tosta da Silva, Ten-Cel	249,30	2	100,00
Osny Vasconcellos, Cap	235,80	2	100,00
O'Reylly de Andrade, Cap	116,10	2	100,00
Oly Lopes Dornelles, Maj	116,50	2	100,00
Olympio Mourão Filho, Gen	108,50	2	100,00
Osvino Ferreira Alves, Gen	106,00	2	100,00
Pedro Eugênio Pies, Gen	216,00	2	100,00
Pery Constant Beviláqua, Gen	192,00	2	100,00
Plínio Pitaluga, Maj	251,30	2	100,00
Paulo Prado Pereira, Maj	762,80	5	500,00
Paulo Rosas Pinto Pessoa, Gen	159,80	2	100,00
Paulo Enéas F. da Silva, Cel	109,50	2	100,00
Paulo Ayrton Araújo, Cap	106,00	2	100,00
Pedro Ervedoza Bastos, Cap	1.600,00	10	1.000,00
Renato Batista Nunes, Gen	395,80	4	200,00
Ruy José da Cruz, Maj	345,00	4	200,00
Ruy Santiago, Cel	378,80	4	200,00
Ruy Alencar Nogueira, Ten-Cel	120,50	2	100,00
Ramão Mena Barreto, Cap	156,80	2	100,00
Riograndino C. e Silva, Cel	106,00	2	100,00
Ruy Afonso S. Pereira, Maj	106,00	2	100,00
Sady de Almeida Vale, Maj	1.000,00	20	1.000,00
Sebastião Menezes Neto, Cap	215,00	2	100,00
Saulo Teodoro P. Melo, Maj	117,50	2	100,00
Severino S. Albuquerque, Gen	106,00	2	100,00
Solon Lopes Pereira, Gen	106,00	2	100,00
Tristão Alencar Araripe, Gen	222,00	2	100,00
Theophilo Amadeu Diniz, Gen	380,80	4	200,00
Thorio Benedro S. Lima, Ten-Cel	106,00	2	100,00
Umberto Peregrino, Ten-Cel	222,00	2	100,00
Virgílio F. Távora, Cap	249,50	2	100,00
Vitor Hugo A. Cabral, Maj	169,50	3	150,00
Waldeck Veloso Gordilho, Cap	215,00	2	100,00

A DEFESA NACIONAL mantém intercâmbio com as seguintes revistas estrangeiras :

AMÉRICA DO SUL

Argentina:

- Revista Nacional de Aeronáutica — Combustibles y Energia;
- Boletim del Centro Naval — Revista del Suboficial;
- Revista de los Servicios del Ejército — Revista del Tiro;
- Técnica e Indústria — Boletim de Combustibles;
- Boletim Mensual de Estadística — Boletim de Informaciones Petroleras — Revista Militar — Revista de la Escuela Superior de Guerra — Revista del Servicio de Informaciones del Ejército — Revista de Publicaciones Navales — Biblioteca Nacional de Aeronáutica.

Bolivia :

- Revista Militar.

Chile :

- Memorial del Ejército de Chile — Revista de Mariña.

Colômbia :

- Revista de las Fuerzas Armadas — Armada.

Equador :

- Revista Militar — Revista Municipal.

Paraguai :

- Revista de las Fuerzas Armadas de la Nación — Boletim Naval.

Peru :

- Revista de Chorrillos — Revista Policial del Peru — Revista Militar del Peru — Revista de Mariña — Revista de CIMP.

Uruguai :

- Revista Militar y Naval.

Venezuela :

- Revista de las Fuerzas Armadas — Revista del Ejército, Mariña y Aeronáutica.

AMÉRICA DO NORTE

Estados Unidos :

- Armor-Army Information Digest-Army.

México :

- El Legionário.

AMÉRICA CENTRAL

Cuba :

- Boletim del Ejército.

EUROPA

Alemanha Ocidental :

- Ibero Amerikanische Bibliothek.

Bélgica :

- La Revue Maritime Belge

Espanha :

- Guion — Ejército.

França

- Revue des Forces Terrestres — Revue Militaire Générale — Revue Militaire D'Information — Defense Nationale — Revue des Forces Aeriennes Françaises.

Itália :

- Revista Militaire — Notiziario di Aviazione — Rivista Marittima — Rivista Aeronautica.

Portugal :

- A Defesa Nacional — Revista Militar — Revista de Cavalaria — Revista de Mariña.



Preço do Exemplar

Cr\$ 30,00

SMG
IMPRESA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1961